



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

*Caminhadas na “escuridão”: (re)descobrimo a cidade de  
Campina Grande através das percepções sensoriais dos deficientes  
visuais (1989-2011)*

**TATIANA APARECIDA PEREIRA JERÔNIMO**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**AGOSTO – 2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA  
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E CIDADE

*Caminhadas na “escuridão”: (re)redescobrimo a cidade de Campina  
Grande através das percepções sensoriais dos deficientes visuais  
(1989-2011)*

Tatiana Aparecida Pereira Jerônimo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Profa. Dra. Keila Queiroz e Silva.

CAMPINA GRANDE - PB

AGOSTO – 2014

**TATIANA APARECIDA PEREIRA JERONIMO**

***Caminhadas na “escuridão”: (re)descobrimo a cidade de Campina Grande  
através das percepções sensoriais dos deficientes visuais (1989-2011)***

Dissertação Avaliada em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Keila Queiroz e Silva

---

Examinador Interno: Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó

---

Examinador Externo: Maria do Socorro Cipriano

---

Suplente: Regina Coeli Gomes do Nascimento

*Dedico este trabalho a todos aqueles que me ensinaram sobre as outras  
sensibilidades na cidade.*

## AGRADECIMENTOS

Sempre gostei de ler os agradecimentos dos trabalhos acadêmicos com os quais tenho e tive contato, por acreditar que toda pesquisa somente tem início quando sabemos reconhecer verdadeiramente aqueles que nos ajudaram nessa jornada de leituras e escrita. Muitas vezes não compartilhamos diretamente nossas angústias com essas pessoas, mas é sempre bom saber que pudemos em algum momento contar com a ajuda deles.

Primeiramente quero agradecer a Deus por ter fortalecido meu espírito me fazendo crer que seria possível realizar mais um sonho em minha vida.

Não poderia deixar de agradecer ao apoio e incentivo da professora Regina Coeli e do professor Roberval Santiago, que com suas generosas palavras me motivaram a retomar meus estudos e trabalhos acadêmicos.

Também quero agradecer a ajuda e compreensão inestimáveis dos meus pais, Severina e Rafael, que fizeram muitas vezes o impossível para que eu me mantivesse firme no meu propósito de continuar estudando e realizar a conclusão do meu curso de mestrado e por sempre me ensinarem a importância dos estudos e dos meus esforços na busca pelos meus objetivos e pelo amor e carinho que sempre demonstraram ao me ajudar nos cuidados com o meu pequeno Arthur.

Quero agradecer ao meu amado esposo Kleiton, por aguentar minhas angústias, meus estresses, ausências, por ter batalhado junto comigo para eu pudesse ter tempo para escrever e estudar no decorrer desses dois anos de mestrado; pelos puxões de orelha nos momentos em que eu fraquejei diante de algumas dificuldades e pensei seriamente em desistir; e pela constante motivação e carinho presente em todos os seus gestos; e por sempre estar ao meu lado dividindo comigo os carinhos, cuidados, atenções e alegrias com o nosso pequeno Arthur, que embora não entenda a importância desse momento em minha vida, conseguiu do seu modo todo especial dar a força e ajuda que sua mamãe tanto precisou para realizar esse trabalho.

Quero também agradecer as minhas irmãs e irmão e aos meus cunhados, pelo incentivo, orações e apoio nos momentos em que eu desacreditei que seria possível de concluir esse trabalho e olhe que foram muitos os momentos em que eu acreditei que não seria capaz.

No decorrer desses dois anos de mestrado conheci muitas pessoas especiais e reencontrei outras com as quais tive a oportunidade de estabelecer um contato mais direto e

amigável dentre essas pessoas estão a minha orientadora Keila a qual agradeço imensamente pela compreensão e apoio dados a mim nos momentos em que mais precisei e por ter acreditado no meu projeto e na sua execução.

Também não poderia deixar de agradecer as minhas colegas de curso Daniella Portella, Flávia Danielle, Joseana e Rosicleide, pelo carinho, ajuda e apoio e por compartilharem comigo suas angústias, suas histórias de vida, alegrias e conquistas. Também quero agradecer a turma 2012 do mestrado em História, pelas trocas de conhecimento e experiências e pelas amizades e carinho recebido em cada encontro, tanto nos corredores da universidade como nas redes sociais.

Além disso, gostaria de agradecer a todos os professores do Programa de Pós-graduação em História da UFCG, Coordenadores e Secretários Felipe e Arnaldo.

Também quero agradecer a Capes pela bolsa a mim concedida e que sem a qual não teria sido possível realizar essa pesquisa.

E, sobretudo não poderia deixar de agradecer aos meus generosos depoentes, Adenize, Rafael e Altemar, que me permitiram ter acesso e conhecer as suas histórias de vida e possibilitaram a construção desse trabalho.

A minha banca de qualificação e avaliação composta por Alarcon e Socorro, por terem aceitado desde o primeiro momento o convite de compor a banca e pelas generosas contribuições e sensibilidade com que leram e expuseram seu entendimento sobre o meu trabalho.

E já nessa reta final não poderia deixar de agradecer o apoio e ajuda de dona Lúcia, por ter aceitado ficar com meu pequeno Arthur, abrindo muitas vezes mão de seu descanso depois de um dia corrido. E a Márcia pelas caronas, apoio e torcida a cada avanço que dava na escrita dessa dissertação.

A todos vocês um muito obrigado ainda é pouco para expressar minha gratidão. Foi difícil, mas eu confesso que sem a ajuda de vocês talvez fosse impossível.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>08</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I: TRAJETÓRIAS DE VIDA QUE DÃO SENTIDO À CIDADE .....</b>	<b>26</b>
1.1 Aonde os caminhos da vida vão te levar?.....	26
1.2 Sensibilidade corporal na construção das percepções da pessoa com deficiência visual.....	40
1.3 Algumas considerações.....	43
<b>CAPÍTULO II: ENTRE O VER E O NÃO-VER: LEMBRANÇAS E PERCEPÇÕES DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE .....</b>	<b>46</b>
2.1 É caminhando que se faz o caminho: Construindo memórias nas percepções da cidade .....	46
2.2 O que percebemos quando não vemos? .....	56
<b>CAPÍTULO III: UM DESPERTAR PARA AS SENSIBILIDADES: Percepções e estigmas da cegueira no cotidiano da cidade.....</b>	<b>65</b>
3.1 A “desdramatização” da cegueira e a convivência com os estigmas.....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>93</b>
<b>DOCUMENTOS OFICIAIS E LEIS.....</b>	<b>95</b>

## RESUMO

O lugar de onde falo e os caminhos pelos quais percorro me trouxeram inquietações e motivações para desenvolver esta pesquisa, que se propõe a analisar o modo como as experiências urbanas vivenciadas pelos deficientes visuais na cidade de Campina Grande lhes permitem construir e desenvolver suas percepções sensoriais através dos diversos contextos de mudanças sócio-espaciais ocorridas na cidade durante o período de 1989 e 2011. Partindo da perspectiva de diferentes compreensões que a pessoa com deficiência visual nos permite fazer sobre a cidade, dividimos nosso trabalho em três capítulos, nos quais iremos conhecer e analisar três trajetórias de vida e de experiências com a cidade de Campina Grande, bem diferenciadas. Entre essas experiências consideraremos o modo singular como a cegueira se apresentou em cada uma dessas trajetórias e como a vivência na cidade interferiu no processo de adaptação e aceitação da deficiência, bem como no aprendizado e descoberta de suas sensibilidades na construção de suas percepções sensoriais sobre a cidade de Campina Grande. Assim, os caminhos da nossa pesquisa foram percorridos com respaldo nas histórias de vida de cada depoente, buscando recompor em cada biografia os cortes temáticos efetuados em suas trajetórias pessoais. Desse modo, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas, vivenciados e experimentados por cada um deles nas mais diversas situações cotidianas, tentamos encontrar a melhor trajetória para compreendermos suas sensibilidades, dificuldades e fragilidades diante desse exercício muitas vezes tão doloroso e dramático de expor suas histórias de vida. Nesse sentido, nos aproximamos das análises Michel de Certeau, ao refletir sobre a cidade como um espaço praticado com passos que remontam caminhos de escrita da vida daqueles que a habitam. Sobre a construção desses espaços praticados no imaginário do deficiente visual, dialogamos com Yu-fu Tuan. Ao pensarmos a cidade não apenas como lugar visível, mas também sensível e imaginário nos aproximamos das discussões sobre sensibilidades propostas por Sandra Jatahy Pesavento. Para compreender os estigmas e o imaginário que cercam a condição das pessoas com deficiência visual em nossa cidade, utilizamos as análises de Bruno Sena Martins. Entre outros autores que compõem e complementam significativamente nossas análises e interpretações sobre a pessoa com deficiência visual.

**Palavras-chave:** Deficientes visuais, Cidade, Sensibilidades.

## INTRODUÇÃO

*"As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor.  
Aprendemos palavras para melhorar os olhos.  
Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem...  
O ato de ver não é coisa natural.  
Precisa ser aprendido!"*  
(Rubem Alves)

O lugar de onde falo e os caminhos pelos quais percorro me trouxeram inquietações e motivações para desenvolver esta pesquisa. Tais inquietações surgiram da vontade de tentar compreender como as pessoas que já nasciam cegas ou as que adquiriram a condição de deficientes visuais conseguiam apreender os espaços da cidade, e no segundo caso, como eles conseguiam lembrar e construir caminhos sem se perder depois de muitos anos sem enxergar e ainda como eles conseguiam guiar pessoas que enxergavam para lugares desconhecidos por estas dentro da cidade de Campina Grande<sup>1</sup>.

Mas é claro que essa minha inquietação não surgiu assim de repente, desde criança sempre tive um contato muito próximo com pessoas deficientes visuais, representada mais especificamente na pessoa do meu pai. Ele é deficiente visual desde os 21 anos de idade, durante toda a sua infância já sentia dificuldade para enxergar objetos e pessoas a certa distância, na adolescência começou a utilizar óculos com lentes do tipo fundo de garrafa, pois além de ter um alto grau de miopia também tinha problemas de catarata, mas, foi devido ao descolamento da retina nos dois olhos que ele perdeu a visão por completo.

Acompanhei muito de perto as dificuldades que meu pai vivenciava para se locomover por Campina Grande, e na maioria das vezes a falta de acessibilidade, compreensão e entendimento por parte daqueles que não sabiam como lidar com as dificuldades de uma pessoa com deficiência visual era uma das coisas que mais me chamava à atenção, além da indignação que sentia ao perceber muitas vezes o modo desumano e desrespeitoso com que eram tratados.

Desde quando perdeu a visão meu pai nunca conseguiu andar sozinho por Campina, talvez por medo, insegurança ou por se sentir despreparado para aprender a se locomover com a bengala; muito embora tivesse um conhecimento enorme sobre vários lugares da cidade. Assim, minha mãe, meus irmãos e eu acabamos nos tornando seus acompanhantes

---

<sup>1</sup> Cidade localizada no interior do Estado da Paraíba, no agreste paraibano, sobre o planalto da Borborema. Elevada a categoria de cidade em 11 de outubro de 1864, localiza-se a cerca de 120 km da capital do estado, João Pessoa.

oficiais sempre que ele precisava sair, mas dependendo da ocasião e na ausência da minha mãe ou na impossibilidade de um dos meus irmãos poder sair com ele sempre havia um tio nosso que o ajudava nessas situações.

À medida que eu crescia também ia aprendendo como se locomover com meu pai, inicialmente caminhávamos pelo bairro onde morávamos e logo depois com as suas orientações, por outros bairros e logo em seguida pelas áreas centrais de Campina Grande. Aos poucos o universo da cidade se abria para mim, graças às suas orientações, e quanto mais conhecia a cidade, mas surpresa ficava com certos lugares por ele descritos e que pareciam apresentar poucas mudanças em relação à época em que ele ainda enxergava. Ao passo em que eu ia crescendo e aprendendo a guiá-lo por Campina Grande, também aprendia outra forma de apreender e conhecer a cidade, ao invés de orientar-me pelos nomes das ruas, acabei aprendendo a identificar os lugares pelas características que elas ainda preservavam quando da época em que meu pai enxergava.

Mas, também passei a desenvolver hábitos bem específicos, que geralmente as pessoas com deficiência visual fazem mais uso, que são: a utilização dos nossos sentidos remanescentes; como o olfato, a audição, o tato, para que eu pudesse reconhecer e lhes descrever determinados lugares de Campina Grande que já haviam passado por algumas transformações desde a época em que meu pai os tinha visto pela última vez.

Ao longo desses vários anos de convívio e aprendizagem com meu pai, muitos questionamentos fizeram parte do meu imaginário e dos meus colegas também. Muitos me perguntavam se meu pai era realmente cego? Como ele reconhecia quem estava ali só por ouvir as vozes? Como ele conseguia encontrar um disco, fita ou cd em meio à coleção enorme que ele tem só com a descrição da música que a gente cantava para ele? Manusear aparelhos de som, Tv's e controles remotos? E ainda como ele conseguia orientar as pessoas a encontrar determinados lugares em Campina Grande, sendo que em alguns casos era a primeira vez que essas pessoas estavam conhecendo a nossa cidade?

Juntava-se a todas essas questões a curiosidade de saber se com todas as pessoas que tinham deficiência visual essas situações ocorriam do mesmo jeito. E sempre que via um deficiente visual caminhando pela rua, minha curiosidade e inquietação aumentavam ainda mais.

Quando ingressei no curso de graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande no ano de 2005, não imaginava que seria possível fazer uma história da cidade a partir das sensibilidades e percepções das pessoas com deficiência visual, pois não

tinha ouvido falar sobre nenhum trabalho, principalmente com uma perspectiva histórica, que tratasse de alguma questão desse tipo.

E como qualquer aluna iniciante, fui cursando as disciplinas sem muita pretensão até que, decorridos alguns períodos do curso, comecei a participar de um projeto de iniciação científica orientado pela professora Regina Coeli Gomes Nascimento que tratava de questões sobre a ditadura militar, foi quando passei a realizar algumas pesquisas em jornais da época que circulavam em Campina Grande e comecei a encontrar pequenas notícias que tratavam de situações cotidianas em que pessoas cegas demonstravam o seu poder de superação.

E foi assim que a questão da cegueira e da deficiência visual entrou na minha vida pela segunda vez, só que nesse momento comecei a pensar que poderia ser possível sim fazer alguma discussão histórica sobre o tema, foi quando em uma conversa informal com a professora Regina, falei sobre minha história de vida e o meu interesse em pesquisar algo sobre o assunto. Nesse mesmo período, estávamos realizando em nosso grupo de pesquisa diversas leituras sobre identidade e diferença e foi a partir dessas discussões que começamos a pensar na temática a ser abordada na elaboração da pesquisa para minha monografia intitulada, “*AH! É SEMPRE AQUELA HISTÓRIA DE COITADINHO...*” *Instituto dos Cegos de Campina Grande: construindo a sociabilidade desconstruindo identidades (2003-2008)*<sup>2</sup>. Mas, mesmo tendo realizado este trabalho, continuava sentindo a necessidade e inquietação de melhor compreender como a partir desses lugares de sociabilidade os deficientes visuais construam suas percepções sobre a cidade.

A partir desse primeiro passo começamos a pensar em ampliar nossa caminhada, foi quando surgiu à possibilidade de participar da seleção de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande no final do ano de 2011, nesse momento pude retornar a instituição para desenvolver as pesquisas referentes ao projeto que agora apresento sob a forma de dissertação, que se propõe a analisar o modo como as experiências urbanas vivenciadas pelos deficientes visuais na cidade de Campina Grande lhes permitem construir e desenvolver suas percepções sensoriais através dos

---

<sup>2</sup> Neste trabalho analiso a construção das sociabilidades e a desconstrução das identidades, por parte dos deficientes visuais estudantes e funcionários que frequentaram o Instituto dos Cegos de Campina Grande no período entre 2003 a 2008 a partir da problematização dos depoimentos orais, com a intenção de trazer ao campo da história os lugares de sociabilidade construídos pelos depoentes em seu cotidiano, como a casa, a rua — lugares de locomoção —, as conquistas e os desafios enfrentados pelos mesmos; além disso, analiso como eles/elas desconstróem e reconstróem as identidades, do diferente, do anormal, e do estranho no convívio diário com o preconceito e a discriminação.

diversos contextos de mudanças sócio-espaciais ocorridas na cidade de Campina Grande durante o período de 1989 e 2011. Assim, conforme Michel de Certeau nos fala: *Essa história começa ao rés do chão, com passos.*

É sobre essa história feita de passos que constroem caminhos e dá vida aos lugares da cidade que pretendemos falar ao longo do nosso trabalho intitulado *Caminhadas na “escuridão”: (re)descobrimo a cidade de Campina Grande através das percepções sensoriais dos deficientes visuais (1989-2011)*. Caminhar na escuridão, seja como metáfora, seja como uma situação real concreta, certamente, não é uma tarefa fácil, mas é bem assim que nos sentimos quando damos início a uma pesquisa. Pisando em falso, sem saber direito por quais caminhos seremos guiados e aonde esses caminhos vão nos levar.

Ao longo desses caminhos nos deparamos com todos os tipos de pessoas e situações, algumas nos orientam, nos guiam, nos amparam, nos ajudam a tomar decisões e realizar escolhas, mas em outros momentos nos percebemos desorientados, perdidos, sem rumo, vagando literalmente na escuridão, tentando descobrir e dar significado ao longo dos desafios que nos aparecem.

Como em toda caminhada sempre há alguns desvios a se fazer, os atalhos que embora tenham a função de encurtar os caminhos nem sempre são os mais recomendados, pois, podem acabar nos levando para mais distante do ponto onde pretendíamos chegar, mas esse ponto não representa o fim é apenas mais um passo de uma nova caminhada que pode nos fazer recuar ou nos levar ainda mais longe. Depois que o primeiro passo é dado caminhar já não é mais uma opção e sim uma necessidade.

Dizem os médicos e especialistas no assunto, que caminhar é o exercício mais completo para quem está iniciando uma atividade física. Diria eu que é o exercício mais complexo para se pensar uma pesquisa, principalmente quando nesta caminhada estão envolvidas experiências, percepções e histórias de vida que buscam dar sentido a um lugar, na construção de percursos e memórias que dão vida a cidade.

Na correria do dia-dia, caminhamos tão apressadamente que muitas vezes deixamos de perceber as mudanças que ocorrem na cidade em que moramos. A paisagem que observamos através dos vidros das janelas de nossas casas, dos carros ou dos ônibus, nos parece tão comum e pouco reveladora, que chegamos a experimentar quase que momentaneamente um processo de cegueira diante das mudanças mais banais do conjunto urbano.

E ficamos surpresos quando depois de vários dias, fazendo os mesmos trajetos, percebemos a alteração de alguma faixa de uma casa ou prédio; uma árvore que foi

removida de uma calçada; a mudança no tráfego de uma rua; uma nova obra que se inicia e nos incomoda por seu barulho ou na lentidão que provoca no trânsito e no caminhar dos passantes. Geralmente somos afetados por essas mudanças quando elas de alguma maneira nos incomodam e modificam nossa rotina. Mas, nunca paramos para nos questionar o que elas representam no nosso modo de ver e sentir a cidade.

Cada um que lance um olhar mais atento, poderá perceber essa transformação de uma perspectiva diferente; um a perceberá pela composição de cores; outro pelo relevo das ruas, dos muros; outros pelos formatos das casas, dos prédios, das praças, dos canteiros, dos viadutos, ou ainda pelas coisas mais simples, pelos cheiros ou odores emanados dos seus esgotos, pela variação de temperatura, pela força e velocidade dos ventos, pelo barulho das pessoas, dos automóveis, pelo cantar das aves e etc.

Desta forma, são inúmeras as maneiras de perceber o crescimento ou não da cidade. Poderá haver até aqueles que não percebem modificação alguma no bairro onde mora. Mas, não há quem não confirme que cada vez mais Campina Grande tem passado por um processo de expansão das suas fronteiras com a ampliação e aparecimento de novos bairros, novas áreas de lazer e entretenimento, possibilitando o desenvolvimento de outros tipos de sociabilidade mais descentralizada e a inserção de novos personagens no cenário urbano, como as pessoas deficiência, por exemplo.

Ao longo da sua história, a identidade de Campina Grande foi sendo construída e representada pelas elites locais, por seu potencial de desenvolvimento econômico - inicialmente centrado no comércio algodoeiro que propiciou o aparecimento de novas indústrias; a chegada do sistema de abastecimento de água, de energia, de esgoto, bem como, com a concentração de serviços públicos e privados, que, por conseguinte acarretaram um adensamento populacional - e pelas inúmeras nuances adquiridas pelos processos de urbanização e revitalização pelos quais passou a cidade que se reinventa a cada década que passa. Conforme observa Pesavento:

[...] a cidade foi, desde cedo, reduto de uma nova sensibilidade. Ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, fosse pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam. (PESAVENTO, 2007, p. 11).

Lançando um olhar do presente sobre o passado e vice-versa, são notáveis as mudanças urbanísticas pelas quais, Campina Grande passou e tem passado. Na

historiografia paraibana<sup>3</sup> encontramos diversas referências a essa cidade que carrega em seu nome esse “ethos” urbano portador da grandeza, do desenvolvimento, da modernidade, cantada e declamada em músicas e poemas dos filhos de sua terra. E se “quem te viu e quem te vê” já não a conhece mais, o que dizer para aqueles que só a “enxergam” por meio das sensações e percepções transmitidas através de cheiros, sons, ruídos ou pelo tatear como é o caso das pessoas com deficiência visual?

Apesar das inúmeras intervenções urbanísticas, que deram forma à cidade de Campina Grande e compuseram toda a sua singularidade e representatividade histórica, no entanto, poucas ou quase nenhuma discussão se fazia – até meados da década de 1990- sobre como integrar no espaço urbano da cidade à presença de pessoas com alguma deficiência. É durante o período que abrange 1989 a 2011 onde podemos observar o aparecimento das discussões que fazem referência às pessoas com deficiência<sup>4</sup>, mais especificamente em leis como na Lei Federal Nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989<sup>5</sup>.

A promulgação de uma legislação mais específica, nesse período, que visasse atender às necessidades e solicitações dos portadores de deficiência no Brasil, como a Lei Nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989; trouxe para o debate social e político um novo discurso e uma nova compreensão sobre o assunto, diferenciando-se do tipo de abordagem *basicamente assistencialista e paternalista* que se tinha produzido até aquele momento. Como observa Anita Brumer ao analisar as perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual:

A legislação brasileira, até a década de 1980, tinha um caráter basicamente assistencialista e paternalista, ratificando a visão e a prática com as quais geralmente vinham sendo tratadas as questões envolvendo as pessoas portadoras de deficiência. Tais políticas centravam-se, no caso dos deficientes visuais, na organização do ensino e instalação de classes em braille e na adaptação social e reabilitação. Sendo assim, cabia à

---

<sup>3</sup> Ver ARANHA, Gervácio Batista. Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais 1888-1925. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, SP: [s.n.]; 2001. SANTOS, Wagner Geminiano dos. Enredando Campina Grande nas teias da cultura (des)inventando festas e (re)inventando a cidade. 1965-2002. Dissertação de Mestrado. UFPE. Recife.

<sup>4</sup> É considerada Pessoa Portadora de Deficiência, nos termos do Decreto n.º 5.296/2004, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias: Deficiência física; deficiência auditiva; deficiência mental; deficiência múltipla e nos casos dos deficientes visuais aqueles que possuem cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. Ou seja, enquadram-se na denominação deficientes visuais pessoas cegas ou com baixa visão.

<sup>5</sup> Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde- institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

peessoa adaptar-se ao meio onde vive e não o contrário. (BRUMER, 2004, 304)

Ao tornar-se pública a Lei Nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989 possibilitou que a questão da deficiência, fosse pensada em uma perspectiva de abrangência tanto econômica e política social quanto cultural e social. Abrindo dessa maneira as portas para que outras leis, decretos, resoluções e códigos de postura fossem criados partindo da mesma perspectiva que a sua ou para regulamentá-la. A partir da oficialização dessa lei foi atribuída aos setores públicos e privados e aos Estados e Municípios, responsabilidades antes exercidas pelas instituições de apoio as pessoas com deficiência, pelos familiares destes e na maioria dos casos pelos próprios deficientes, principalmente no que se refere ao apoio à adaptação e reabilitação social conforme observa Brumer.

Nesse sentido, podemos perceber aí, os indícios do “início” e da continuidade de um modo mais consistente, dos debates sobre as pessoas com deficiência no âmbito Nacional; especialmente no que se refere à aprovação e a regulamentação das leis que surgem nesse período, bem como, os efeitos e os impactos destas para a criação de documentos<sup>6</sup> e aprovação de legislações<sup>7</sup> específicas para o Município de Campina Grande<sup>8</sup> em um momento posterior, possibilitando o começo de sua problematização tanto no espaço midiático<sup>9</sup> quanto no meio acadêmico e social.

---

<sup>6</sup> A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada / Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. p. : 21 cm.

Caminhado Juntos: Manual das Habilidades Básicas de Orientação e Mobilidade / elaboração João Álvaro de Moraes Felipe; colaboração Maria Glória Batista da Mota... [et al.] – Brasília: MEC, SEESP, 2003. 56p. : IL

<sup>7</sup> LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.

DECRETO Nº 914, DE 6 DE SETEMBRO DE 1993.

DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

DECRETO Nº 5296, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2004.

RESOLUÇÃO 304 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.

<sup>8</sup> No que se refere aos debates Municipais sobre a questão das pessoas portadoras de necessidades especiais, temos a aprovação do CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DE CAMPINA GRANDE-PB em 2001, e o PROJETO DO CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB. Em tais leis pode-se observar a existência artigos específicos que tratam desde a construção de edificações especiais com espaços adaptados a locomoção até a utilização e modificação da estética urbana para não dificultar a acessibilidade dos portadores de deficiência.

<sup>9</sup> A título de exemplificação podemos considerar A Campanha Nacional “Iguais na Diferença – Pela inclusão das pessoas com deficiência”, responsabilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da SECOM, foi idealizada para mostrar que a inclusão é possível. O filme publicitário é embalado pela música “Condição”, de Lulu Santos. A peça é pioneira na propaganda brasileira por oferecer simultaneamente os três recursos de acessibilidade: legenda em formato criativo, áudio descrição (um recurso indispensável para pessoas com deficiência visual, que consiste na descrição das cenas e movimentos que ajudem a compreender a história) e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Disponível em: <http://www.mj.gov.br/corde/> Acesso em 13/10/2009.

Mesmo sabendo que boa parte dessas legislações são frutos da reivindicação popular, mas que nem sempre elas conseguem representar os anseios do que a população realmente reivindica e acredita ser importante para si e para a cidade, é preciso ter consciência que da sua aprovação até a sua execução e aceitação por parte dos poderes públicos e da sociedade, há um longo caminho a se percorrer, que demanda tempo e principalmente interesse, tendo em vista que nem tudo que está na lei é passível de ser executado da mesma maneira em que foi aprovado.

Assim, apesar das fragilidades que apresenta - o que justifica a posterior produção de leis, decretos, resoluções e códigos para sua regulamentação - essa lei se mostra como referencial para compreendermos os principais elementos que evidenciam uma mudança de postura, compreensão e percepção dos poderes públicos e da sociedade no trato da questão das pessoas com deficiência e da criação de condições de acessibilidade, orientação e mobilidade nos espaços públicos urbanos; daí sua importância e utilização como referência para entendermos o recorte que atribuímos para a análise de nossa pesquisa, partindo desde sua promulgação até a de outras legislações decorrentes dela.

Nesse contexto, atendendo as cobranças populares como também as necessidades de adequação dos espaços urbanos às prerrogativas da lei; que durante a década de 1990<sup>10</sup> a cidade de Campina Grande começa a adquirir novas feições ainda tímidas e discretas de uma cidade um pouco mais acessível, passando por um processo de revitalização especificamente nas áreas centrais que tiveram seu início com as obras de padronização, planejamento e ampliação de algumas calçadas, a retirada do comércio ambulante das mesmas que dificultavam a locomoção e atualmente a demarcação e sinalização com o uso do símbolo universal de acessibilidade<sup>11</sup> permitindo a identificação de acesso para as pessoas portadoras de necessidades especiais.

---

<sup>10</sup> Ver, CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. Discursos e imagens da cidade: o processo de requalificação urbana de Campina Grande. (1970-2000). Tese de doutorado - UFPB – CCHLA – João Pessoa, 2011.

<sup>11</sup> O símbolo internacional de acesso foi adotado durante o XI Congresso Mundial de Reabilitação do Portador de Deficiência, realizado em 1969 pela Rehabilitation International (RI). Com sede em Nova Iorque, a RI é uma entidade não-governamental que congrega organizações nacionais e internacionais que oferecem serviços de reabilitação, possuindo o status de órgão consultivo da Organização das Nações Unidas (ONU). O trabalho que satisfaz a todos os requisitos foi o de Susanne Koefoed, da Dinamarca, exposto no seminário promovido em julho de 1968 pela Organização Escandinava de Estudantes de Desenho. O símbolo vencedor traz, sobre um fundo quadrado exato, o desenho estilizado de uma pessoa sentada em cadeira de rodas representando todas as pessoas portadoras de deficiências: paraplégicos, cegos, amputados etc. O símbolo internacional de acesso significa que o edifício ou logradouro onde está afixado é acessível às pessoas portadoras de deficiências (em especial aquelas que utilizam cadeiras de rodas), permitindo-lhes livre trânsito por seus recintos. Assim, somente deverão ostentar o símbolo os locais públicos onde uma pessoa portadora de deficiência possa entrar sem assistência, realizar o que veio fazer e retomar ao tráfego de pedestres ou ao seu automóvel estacionado, sem encontrar barreiras físicas de construção.

Ver mais em: <http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=58>

No entanto, é somente em 2001 que os poderes públicos campinenses passam a reelaborar um projeto para a aprovação de um Código de Posturas do Município, visando regulamentar as adequações pelas quais as edificações já existentes deveriam passar, as infrações e normas que as novas obras de edificações e qualquer tipo de alteração da paisagem urbana deveriam atender, com o intuito de oferecer maiores e melhores condições de acessibilidade. Sendo o referido código aprovado somente em 2003.

Mas, apesar das leis evidenciarem a necessidade de uma mudança de postura dos poderes públicos no trato dessa questão, as práticas cotidianas evidenciam outras, por exemplo, quando falamos na questão da acessibilidade<sup>12</sup>, temos na maioria das vezes o costume de nos remetermos às pessoas com dificuldade de locomoção como os cadeirantes, pois para muitos a questão da acessibilidade é pensada como algo que visa apenas atender a um “público alvo” específico. Não é muito comum em nosso dia-dia observarmos deficientes, sejam eles portadores de necessidades físicas, mentais e/ou sensoriais, como os deficientes visuais, caminhando em nossa cidade com autonomia, facilidade e agilidade.

Muitos são os obstáculos que agravam essa caminhada, que vai desde um aparentemente “simples” buraco, ao desrespeito e falta de atenção de pedestres e motoristas, a ausência de sinalização adequada, como marcações táteis e sinais sonoros, entre outros fatores que prejudicam a locomoção, tanto de cadeirantes quanto de deficientes visuais que se encontram em situação mais vulnerável diante desses obstáculos, por não poderem se utilizar da visão como referencial de locomoção. Tendo desta forma os seus direitos de ir e vir negligenciados pelos poderes públicos, que contraditoriamente, estabelecem em suas legislações a assistência e a adaptação do espaço urbano para todos os deficientes.

Daí a importância de instrumentos que lhes permitam adquirir noções de orientação e mobilidade<sup>13</sup>; já que boa parte do que se prega na legislação não é posta em prática; nesse

---

<sup>12</sup> Nos termos do art. 2º da Lei n.º 10.098/2000, acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

<sup>13</sup> Orientação é capacidade de perceber o ambiente, saber onde estamos. A mobilidade é a capacidade de nos movimentar. A orientação para o deficiente visual é o aprendizado no uso dos sentidos para obter informações do ambiente. Saber onde está, para onde quer ir e como fazer para chegar ao lugar desejado. A pessoa pode usar a audição, o tato, a cinestesia (percepção dos seus movimentos), o olfato e a visão residual (quando tem baixa visão) para se orientar. A mobilidade é o aprendizado para o controle dos movimentos de forma organizada e eficaz. A pessoa com deficiência visual pode se movimentar: com a ajuda de uma outra pessoa – guia vidente; usando seu próprio corpo – autoproteções; usando uma bengala – bengala longa; usando um animal – cão-guia; usando a tecnologia – ajudas eletrônicas. FELIPPE, 2003, 5-6.

sentido, a produção de documentos como manuais de *habilidades básicas de orientação e mobilidade*, que ensinam o deficiente visual a se locomover em espaços públicos ou privados não adaptados, como o espaço urbano de Campina Grande; tem sido um dos principais recursos estratégicos<sup>14</sup> utilizados pelas instituições de ensino e apoio aos deficientes visuais como o Instituto dos Cegos de Campina Grande<sup>15</sup>, já que a cidade não oferece recursos que lhes permitam ter uma mobilidade segura, é preciso criar táticas e modos de apreender a cidade em seus múltiplos espaços. Conforme observa Certeau:

[...] se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede de prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. (CERTEAU, 2012, pp. 164-165).

Apesar de oferecer aos seus habitantes portadores de necessidades especiais, uma configuração urbana bastante debilitada e deficiente no que se refere à acessibilidade e mobilidade, estes ainda conseguem desenvolver táticas de locomoção e reconhecimento do espaço urbano, percebendo em seu cotidiano, as transformações urbanas pelas quais tem passado a cidade de Campina Grande; vivenciando o contato com as novas tecnologias e as mudanças que elas têm causado em seus hábitos e costumes; além de perceberem as tensões e conflitos sociais decorrentes da violência e das tramas político-econômicas existentes na cidade; tudo isso através de suas bengalas, cães guias ou com seus acompanhantes, reinventando desse modo às maneiras de perceberem a cidade nos seus múltiplos sentidos espaciais, sociais e sensoriais.

---

<sup>14</sup> Para problematizarmos o modo como os deficientes visuais percebem e se apropriam do espaço urbano, apropriamo-nos das noções de *estratégias* e *táticas* apresentadas por Michel de Certeau. A idéia de estratégia é pensada como a manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado, enquanto a noção de tática corresponde a uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. CERTEAU, 1994, p. 99-100.

<sup>15</sup> Criado em 1952, fruto da idealização do Professor José da Mata Bonfim (In-Memória) O Instituto dos Cegos de Campina Grande, foi responsável pela escolarização e inclusão ao mercado formal e informal de trabalho, de centenas de pessoas com deficiência visual provenientes de diversos municípios do interior paraibano e até de outros estados. Dispondo de uma sede totalmente recuperada e contando com instalações e equipamentos que visam à melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência visual. Fruto de inúmeras parcerias firmadas junto a órgãos públicos e ou privados bem como das significativas contribuições oferecidas pela sociedade campinense, o Instituto oferece ao seu associado: Educação Infantil; Apoio Pedagógico para Ensino Fundamental; Informática Adaptada; Desporto Adaptado; Musicalização; Assistência Social; além de outras atividades vivenciadas com base na necessidade das pessoas cegas. Além das aulas teóricas, a instituição realiza aulas de visitação *in loco* como em rodoviárias, shopping centers, supermercados, praças públicas etc. Disponível em: <http://www.institutodoscegos.com.br/> Acesso em 30/10/2009.

Muito embora, a paisagem urbana que se tem tentado projetar sobre Campina Grande procure fazer de certas áreas urbanas da cidade como parques, shopping, ruas e calçadas, uma “extensão” das casas de seus moradores, na prática essa relação de proximidade se dá de um modo muito conflituoso. Calçadas e ruas que em épocas remotas foram consideradas extensões do convívio familiar, onde se vivenciavam os festejos típicos locais, e as conversas com a vizinhança nos fins de tarde, atualmente tem se tornado um território estranho, inabitado e abandonado, principalmente no que diz respeito ao ato de se caminhar sobre elas, devido à quantidade de obstáculos encontrados como buracos; barracas em locais de grande circulação de pedestres que dificultam a locomoção; pisos sem um nivelamento adequado; tanto nas ruas como nas calçadas. Contrapondo-se ao que está previsto nos artigos 222 e 226 do Código de Postura do Município de Campina Grande:

**Art. 222.** Os proprietários ou responsáveis pelos imóveis localizados em logradouros públicos deverão conservar suas calçadas em condições normais que assegurem o livre trânsito de pedestres em toda a testada.

**Parágrafo Único** - Os proprietários ou responsáveis pelos imóveis localizados no centro da cidade deverão executar os serviços de pavimentação do passeio em toda a extensão da testada.

**Art. 226.** Será de responsabilidade do Município:

**I** - a instalação de rampas com meio-fio rebaixado, na existência de faixas para travessia no leito da via, estabelecidos pelo órgão competente de trânsito, de maneira a permitir o livre acesso de pessoas portadoras de deficiência física.

**II** - a instalação de sinalização adequada, de forma que possibilite uma melhor circulação do deficiente visual nas principais vias do centro, em conformidade com as recomendações do órgão competente de trânsito.

**III** - as rampas deverão ter continuidade em ambos os passeios das vias, apresentando piso de material de alerta tátil.

Na prática e em boa parte da cidade, essas determinações expostas pela lei passam despercebidas, tanto por parte dos moradores quanto dos poderes públicos locais, geralmente, como podemos perceber em certas análises historiográficas<sup>16</sup>, as reformas urbanas empreendidas na cidade de Campina Grande foram pensadas para atender determinadas demandas arquitetônicas, artisticamente e paisagisticamente planejadas para revelar momentos de mudanças de mentalidade, crescimento econômico, e certas

---

<sup>16</sup> Embora sejam produções que tratem de contextos históricos diferentes do nosso, são de extrema importância para nossa compreensão e análise sobre os impactos das reformas urbanas em Campina Grande no começo do século XX:

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). Revista Brasileira de História, vol. 23, n. 46. São Paulo: ANPUH, 2003, pp.61-92.

AGRA DO Ó, Alarcon. Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de Cidades – (Campina Grande, 1959) – Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

intencionalidades políticas, mas nenhuma delas priorizou ou sequer cogitou a necessidade de adaptações dos espaços públicos para as pessoas com deficiência.

Esse quadro reforça uma realidade vivenciada por milhares de pessoas com deficiência não apenas em Campina Grande, mas em todo o Brasil. E que faz parte daquilo que Joana Belarmino de Sousa analisa como sendo o modo tátil de *pensarperceber* o mundo dos indivíduos cegos de nascença. Sendo diagnosticada como deficiente visual desde o nascimento, a autora nos apresenta uma nova percepção sobre o mundo que a cerca em algumas situações vivenciadas por ela durante a infância; abrindo margens para refletirmos como a sociedade atual está convencionada a perceber o mundo apenas por uma perspectiva áudio-visual. Para ela:

[...] a ciência tradicional excluiu ou relegou a um plano inferior os sentidos do olfato e do tato, habilitando o olho e o ouvido como sentidos prioritários na inquirição do mundo e na produção de conhecimento sobre a realidade, [...] do mesmo modo abdicou da diferença em favor da homogeneidade, da normalidade, da padronização. (Sousa, 2009, 180).

Ao priorizarmos o uso de determinados sentidos, relegando aos demais uma participação secundária em nossa apreensão do mundo, não estamos apenas nos limitando a perceber a realidade sob uma perspectiva unilateral, mas também estamos abdicando das demais possibilidades que eles nos permitem fazer no processo de percepção do mundo a nossa volta.

Apesar de vivermos em sociedades do apelo ao consumo imediato, e em cidades que prezam por um mundo cada vez mais apreensível pelos sentidos audiovisuais como mecanismo de sobrevivência e existência, acarretando muitos obstáculos para o convívio social dos indivíduos desprovidos de um desses sentidos, transformando-os em pessoas sem existência, sem sensibilidade, sem conhecimento da realidade. Também vivemos em uma sociedade que se reinventa em decorrência das diferentes percepções construídas pelos indivíduos que a compõem, em cidades que assumem diversas formas de representação sejam elas visíveis, sensíveis, ou imaginárias, segundo nos mostra Sandra Jatahy Pesavento:

Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, correspondem outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos. (PESAVENTO, 2007, 11).

Embora possuindo espaços padronizados, demarcados, construídos e organizados, as percepções construídas sobre a cidade não se dão apenas no plano da visão ou da

audição, para os deficientes visuais a apreensão da cidade se dá através dos outros sentidos como o tato e o olfato, mas além desses sentidos que aguçam suas sensibilidades nesse constante exercício entre realidade e imaginação, existe outra maneira de perceber a cidade que se desenvolve de modo diferenciado por cada deficiente visual.

Desse modo, a pessoa que nasceu com baixa visão ou que enxergava e em decorrência de alguma doença ou acidente perdeu a visão, desenvolve um modo diferenciado de apreender e perceber os espaços, em relação àquela que já nasceu cega; no primeiro caso existem os resquícios da memória visual, já no segundo caso existem apenas as apropriações e associações da imaginação sobre um determinado espaço, lugar ou objeto<sup>17</sup>.

Quando somos levados a pensar sobre uma cidade, normalmente nos vem à mente as referências visuais que temos dela, logo nos remetendo a estrutura dos seus espaços físicos como ruas, casas, os bairros, as áreas centrais, pontos turísticos, áreas de lazer e comércio, enfim uma infinidade de espaços que a caracterizam por seus aspectos estruturais e econômicos, e que falam sobre os processos de transformações pelas quais uma determinada cidade tem passado, mas, não nos damos conta de que pensar a cidade é também pensar nas maneiras de senti-la. Afinal, o que chamamos de “mundo real” é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma. Apesar disso, conforme nos mostra a historiadora Stella Brescianni:

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. E mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas. (BRESCIANNI, 1998, p.237).

De fato, para nós videntes<sup>18</sup> a referência visual é um elemento extremamente preponderante para o desenvolvimento das nossas percepções sobre a cidade onde moramos, é o primeiro sentido que utilizamos quando pretendemos recuperar ou construir mentalmente nossas vivências e experiências cotidianas. A cidade é esse lugar que traduz perfeitamente essa noção de experiência visual, com suas arquiteturas e seus traçados ela se transforma em alimento para os olhos. Mas, essa mesma cidade que pode se oferecer

---

<sup>17</sup> Isso quando nos referimos ao sentido da visão. No que se refere ao uso dos demais sentidos como a audição, o tato e o olfato as experiências e percepções sejam as mesmas.

<sup>18</sup> Vidente é o termo usado para denominar as pessoas que enxergam normalmente.

como alimento pouco atrativo para uns; para outros, pode revelar a abundância de sensações que ela pode despertar quando não é experimentada com os olhos.

Uma cidade sentida e imaginada, não é uma das tarefas mais fáceis de experimentar, principalmente quando esta cidade nos é apresentada não por aquilo que podemos apreender rapidamente com um olhar, mas, através daqueles que só podem senti-la quando a conhecem por meio das histórias que ouvem, pelos caminhos que desvendam e tateiam em meio aos seus desníveis, imperfeições, irregularidades, pelos sons e odores que nos parecem tão comuns, mas que se apresentam tão abstratos quando da ausência da visão.

Nesse sentido, as sensibilidades operam como esse fio condutor que nos permite atingir as diferentes formas de ser e de estar na cidade, com seus sonhos, desejos, medos, ódios e todo o imaginário que a cerca, indo do processo de desenvolvimento das suas percepções individuais até chegar àquelas sensibilidades partilhadas. Ainda conforme Pesavento:

Principiemos pelo entendimento da sensibilidade como uma outra forma de apreensão do mundo para além do conhecimento científico. As sensibilidades correspondem a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social. O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo. Às sensibilidades compete esta espécie de assalto ao mundo cognitivo, pois lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade, com os valores e sentimentos, que obedecem a outras lógicas e princípios que não os racionais. (PESAVENTO, 2005, p. 2).

Recuperar essas sensibilidades, esses conhecimentos sensíveis da realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência visual, nos servirá como base para refletirmos sobre a questão da memória na construção da narrativa histórica e pessoal dos nossos depoentes; como esta participa da articulação dos eventos do passado e institui recortes espaciais e temporais na construção de seus relatos que assinalam, sobretudo, as práticas pessoais e sociais constitutivas de novos espaços percebidos e sentidos no contato com a cidade.

No processo de construção e percepção das sensibilidades vivenciadas pelas pessoas com deficiência visual em suas práticas com o espaço da cidade, bem como na descrição e rememoração dessas experiências pessoais, os relatos orais ocupam seu papel crucial para a análise que realizamos sobre suas histórias de vida, e para a compreensão dos diferentes contextos apresentados em suas falas sobre a cidade de Campina Grande.

As narrativas que descrevem lugares – relatos cotidianos – representam um grande *corpus* nesse trabalho; tecendo a memória através das linhas do tempo e dos espaços vividos, representados como sinais reveladores da sua existência, tal como é lembrada. Existência esta que não pode ser pensada tendo por referência uma totalidade prévia ou um único contexto, porque as descrições longe de fixarem espaços e lugares, os recriam culturalmente. Nos mesmos lugares e nas mesmas cidades os contextos são múltiplos, marcados pela variedade das experiências, acontecimentos e, sobretudo, diferentes pontos de vista daqueles que nela habitam.

Assim, os caminhos dessa pesquisa foram percorridos com respaldo nas histórias de vida de cada depoente, buscando recompor em cada biografia os cortes temáticos efetuados em suas trajetórias pessoais. Desse modo, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas, vivenciados e experimentados por cada um deles nas mais diversas situações cotidianas, tentamos encontrar a melhor trajetória para compreendermos suas sensibilidades, dificuldades e fragilidades diante desse exercício muitas vezes tão doloroso e dramático de expor suas histórias de vida. Conforme, observa Keila Queiroz e Silva:

O fascínio e o terror que representa a própria vida, frente ao risco que corremos ao nos expor, de nos fragilizarmos, de não sermos aceitos socialmente, estão presentes em todo momento de descoberta intelectual, por isso precisamos abrir mão da postura de juízes do nosso próprio espetáculo. Ao pesquisarmos, ao entrevistarmos, estamos nos dando uma preciosa oportunidade de redefinição dos nossos próprios valores, desejos e sentimentos. Entremos no espetáculo, sintamos com intensidade a fala do outro, a busca de coerência do outro, as oscilações do outro e, por fim, a necessidade de aceitação por parte do outro, afinal, a nossa suposta identidade é relacional. O nosso olhar não deve ser afirmador de uma relação assimétrica entre nós pesquisadores e o nosso informante. Estar diante de outro ser humano é definitivamente bem mais revelador do que o contato com papéis e outras fontes históricas. Revela inclusive a nossa dificuldade de validar a fala do outro, de deixá-lo ocupar o centro do palco. (SILVA, 1999, p.23).

Nesse espaço de tantas subjetividades e sensibilidades, o trabalho com a metodologia da história oral se transforma numa experiência de alteridade bastante intensa, onde perceber a fragilidade do outro se transforma em um importante exercício para compreendermos nossas próprias limitações interpretativas da realidade. Além disso, sabemos que ela representa, assim como analisa Verena Alberti, um resíduo de uma ação interativa entre entrevistado e entrevistador:

Tanto um quanto o outro têm determinadas idéias sobre o seu interlocutor e tentam desencadear determinadas ações: seja fazer com que o outro fale sobre sua experiência (o caso do entrevistador), seja fazer com que o outro entenda o relato de tal forma que modifique suas próprias

convicções enquanto pesquisador (o caso do entrevistado). (ALBERTI, 2004, p.35).

Para dar conta dos muitos enfoques que damos as interpretações de nossos entrevistados sobre sua condição de deficiente visual e sua relação com a cidade de Campina Grande nossas escolhas teórico-metodológicas nos aproximaram de diversos autores entre os quais destacamos as análises Michel de Certeau, ao refletir sobre a cidade como um espaço praticado com passos que remontam caminhos de escrita da vida daqueles que a habitam. Sobre a construção desses espaços praticados no imaginário do deficiente visual, dialogamos com Yu-fu Tuan. Ao pensarmos a cidade não apenas como lugar visível, mas também sensível e imaginário nos aproximam das discussões sobre sensibilidades propostas por Sandra Jatahy Pesavento. Para compreender os estigmas e o imaginário que cercam a condição das pessoas com deficiência visual em nossa cidade, utilizamos as análises de Bruno Sena Martins. Entre outros autores que compõem e complementam significativamente nossas análises e interpretações sobre a pessoa com deficiência visual.

Assim, em todos os capítulos, inicio a temática específica, relacionando a história de vida dos nossos depoentes com as análises teóricas desses autores, onde enfocamos os principais elementos que compõe a linha de pesquisa (Cultura e Cidades) sobre a qual estruturamos nossa pesquisa. Neste sentido, aspectos como: o cotidiano, com um enfoque voltado para o modo de vida das pessoas com deficiência visual; o advento de equipamentos modernos e as mudanças de hábitos e costumes por eles provocados, o que equivale a falar das novas sensibilidades daí advindas, atentando para a reação/recepção das pessoas à sua chegada; as reformas urbanas e as tramas político-econômicas que as acompanham, às quais, na esteira das mudanças que provocam, tanto ferem interesses de grupos quanto geram novas sensibilidades/sociabilidades na vida cotidiana, razão pela qual se dão como práticas geradoras de tensões e conflitos.

Esses aspectos da vida dos moradores da cidade são investigados em diferentes falas de nossos depoentes e a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Assim, no primeiro capítulo intitulado – TRAJETÓRIAS DE VIDA QUE DÃO SENTIDO A CIDADE - destacamos a representatividade da história de vida de Adenize Queiroz de Farias e como as suas experiências cotidianas na cidade de Campina Grande lhes permitiu desenvolver suas sensibilidades e construir sua própria trajetória pessoal, social e profissional.

No segundo capítulo intitulado por - ENTRE O VER E O NÃO-VER: LEMBRANÇAS E PERCEPÇÕES DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – iremos conhecer mais história de vida onde a cegueira se fez presente, como uma luz que aos poucos foi perdendo sua capacidade de iluminar ela foi transformando a vida do nosso depoente Rafael Medeiros Jerônimo, e suas experiências pessoais acabaram sendo mediadas por essa constante inquietação de estar entre um mundo visível cheio de detalhes para compreender e memorizar e um mundo invisível de sensibilidades a explorar. Assim, pretendemos analisar os diversos aspectos das memórias visuais da cidade de Campina Grande apresentados por nosso depoente, bem como o desenvolvimento das suas experiências pessoais e sociais que lhes permitiu após a perda da sua visão construir suas percepções táteis sobre a cidade e experimentar a descoberta de novas sensibilidades em outra grande cidade brasileira.

No terceiro capítulo intitulado por - UM DESPERTAR PARA AS SENSIBILIDADES: PERCEPÇÕES E TENSÕES NO COTIDIANO DA CIDADE – iremos problematizar mais uma história de vida, onde a cegueira surgiu muito cedo em decorrência de um fato inesperado nosso depoente Altemar Soares Ferreira se viu diante da necessidade de aprender a lidar com essa nova realidade, e nesse contexto, apresentaremos algumas reflexões acerca dos estigmas sociais que perpassam a experiência da cegueira no cotidiano da cidade de Campina Grande nos dias de hoje, bem como analisaremos as dificuldades de conviver e relacionar-se no cotidiano da pessoa cega, o processo de adaptação, e como a dificuldade de assumir-se cego pode interferir no seu relacionamento e comportamento social.

# 1. TRAJETÓRIAS DE VIDA QUE DÃO SENTIDO À CIDADE

*“Deficiente é quem não consegue modificar a sua vida, aceitando as imposições dos outros e da sociedade, ignorando que é dono do seu destino; Louco é quem não procura ser feliz com o que possui; Cego é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas.”*  
Mário Quintana

## 1.1 Aonde os caminhos da vida vão te levar?

Se pudéssemos voltar no tempo e retornarmos ao exato momento de nossas vidas em que alguém nos perguntou “o que queríamos ser quando crescermos?”, certamente, ficaríamos espantados com os rumos que nossas vidas tomaram e como aquilo que sonhávamos ser quando criança talvez não se parecesse com nada das escolhas que fizemos e dos caminhos que seguimos depois de adultos.

De alguma forma nossas histórias de vida se entrelaçam as histórias de vida de outras pessoas e dos lugares pelos quais passamos, e sem perceber, acabamos fazendo das trocas de experiências que acontecem nesses encontros, nossas escolhas de vida na construção da nossa própria identidade em prol de uma luta pessoal que acaba se transformando em nossa razão de viver, um ideário com o qual nos identificamos e pelo qual passamos a ser reconhecidos pela sociedade.

Em Campina Grande e em tantas outras cidades brasileiras, podemos encontrar diversas figuras emblemáticas que fizeram da sua própria história de vida a razão para lutar por um ideal. Assim neste capítulo, pretendemos destacar a representatividade da história de vida de Adenize Queiroz de Farias<sup>19</sup> e como as suas experiências cotidianas na cidade de Campina Grande lhe permitiu desenvolver suas sensibilidades e construir sua própria trajetória pessoal, social e profissional.

Nos anos finais da década de 1970, nasce Adenize; em uma Campina Grande bem diferente daquela conhecida por seus pais. Uma cidade que começava a perder a imagem de grande pólo industrial em desenvolvimento, imagem essa que configurava os interesses pretendidos por sua elite comerciante local e por seus governantes até aquele momento. Mas que, com a perda de capital financeiro e econômico, provocado ainda pelo reflexo da

---

<sup>19</sup> Aos 37 anos, é professora da Universidade Estadual da Paraíba e preside o Instituto dos Cegos de Campina Grande. Concedeu-nos entrevista em 29 de Maio de 2013.

crise de 1930, e com o declínio do comércio do algodão, mudaram fortemente a produção imagético-discursiva que colocava Campina como “grande, moderna e desenvolvida”.

De forma que a partir da década de 80 do século passado a cidade passou a ser conhecida e decantada como “Capital Cultural”, “grande centro universitário”, “realizadora de grandes eventos culturais”, a exemplo do “Maior São João do Mundo”, do “melhor” e “mais” animado carnaval fora de época do país, a Micarande, do “mais” ecumênico Encontro Para a Nova Consciência e o “mais” e “mais” e “melhor” e “maior” etc. e não mais como a “Capital do Trabalho”, “grande pólo comercial do Norte/Nordeste”. (SANTOS, 2007, p.17).

Assim, conforme observa Wagner Geminiano dos Santos, os novos discursos produzidos sobre/para Campina Grande a partir da década de 1980, buscavam evidenciar seu potencial cultural e educacional, que conseqüentemente modificaria os rumos da sua economia bem como a estética da cidade, já que devido aos novos eventos culturais e a inserção de seus principais centros universitários no rol de destaque entre as melhores universidades do país, faria com que a cidade passasse a receber turistas e novos profissionais e estudantes de diversas partes do país para desenvolver e adquirir novos conhecimentos, bem como disponibilizá-los para a população campinense.

Essa cidade que desde a sua fundação sempre teve a fama de ser a “terra prometida” dos inúmeros forasteiros que nela se instalaram continuou mantendo sua tradição, entretanto, para os filhos de sua terra poucas oportunidades lhes restaram. Assim, em meio a essa mudança de contexto e de valores nasceu Adenize, em uma família com poucos recursos financeiros, em que seu pai se desdobrava entre o trabalho como agricultor em um período do dia, e no outro vendia café e refresco na Feira Central de Campina Grande.

Desde muito cedo, por volta de um ano de idade, ela foi diagnosticada como portadora da cegueira total nos dois olhos, e apesar o impacto inicial da notícia, seus pais sempre lhe ofereceram as condições normais e adequadas para o seu desenvolvimento. Conforme ela mesma nos relata:

[...] a descoberta desse fato se deu mais ou menos quando que tinha 1 ano e poucos meses, quando eu tava brincando com minha prima que tem 4 meses a menos que eu, e quando nós estávamos fazendo contato com brinquedos, manuseando brinquedos, ai meus familiares constataram a partir da reação diferente, a minha e a dela, ela ia buscar os brinquedos e eu ficava lá ouvindo, mais passiva no chão e ai meus familiares me levaram ao oftalmologista e eles de fato constataram a deficiência. (Entrevista concedida em 29 de Maio de 2013).

Acredita-se que para quem a cegueira é uma condição natural descoberta precocemente - como foi o caso de Adenize que com pouco tempo depois do seu

nascimento recebeu o diagnóstico - que o modo como a cegueira e as dificuldades por ela implicada são mais bem acolhidos, em comparação com quem foi acometido por ela de modo progressivo ou súbito. A esse respeito Bruno Sena Martins nos mostra que:

Ou seja, o facto das pessoas cegas de nascença tenderem a mostrar uma maior adaptação à sua condição e de nelas ser menos patente a existência de sentimentos de inconformismo ou “revolta” pelo fato de serem cegas. Isto acontece porque, em grande parte dos casos, houve uma aprendizagem desde a infância que lhes transmitiu as competências e técnicas a serem empregues para a realização das mais diversas actividades. Mas também, e sobretudo, porque nesses casos não existe uma experiência de perda, não há um mundo empobrecido naquilo que nele se pode apreender, não há constrangimento em relação aos modos de realizar, nem tão pouco um confronto com as coisas que se tornaram impossíveis de fazer. Não há, portanto, a experiência de uma ruptura, nem a submissão a uma imperativa metamorfose no *modus vivendi*. É óbvio que as pessoas que já nasceram cegas têm uma noção de lapso que as separa de quem vê, um lapso que é actualizado quotidianamente na comparação com os outros, e na percepção das facilidades que a visão permite na apreensão de elementos a realidade e na execução de algumas tarefas. (MARTINS, 2006, p.228)

A notícia do diagnóstico da cegueira é sempre um momento que traz consigo uma carga de revolta e tristeza muito profundas para quem a recebe, mas para Adenize esse momento foi mais revelador para seus familiares do que para ela mesma, tornando visível o que para ela era apenas um modo natural de ser. Pois para uma criança que já nasceu cega, provavelmente, de forma muito íntima, introjetou a ideia de que é uma criança cega, face aos gestos, às verbalizações da família. Mas essa criança ainda não compreende a diferença entre o ver e o não-ver.

Assim, a tomada de consciência por parte dos seus familiares, da sua real situação, lhes possibilitou a oportunidade de ter um desenvolvimento adequado para sua condição. E para isso a existência na cidade de uma instituição que desse às pessoas com deficiência visual um atendimento específico para as suas necessidades foi de extrema importância, assim a passagem de Adenize pelo Instituto dos Cegos de Campina Grande marcará profundamente sua história de vida.

[...] então aos 6 anos de idade eu passei a frequentar a escola, era já aqui no Instituto dos Cegos, porque não havia perto de casa uma escola especializada pra isso então tinha que vir pra cá e isso já me deu... Nós deveríamos pegar dois ônibus, mas não tinha dinheiro pra pegar dois ônibus, então nos pegávamos apenas um e isso já foi me dando um conhecimento desse entorno ou desse caminho, desse percurso de casa pro Instituto. Eu nunca fui uma criança que por causa da cegueira fui trancada em casa, a gente sempre teve oportunidade de sair, principalmente pra igreja e depois pra escola ai depois pra ambientes mais restritos, mas a partir dos 18 anos, 20 anos ai a gente começou a ganhar o mundo propriamente dito. Então é como que a gente vai

percebendo esse entorno, nós que não enxergamos, e principalmente nós que nunca enxergamos, utilizamos o que a gente chama de os sentidos remanescentes, quer dizer, são aqueles sentidos que sobram além da visão, então a audição, a própria percepção, a audição, o tato muitas vezes, o olfato, nos dá algumas pistas de como é aquele ambiente e a percepção que a gente chama a cinestesia do ambiente, o espaço o entorno e agente consegue identificar se aquele espaço é plano ou não, se aquele espaço é asfaltado ou ele é somente calçado ou ele é um espaço de terra, enfim, o fato de desde a infância a gente ter saído e ter conhecido essas realidades todas. E aí escola é determinante nisso porque depois da família, e aí pra mim foi muito importante o fato de que a família não me superprotegeu por causa da deficiência ela diferente disso, muitas pessoas com deficiência, muitas crianças com deficiência são privadas de ir a muitos ambientes por causa da sua deficiência e a minha família não fez isso, e sempre explicava. Então a gente consegue pelos outros sentidos obter algumas informações que as demais pessoas têm pela visão. Nós sabemos, comprovado por estudos que a visão oferece ao ser humano certa de 80 a 90 por cento das informações que ele obtém. Todavia a gente se utiliza exatamente desses outros sentidos pra nos dar pelo menos parte dessas referencia de tal forma assim que a gente consegue identificar quando o lugar é plano quando o lugar não é, diferentes texturas de pisos dos diversos ambientes sejam internos ou externos. (Entrevista concedida em 29 de Maio de 2013).

Fundado em 1952, por José da Mata Bonfim<sup>20</sup> o Instituto dos Cegos de Campina Grande, passou desde os primeiros anos da sua fundação por inúmeras dificuldades entre as quais a falta de apoio e investimentos dos poderes público e privado se configuravam como os fatores que mais prejudicaram o seu funcionamento e o bom andamento das suas atividades, mas apesar das dificuldades, a qualidade dos serviços prestados à comunidade sempre foi um diferencial da instituição que chegou a contar com o maior acervo de livros em braile da região nordeste.

Em sua fala Adenize nos revela vários aspectos da construção das sensibilidades de uma pessoa com deficiência visual sobre o espaço urbano, e nesse sentido, nos mostra quão importante foi ser preparada desde criança para desenvolver essas habilidades sensoriais. Entretanto, devemos considerar que no contexto dos anos 1980, apesar de Campina Grande estar tentando se projetar nacionalmente como uma cidade culturalmente desenvolvida e detentora das melhores universidades<sup>21</sup> do interior paraibano, porém, pouco incentivo oferecia as instituições de apoio às pessoas com deficiência existentes na cidade, haja vista

---

<sup>20</sup> José da Mata Bonfim nasceu em Cabaceiras, e conseguiu estudar no Instituto dos Cegos da Paraíba com sede em João Pessoa, chegando a se formar em Pedagogia e em Direito; devido às oportunidades de ensino e formação superior que obteve, Bonfim preocupou-se em levar para outros portadores de deficiência visual do interior do Estado esta oportunidade, mas, com um diferencial: desejava incluir no programa de ensino da instituição, experiências com a música, arte e o desporto. Tendo em vista que na capital a ênfase dada ao ensino era centrada na prática da escrita e da leitura.

<sup>21</sup> Universidade Federal da Paraíba - Campus II (atual Universidade Federal de Campina Grande) e Universidade Estadual da Paraíba (antiga FURNE).

que a história do Instituto dos Cegos – escola onde ela estudou - é marcada por vários momentos de crise, inclusive paralisando suas atividades entre os anos de 1994-2001 devido, a falta de apoio dos governantes locais. E diante dessa situação, mais uma vez os caminhos da vida de Adenize se encontram com o da instituição:

Em minha própria vida senti a força destas experiências corrosivas. Recordo que no ano de 2002, quando eu tinha 26 anos e era recém formada em Pedagogia, ao ser apontado meu nome para dirigir o Instituto dos Cegos de Campina Grande – PB, cuja sede se encontrava em estado de total abandono e depredação, os líderes mais antigos me consideravam incapaz de exercer o cargo, sob alegação de que eu era ainda muito jovem, portanto não daria conta dessa tarefa. Presidi a instituição por, 9 (nove) anos, período que realizei melhoras significativas em sua sede e procurei identificar a abordagem educacional que melhor atendia as necessidades dos cegos que lá estudavam. (QUEIROZ, 2011, p.19-20).

A história dessa instituição e a trajetória de vida de Adenize se confundem profundamente, pois passados alguns anos desde o fechamento da atual sede da instituição, ela junto com outros ex-alunos se mobilizaram pela sua reabertura. Assim, podemos compreender em parte, o quanto foi importante o papel de uma educação adaptada para a sua vida e como isso interferiu nas suas escolhas pessoais e profissionais.

Essas experiências e situações cotidianas narradas por Adenize revelam o papel preponderante que a educação assumiu em sua vida e como esse contato imediato com um tipo de educação adaptada lhe possibilitou caminhar rumo à construção da sua identidade pessoal, profissional e social no momento em que mesmo sabendo que poucos acreditavam na sua capacidade, se compromete em assumir a presidência de uma instituição que se transformou em referência para as pessoas com deficiência visual, mas que naquele momento se encontrava em total abandono.

Além do fator educacional que representa um importante aspecto da história de Campina Grande e, por conseguinte, a história dos filhos(as) da terra. Adenize nos fala também do aspecto sensorial quando da ausência da visão. O uso dos sentidos remanescentes como o tato, olfato e audição são de extrema importância para a pessoa cega compreender as dimensões, a estrutura e as direções por onde deve se locomover, mas é primordial para o desenvolvimento das suas percepções sensoriais que essa pessoa experimente se locomover por diversos ambientes e em diferentes lugares, ficar recluso em casa limitará sua capacidade de apreensão das inúmeras características, formas e texturas que o espaço urbano pode lhe apresentar.

Assim, para apreender e perceber a cidade é preciso que a pessoa com deficiência visual a experimente. E nesse processo de reconhecimento do espaço urbano, por parte das

peças cegas é comum os videntes perguntarem se na ausência da visão os demais sentidos se aguçam. O filósofo Diderot já no século XVIII nos alertava sobre o equívoco de pensar assim, e nos diz que *o auxílio que nossos sentidos se prestam mutuamente os impede de se aperfeiçoar*. Ou seja, não é fato de que na ausência de um dos demais se aguçam, e sim por que, já estamos tão acostumados a utilizar todos os sentidos de uma única vez, que não atentamos para observar como cada um pode funcionar separadamente; às vezes fazendo uso mais de um que dos outros.

Diderot nos faz outras observações em sua obra<sup>22</sup> sobre as impressões que uma pessoa cega de nascença estabelece com os demais sentidos quando da ausência do sentido da visão em situações do cotidiano, como é o caso da nossa depoente Adenize, e nos mostra que:

Um de nós se lembrou de perguntar a nosso cego se ficaria realmente contente em ter olhos: “Se a curiosidade não me dominasse, disse, preferia muito mais braços compridos: parece-me que minhas mãos me instruíam melhor do que se passa na lua que os olhos ou os telescópios de que vocês dispõem; além disso, os olhos cessam antes de ver do que as mãos de tocar. Valeria muito mais, portanto, que se aperfeiçoasse em mim o órgão que tenho do que me conceder aquele que me falta.” (DIDEROT, 2006, p. 21.)

Enxergar é o modo como os videntes compreendem a realidade. Para a pessoa cega o fato de não enxergar não a impossibilita de também compreender a realidade que a cerca. Pois o não ver já faz parte da sua realidade. O vidente compreende a cidade até os limites de alcance de sua visão, já a pessoa cega compreende a cidade nos seus pormenores nas suas especificidades até onde sua mão, seu pé, os seus ouvidos podem alcançar. Se um buraco para nós é só mais um elemento que compõe ou altera a paisagem urbana, para o cego ele é a representação máxima dessa paisagem, ele é o marco divisor do caminho que ele pode ou não traçar. É sobre isso que Diderot nos fala quando apresenta com tamanha sensibilidade e riqueza de observações o relato do seu cego ao nos dizer que *os olhos cessam antes de ver do que as mãos de tocar*.

Assim, conforme nos relata Adenize, somente ao se desvencilhar do ambiente familiar e começar a experimentar seus primeiros contatos com o cotidiano urbano através das suas idas e vindas à escola, que ela passou a trabalhar seus sentidos para um melhor aproveitamento e entendimento de características presentes no cenário urbano de Campina

---

<sup>22</sup> Ver DIDEROT, Denis. Carta sobre os cegos endereçada àqueles que enxergam. Tradução de Antônio Geraldo da Silva. – São Paulo, SP; Editora Escala, 2006.

Grande, como buracos, desníveis de ruas e calçadas, o reconhecimento de ambientes fechados ou abertos, etc.

Ao longo de sua trajetória de vida Adenize foi trilhando determinados caminhos que lhe impuseram cada vez mais a necessidade de ter que aprender a se locomover sozinha pela cidade, iniciada com sua ida à escola e posteriormente com o seu ingresso na universidade; muito embora em algumas situações ela precise de um acompanhante, entretanto, os caminhos que ela passou a trilhar lhe possibilitaram a chance de não se tornar mais uma que talvez estivesse destinada a ser mantida isolada do convívio social, conforme observa Marcelo Starobinas:

[...] não são somente as barreiras físicas que fazem com que essa porção considerável da população fique reclusa dentro de casa. Por ignorância e falta de informação – algumas vezes por má vontade também – as pessoas ditas “normais” acabam não sabendo lidar com os portadores de deficiência da mesma forma que se relacionam entre si. (STAROBINAS, 2000, p. 98).

Na maioria das vezes, os ditos videntes não conseguem compreender e respeitar as necessidades das pessoas com deficiências. O uso dos ônibus, por exemplo, é um bom exemplo disso, não é muito difícil flagrar no dia-dia os lugares que são destinados ao uso exclusivo de pessoas idosas ou de pessoas com deficiências<sup>23</sup> sendo utilizados por pessoas que não apresentam nenhum tipo de necessidade mais específica, principalmente em horários em que os ônibus ficam completamente lotados. E isso não ocorre apenas nos ônibus, mas em estacionamentos, em supermercados, bancos, etc.

Diante de desse tipo situação, muitos portadores de deficiência evitam sair em locais públicos, aumentando cada vez mais o isolamento social dessas pessoas. Em alguns casos, a própria família também contribui com esse isolamento, tanto pelo medo da violência, como por verem em seu dia-dia situações em que o preconceito e o desrespeito parecem ter se tornado a única regra a ser cumprida. Sobre as dificuldades e desafios para se locomover em Campina Grande Adenize nos relata como utiliza seus sentidos para desenvolver esse processo:

A maioria das vezes eu ainda saio acompanhada. Eu só consigo ir de fato sozinha num lugar onde aquele percurso se torna familiar, onde a gente vai construindo mentalmente a ideia do percurso a ideia do caminho, a gente vai como que traçando um mapa mental e aí a gente vai criando pra isso uma série de pistas, os movimentos do veículo, por exemplo, as curvas que o veículo faz, as lombadas que a gente encontra no meio do

---

<sup>23</sup> Ver Decreto 5.296 de 2 de Dezembro de 2004, Art. 34. Os sistemas de transporte coletivos são considerados acessíveis quando todos os seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados segundo o conceito de desenho universal, garantindo o uso pleno com segurança e autonomia por todas as pessoas.

caminho, então, a própria geografia do espaço faz com que a gente vá construindo esse mapa mental. Não dá pra uma pessoa que nunca enxergou ir num lugar desconhecido sozinha, então a gente vai sozinha nos ambientes rotineiros, nos ambientes cotidianos da gente, aonde a gente vai construindo esse mapa mental vai desenhando esse percurso na nossa mente porque nós não estamos vendo e ai desenhando por meio da utilização dos outros sentidos, por meio de outras percepções. Que alguém chega e diz assim, ah é porque a pessoa cega ela tem outros sentidos as outras percepções mais desenvolvidas, isso é um mito não é verdade, o que acontece é que como nós não vemos, nós precisamos dos outros sentidos e ai não é que eles sejam mais aguçados que os de quem enxerga é que como a gente utiliza mais os outros sentidos a gente precisa mais deles então a gente desenvolve mais, pela necessidade. Às vezes nós sentimos pela percepção, nós reconhecemos algum ambiente pelos outros sentidos e reconhecemos alguns detalhes que as pessoas que enxergam passam despercebidos. Isso porque como a gente não vê, a gente precisa criar mecanismos internos de ter acesso àquelas informações, então, como eu já relatei o cheiro, as curvas, os quebra-molas, as elevações, enfim, todas essas são pistas que a gente vai criando mecanismos pra poder descobrir a geografia de um determinado local. Então, quando eu preciso ir a algum ambiente naturalmente eu vou acompanhada, se por acaso eu tiver que ir sozinha eu peço informações, todavia, quando a gente conhece esse percurso ai sim a gente começa a fazer sozinha com muito mais familiaridade com muito mais propriedade. Ainda tem a questão de que muitas vezes uma pessoa com deficiência é desacreditada, às vezes eu vou com uma pessoa num lugar que eu já fui muitas vezes e sei onde é, e a pessoa vai perguntar e duvida daquilo que a pessoa cega já tem, desacredita, não coloca crédito, quando muitas vezes, quando aquele ambiente nos é familiar, quando a gente já se habilitou a ele nós nos movemos nele melhor do que muitas pessoas que enxergam e que não se atem a tantos detalhes que são importantes pra você se localiza num lugar. (Entrevista concedida em 29 de maio de 2013).

Diante do exposto por nossa depoente, podemos perceber que a cidade para a pessoa cega deixa de representar esse fluxo contínuo entre bairros e ruas que se entremeiam, onde definir uma localização precisa, às vezes parece uma tarefa quase impossível, e passa a ter espaços bem demarcados e precisos como o de um mapa, que nesse caso é um mapa imaginário, fruto não somente das percepções apreendidas por eles, mas das construções e percepções obtidas com a ajuda das pessoas videntes.

Nesse sentido, as descrições de Adenize sobre o modo como ela desenvolve e constrói suas percepções, revelam o seu modo tátil de percepção da cidade e dos espaços pelos quais ela costuma se locomover. Desse modo, ela passa a exibir uma espécie de “fala tátil”, uma fala corporal e simbólica, que se estrutura a partir do detalhe, da proximidade, do toque, daquilo que os estudiosos chamam de percepção cinestésica, ou seja, a percepção por proximidade, por contato, em que os objetos, aqueles tangíveis ao tato, de acordo com

o deslocamento de ar e a sua posição no espaço, em relação a nós próprios geram uma espécie de sombra ou “presença”.

Mas ela nos fala também da percepção do impalpável, do intangível, do não sensível ao tátil, daquilo que muitas vezes só pode ser acessado por meio da imaginação, criada através das descrições e informações obtidas através daqueles que ao seu modo também aprenderam um jeito particular de enxergar a cidade e seus espaços para torná-los acessíveis para aqueles que não os enxergam. O que reforça o fato de que ver, assim como os outros sentidos também passa por um processo de aprendizado social e cultural.

Assim, em sua fala Adenize nos mostra como em alguns momentos os laços de dependência construídos pelos deficientes visuais com os videntes acabam sendo muito importantes para o melhor desenvolvimento da sua locomoção e reconhecimento de alguns lugares. Muito embora se pense que o fato de depender de outra pessoa para se locomover pela cidade venha reforçar a ideia da falta de autonomia, medo ou insegurança sentido por essas pessoas, ela nos mostra que em algumas situações a presença de um acompanhante nos locais em que o deficiente visual ainda não conhece representa o oposto desse tipo de pensamento, pois permite que eles estabeleçam com o novo espaço um processo de reconhecimento e aprendizado, além de ser um momento propício para construção da autonomia e confiança das suas próprias percepções sobre os lugares. A esse respeito Bruno Sena Martins nos mostra que:

Portanto, o “assumir a cegueira” poderá constituir não a elaboração de uma resistência pessoal em relação às recorrentes asserções piedosas e inferiorizantes, mas também, e concomitantemente, a elaboração de uma valorização pessoal em que o sujeito é capaz de aceitar e pedir ajuda sem que com isso a sua auto-estima seja posta em causa. No entanto, esta situação é bem gerida por muitas pessoas cegas que aprenderam a negociar a aceitação de ajuda sem que a sua auto-representação de independência e autodeterminação seja posta em causa. Se é verdade que muitas vezes as ofertas de ajuda infantilizam as pessoas cegas, pelo seu carácter compulsivo e porque negam amiúde à pessoa cega e sua autodeterminação e o seu poder de decisão, a capacidade dos sujeitos para com elas lidarem está, na leitura que faço, muito ligada às suas narrativas pessoais. (MARTINS, 2006, p. 173).

Apesar disso, infelizmente nem todas as pessoas com deficiência visual podem contar com a ajuda de um acompanhante e por isso preferem aprender a se locomover sozinhas fazendo uso da bengala ou ainda de cães guia. Mas mesmo assim, sempre quando se faz necessário eles não deixam de pedir alguma informação e orientação aos videntes que encontram por onde passam, sendo esse um momento muito importante para que eles possam construir seu modo tátil de pensar e perceber a cidade, além de ser um momento de

troca mútua, pois no momento em que eles estão recebendo alguma nova informação também estão orientando a outra pessoa sobre a melhor maneira como ajudá-lo.

Assim, conforme nos apresenta Joana Belarmino de Sousa, que também foi diagnosticada como deficiente visual desde o seu nascimento:

O perceber, dentro do não-ver, exhibe, pois, uma transação. Uma transação permanente entre o corpo, o espaço e os eventos do mundo. O perceber, dentro do não-ver, é um permanente trabalho, envolvendo o contato com a experiência, os fenômenos do mundo, em um aparelho neurosensório-motor crucialmente dependente de um modo tátil de pensar/perceber [...]. (SOUZA, 2009, p. 183).

Além desse modo de perceber dentro do não-ver, Adenize nos mostra que quanto mais informações e mais usos se faça do espaço urbano, maiores são as chances de reconhecê-lo e de melhor se orientar sobre ele e assim, oferecer também informações sobre um dado local aos videntes. E que para a pessoa cega é sempre importante poder contar com a ajuda das pessoas que enxergam para que essas possam lhes oferecer informações bem detalhadas com descrições bem específicas sobre um determinado lugar da cidade. Pois a desorientação ou orientação inadequada prejudica a mobilidade da pessoa cega, fazendo com que muitas a considerem desajeitadas.

Sobre esse caminhar que constroem novos caminhos e novas percepções urbanas sobre a cidade Certeau nos fala que:

Essa história começa ao rés do chão, com passos. São eles o número, mas um número que não constitui uma série. Não se pode contá-lo, porque cada uma das suas unidades é algo qualitativo: um estilo de apreensão tátil de apropriação cinestésica. Sua agitação é um inumerável de singularidades. Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. Sob esse ponto de vista, as motricidades dos pedestres formam um desses “sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade”, mas “não tem nenhum receptáculo físico”. Elas não se localizam, mas são elas que especializam. Nem tampouco se inscrevem em um continente como esses caracteres chineses esboçados pelos falantes, fazendo gestos com os dedos tocando na mão. (CERTEAU, 2012, p. 163).

Nossas caminhadas cotidianas sobre a cidade nos revelam as inúmeras maneiras como usamos e praticamos o espaço urbano. Nossos passos são a materialização desses mapas mentais de que nos fala Adenize, e são eles que dão corpo e sentido à cidade, ou seja, como diria Certeau, que lhe moldam e lhe dão existência enquanto espaço praticado, vivido e experimentado.

Diferentemente das cartografias geográficas, nossos passos tecem caminhos apreendidos por todos os nossos sentidos que nos levam aos mais diferentes lugares, muitas vezes sem sair de onde estamos somente através das construções mentais que

fazemos deles, somos levados em direções que normalmente não seguem o curso habitual de ruas e calçadas que conhecemos. No caso da pessoa cega, são essas construções mentais que lhes dão a lógica e o direcionamento para se locomover no espaço urbano e assim construírem seus mapas mentais. Conforme observa José D'Assunção Barros:

Os “caminhos” (*path*) corresponderiam aos vários trajetos que o observador associa à imagem dos lugares. Podem ser relacionados a quaisquer tipos de canais de circulação, como ruas, becos, trilhos, e também atalhos que rompem o sistema viário convencional. Por meio destes trajetos, a imaginação cidadina perceberia precisamente as informações morfológicas passíveis de serem integradas em um processo de memorização. Os caminhos representados mentalmente selecionam sequências de aspectos morfológicos e de marcos que nutrem a percepção dos trajetos citadinos. São percebidos em termos e pontos de origem e destino, mas também de texturas de superfícies (o asfalto das avenidas ou trechos de terra escavada que se inscrevem no declive de um pequeno morro que é utilizado para cortar caminho). (BARROS, 2012, p.96).

É no processo de reconhecimento do espaço urbano que a pessoa cega constrói suas percepções sobre a cidade, através da apreensão das formas de suas ruas e das minúcias que se apresentam ao longo do seu percurso como buracos, quebra-molas, etc. Através das referências que eles começam a apreender no contato direto com a cidade somado às informações das representações da cidade repassada pelos videntes, os caminhos passam a ganhar forma com suas características próprias e a partir daí passam a projetar os mapas das percepções dos trajetos que percorrem em seu cotidiano. E assim são capazes de repassar informações até mesmo para aqueles que não conhecem a cidade, como nos mostra Adenize:

Então, eu sei onde fica os pontos da cidade. Dai por exemplo, nas Malvinas eu tomo como referência o Hospital Pedro I, toda a Rua Almirante Barroso, que ele circula a Almirante Barroso inteira, depois vai ter lá o giradouro ele vai seguir direto, vai chegar no CAIC uma escola da rede estadual seguindo direto ele vai dar nas Malvinas. E ai ele vai procurar lá, eu oriento que nas Malvinas ela é como que uma cidade dentro de Campina Grande porque lá tem várias ruas, inclusive ruas bastante semelhantes, ruas iguais uma a outra, ruas que muitas delas têm nomes de árvores e ai, é ele vai procurar os pontos de referência, lá nas Malvinas a gente tem muitos pontos de referência que podem ajudar, a gente tem a delegacia, a gente tem o colégio estadual Álvaro Gaudêncio, a gente tem a feirinha das Malvinas, o Mercado das Malvinas, a gente tem onde funcionava, nem sei se ainda funciona, a agência dos correios, então são pontos de referência é... marcantes dentro do conjunto, que podem ajudar as pessoas a se localizar lá no interior do bairro. Então como é que eu sei desses pontos? Ouvindo, como eu já disse, ouvindo pessoas e foram muitos pontos que eu já passei, já fui lá, já constatei em loco, então. (Entrevista concedida em 29 de maio de 2013).

Como na maioria dos grandes centros urbanos brasileiros, Campina Grande também sofreu com o crescimento desordenado, com o grande adensamento populacional, bem como um déficit habitacional, que possibilitou o aparecimento e desenvolvimento de ocupações irregulares nas áreas periféricas, além de constantes invasões aos conjuntos habitacionais que acabavam por atender às necessidades de moradia de uma pequena parcela da população campinense<sup>24</sup>.

Nesse sentido, a história do Bairro das Malvinas<sup>25</sup> é bastante emblemática, pois ela configura esse momento em que a cidade vivenciou uma grande agitação e mobilização social em prol da obtenção do direito por moradia. Assim, no início da década de 1980, as casas do conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio, denominado por Bodocongó II, começavam a ser construídas pela CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular), seguindo ordens do então Governador Wilson Braga, que na ocasião havia conseguido verbas do Governo Federal para este fim.

Ao término das construções, no início de 1983, o Conjunto não apresentava infraestrutura básica (água, luz, esgoto sanitário) para que fossem entregues as casas, por meio de sorteio, aos servidores estaduais devidamente cadastrados. Assim, diante dessa situação, no dia 23 de março de 1983, iniciou-se a invasão das casas por pessoas não cadastradas na CEHAP, que alegavam abandono das casas e que, portanto estariam naquele momento apossando-se das mesmas.

Na tentativa de impedir a invasão, foi formado um cerco policial que não obteve resultados positivos. Naquele instante, o então governador do estado Wilson Braga, ordenou que as forças policiais impedissem que mais pessoas entrassem no conjunto, que até então ainda estava cercado (com arame farpado) e só existia uma única entrada (por meio de uma espécie de "porteira").

Logo após, pensou-se numa forma de retirar os invasores da seguinte maneira: seria proibido que alguém saísse ou entrasse do conjunto, fazendo com que os invasores ficassem isolados, sem alimento e água, e, assim, desistissem das casas recém-invasidas. Na época, o governo municipal impediu que esse plano fosse concretizado, e enviou alimentos e água através de carros-pipa para os invasores.

---

<sup>24</sup> Ver SILVA, Hilmaria Xavier. Experiências Urbanas: Migrantes e modos de viver e trabalhar na periferia de Campina Grande Na década de 1960. In: Revista História e Cultura, Franca-SP, v.1, n.2, p.89-102, 2012. CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. DISCURSOS E IMAGENS DA CIDADE: o processo de requalificação urbana de Campina Grande-PB (1970-2000). Tese de Doutorado UFPB – João Pessoa. 2011.

<sup>25</sup> Ver mais em: [http://cgretalhos.blogspot.com.br/2012\\_03\\_01\\_archive.html#.UkwdEhCC9vI](http://cgretalhos.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html#.UkwdEhCC9vI)

Alguns meses depois, a CEHAP viu que não haveria outra maneira a não ser cadastrar os invasores e fazer com que eles pagassem as prestações das casas. Foi feito então o cadastro de cada morador num posto de atendimento instalado nas proximidades, mais precisamente na Escola Estadual Alceu do Amoroso Lima. Funcionários passaram de casa em casa avisando aos moradores que fizessem o cadastramento e assim regularizassem sua situação junto à CEHAP. Em seguida, por reivindicação dos moradores, foi instalada a rede elétrica, seguida da rede de água e esgotos, fazendo com que o Conjunto tivesse a infra-estrutura mínima para que pudesse atender os moradores.

Na mesma época da invasão (1983) estava acontecendo um conflito militar nas Ilhas Falkland, popularmente conhecidas como Ilhas Malvinas, localizadas ao extremo sul da América Latina, daí a origem do nome do bairro: Malvinas. Durante os últimos anos desde a invasão, o bairro das Malvinas obteve grande crescimento populacional além da grande quantidade de novas construções nos arredores do bairro, fazendo com que o mesmo se tornasse ainda maior. O bairro tem uma população de mais de 88.000 habitantes.

Assim, a descrição apresentada por nossa depoente aponta lugares e aspectos bem característicos e específicos do bairro das Malvinas, como a peculiaridade dos nomes das ruas e dos diversos ambientes onde seus moradores podem usufruir de serviços básicos como feiras, escolas, delegacia, correios etc. Esses elementos que compõem a estrutura física do bairro representam aquilo que D'Assunção analisa como sendo, os “marcos visuais”, que servem de referência e orientação tanto para quem enxergar, quanto para aqueles que não veem:

Os “marcos visuais” (landmarks), por fim, constituiriam pontos de referência externa ao observador. Se os “pontos focais” se apresentam como lugares que permitem ou até exigem a penetração do observador, já os “marcos visuais” são elementos impenetráveis pela trajetória imaginativa, funcionando apenas como pontuadores desta trajetória. Os marcos visuais seriam “chaves de identidade” para a construção mental da forma urbana, permitindo precisamente a leitura e orientação da estrutura espacial. Apenas para dar em exemplo, as duas torres gêmeas da cidade de Nova York constituíam um poderoso marco visual até antes do atentado de setembro de 2011. Com a sua destruição, a imaginação urbana do nova-iorquino se viu seriamente abalada com a impressão de uma perda de identidade. (BARROS, 2012, p. 97).

Essa cidade que nos chega através das inúmeras representações que fazemos dela, só se torna possível através das imagens visuais que conseguimos captar ou recuperar em nossa memória e refletem a maneira como cada um de seus habitantes a usa, pratica e constrói suas percepções sobre o espaço urbano. Nesse sentido, os marcos visuais ou

pontos de referências, descritos na fala de Adenize servem como elementos caracterizadores das práticas e percepções de um determinado local.

Muito embora ela não tendo nenhum tipo de memória visual que lhe permita fazer uma associação mais precisa das informações que recebe, contudo, são essas informações que lhe possibilitam construir seu mapa mental sobre a cidade, ainda que de forma fragmentada, é através da identificação dos principais pontos e das singularidades de cada lugar que ela consegue distinguir um bairro dos demais. Assim, conforme nos mostra Yi-fu Tuan, podemos observar que:

A mente aprende a estabelecer as relações espaciais muito depois que o corpo tenha dominado o seu desempenho. Porém, a mente, uma vez iniciado o caminho exploratório, cria grandes e complexos esquemas espaciais, que vão muito além do que o indivíduo pode abranger através da experiência direta. Com o auxílio da mente, a habilidade espacial do homem (porém não a agilidade) ultrapassa a de todas as outras espécies. A habilidade espacial se transforma em conhecimento espacial quando podem ser intuídos os movimentos e as mudanças de localização. Andar é uma habilidade, mas, se eu puder me “ver” andando e se eu puder conservar esta imagem em minha mente que me permita analisar como me movo e que caminho estou seguindo, então eu também tenho conhecimento. Este conhecimento pode ser transferido para outra pessoa através de uma instrução explícita em palavras, em diagramas e em geral mostrando como o movimento complexo consiste em partes que podem ser analisadas e imitadas. (TUAN, 1983, p. 76-77).

Nesse processo de construção das suas referências espaciais sobre um determinado lugar ou percurso, as pessoas cegas, e principalmente as de nascença, desenvolvem uma grande habilidade mental para formular mapas táteis que são aprimorados através de suas experiências sensoriais e do contato direto com o local. Assim, podendo imaginar seus movimentos, parar e repetir mentalmente o que devem fazer e preparar seu corpo para realizá-los, além de poder verbalizar o trajeto que precisa realizar para outra pessoa, lhe ajuda a desenvolver suas habilidades de reconhecimento espacial. Segundo Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia:

O indivíduo vivencia e apreende os sentidos ao compartilhar nas ações, nos gestos, nas gerências dos conteúdos simbólicos pela expressividade e perceptividade do corpo. Tais sentidos e expressões o localizam e orientam socialmente, assim como revelam as tensões e as processualidades das configurações sociais. (CORREIA, 2007, p.203).

O corpo da pessoa cega é o meio onde circulam e são expressos, em sua relação com o mundo, os sentidos dessas configurações. É a condição do indivíduo experimentar, criar vínculos, deslocar-se e elaborar os significados em sua relação com o mundo. As

sensibilidades individuais seriam, então, as percepções e interpretações dos sentidos compartilhados, tendo o corpo o papel de efetivação do indivíduo no mundo.

## **1.2 Sensibilidade corporal na construção das percepções da pessoa com deficiência visual.**

No entanto, é através do seu corpo onde todas essas experiências e sensações construídas e percebidas mentalmente vão ser expressas e para isso é preciso desenvolver uma boa consciência corporal. Assim, nesse processo de reconhecimento espacial também é preciso considerar o corpo enquanto um objeto que ocupa lugar nesse espaço a ser explorado, um bom conhecimento corporal, e entendimento dos seus limites e capacidades é muito importante para que a pessoa cega possa organizar mentalmente suas ações no espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais. A esse respeito Admilson Santos nos fala que:

É bom lembrar que o corpo é um espaço e, quando valorizamos a ação individual, estamos respeitando o espaço corporal. A construção espacial é simbólica e é no corpo que sua noção é registrada. Por isso, ele é o espaço fundador, com referências de dentro e fora, sair e entrar, engolir e expelir, projetar e incorporar. (SANTOS, 2013, p.1-2).

Podemos dizer que nesse processo de apreensão e reconhecimento espacial por parte das pessoas com deficiência visual, também se desenvolve um processo de tomada de consciência corporal e de construção social do sujeito, através das inúmeras experiências e sensações desenvolvidas por seus sentidos nos diferentes lugares da cidade por onde ela pode se locomover, pois além desse processo abranger atos motores, também atinge a dimensão social, como o direito de ir e vir, atitude essa que amplia sua compreensão e expansão individual, social e corporal em diferentes espaços da cidade. Ainda sobre essa questão, Santos nos chama a atenção para o fato de que:

O deslocamento nos diferentes espaços proporcionará ao indivíduo cego estímulos da memória e da organização espaço-temporal, a fim de propiciar maior interação com a sociedade, evitando o seu isolamento e oportunizando movimentos do corpo. (SANTOS, 2013, p. 3).

Assim, quanto mais contato com o meio social, maior será seu aprendizado de reconhecimento espacial da cidade, mais estímulos seus sentidos receberá, mais mapas mentais o deficiente visual poderá construir, mais consciência corporal ele desenvolverá e com mais autonomia ele poderá construir seus próprios caminhos e sua história de vida.

No decorrer deste capítulo, fomos levados a conhecer um pouco mais sobre a história de Campina Grande conduzidos pelas experiências e percepções urbanas da

trajetória de vida da nossa depoente Adenize, sob a ótica de uma pessoa que nunca enxergou a cidade onde mora, descobrimos como os sentidos desempenham suas funções, nesse processo de reconhecimento do espaço urbano.

Suas falas nos chamam a atenção para o desafio constante de se viver e morar em cidades envolvidas por suas tramas imagético-discursivas como as que compuseram e ainda compõem a história de Campina Grande, mas, além disso, Adenize nos fala de uma cidade apreendida através do olhar de uma mulher que soube superar a cegueira de seus olhos e aprendeu a enxergar pelos olhos da superação, em sua fala a seguir, podemos perceber como na maioria das vezes as mulheres cegas são tratadas tanto no ambiente familiar como pela sociedade de uma maneira um tanto diferenciada:

Ah, sem dúvida, [...]. Se uma pessoa com deficiência é superprotegida, a mulher com deficiência é multiplamente superprotegida, é multiplamente vulnerável, por ser pessoa com deficiência e por ser mulher, são aspectos que se somam e que potencializam a vulnerabilidade de uma pessoa com deficiência, [...]. Então se uma pessoa com deficiência é vulnerável a mulher é muito mais, a gente vive numa sociedade que culturalmente fragiliza a mulher, vulnerabiliza a mulher e a mulher com deficiência muito mais. Eu fui superprotegida por ser cega e por ser menina, por ser mulher, então sem dúvida a mulher com deficiência é muito mais vulnerável. (Entrevista concedida em 29 de maio de 2013).

A falta de conhecimento e de contato com pessoas deficientes visuais e até mesmo o medo da violência, faz com que esse sentimento ou ideia de superproteção e de fragilização da mulher cega, seja ainda mais reforçado pela família e pela sociedade. Abrindo espaço para a construção de uma série de identidades que na maioria das vezes só menosprezam e diminuem a capacidade de maior interação social dessas pessoas. E nesse sentido que a tomada de consciência corporal pode ser bastante prejudicada, pois conforme Santos:

No jovem cego congênito, além da necessidade do toque corporal, existe também a necessidade de diálogo verbal, com os pais ou responsáveis, sobre o seu esquema corporal e a imagem do seu próprio corpo. Contudo, de acordo com Telford e Sawre (1988), se este diálogo verbal não for bem esclarecido, devido à perda de elementos não falados da comunicação oral como posturas, gestos e expressões faciais, a imagem do corpo do cego congênito poderá ficar deturpada, influenciando, inclusive, no seu movimento. (SANTOS, 2013, p. 02).

Falávamos anteriormente, da importância da ajuda de outras pessoas no dia-dia do deficiente visual; que a construção dos laços de dependência entre videntes e não-videntes não é prejudicial; e do desenvolvimento de uma boa consciência corporal, para que as pessoas com deficiência visual pudessem melhor construir suas percepções táteis sobre a

cidade, e que esse tipo de convívio social só se torna possível quando construído em um ambiente em que a pessoa cega se sinta seguro e confiante para expor seu corpo ao ambiente e utilizar suas habilidades sensoriais.

No entanto, quando de alguma forma, essas condições que viabilizam sua locomoção, convívio social e o reconhecimento do espaço, não podem ser usufruídas por essas pessoas, eles acabam tendo sérias limitações no desenvolvimento e aprendizado das suas percepções sensoriais e corporais. Pois, além da necessidade de ter que aprender a lidar com as limitações provocadas por sua deficiência, muitas pessoas cegas, ainda tem que aprender a conviver com a superproteção dos parentes, amigos e familiares, e como se isso não fosse suficiente ainda precisam ter que conviver com as apreciações e julgamentos da sociedade sobre a sua condição e sobre o fato de ser um homem ou mulher cega.

Para as mulheres com deficiência visual, talvez seja ainda mais complicado conviver com esse tipo de situação, pois além dessa “ideia” construída culturalmente ao longo da história de várias sociedades, de que a mulher é um ser “naturalmente vulnerável” e que no caso da mulher cega, essa condição seria ainda mais reforçada - por colocá-la em uma condição praticamente incapacitante - ela ainda precisa aprender a conviver com um tipo de estereótipo social e corporal que impõe as mulheres de um modo geral um determinado padrão estético corporal e comportamental, que nem entre as mulheres videntes é possível de alcançar.

Nesse sentido, quando não recebem as orientações e informações adequadas sobre seu corpo e sobre o seu papel social, uma série de conflitos pessoais pode acabar prejudicando o desenvolvimento e atuação dessas mulheres na sociedade. E nessas situações o papel da família é fundamental, pois se a própria família não for bem informada sobre a capacidade de aprendizado e desenvolvimento dessas mulheres, pode acabar provocando nelas o medo e a desconfiança em outras pessoas, inclusive aquelas com deficiência visual, ou então casos de depressão e isolamento do convívio social, além de acabar reforçando no imaginário social as falsas identidades do coitadinho ou do incapaz.

Assim, a trajetória de vida de Adenize nos mostra o quão foi importante o papel da sua família no seu desenvolvimento pessoal, intelectual e profissional, que apesar de ter sido como ela mesma disse “superprotegida” por seus pais, no entanto, eles não desacreditaram na sua capacidade de poder aprender, de tomar consciência da sua capacidade intelectual e social, de poder compreender suas limitações corporais, mas sem que isso a privasse de aprender a se locomover pela cidade; de poder experimentar novos

espaços e conhecer novos lugares; de exercitar seus sentidos; de construir seus mapas mentais sobre a cidade e ainda de construir uma trajetória de vida tão atuante em prol da causa dos deficientes visuais.

### 1.3 Algumas considerações

Ao longo deste capítulo apresentamos alguns aspectos de como uma pessoa que já nasceu cega constrói suas referências sobre a cidade, bem como desenvolve suas percepções e sensibilidades. E como podemos observar esse processo não foi algo que ocorreu da noite para o dia, diversos aspectos foram cruciais para que nossa depoente fosse capaz de realizar esse mapa imaginário sobre a cidade de Campina Grande.

O diagnóstico precoce da cegueira, a participação da escola, bem como o apoio familiar, foram aspectos de suma importância para possibilitar a Adenize o desenvolvimento de suas habilidades de compreensão, entendimento e locomoção dentro do espaço urbano de Campina Grande. Permitindo a ela ter uma vida com mais autonomia e com uma maior percepção das necessidades e dos desafios de se viver em uma cidade em constante mudança e que a cada instante mexe mais com os sentidos e as práticas de seus habitantes. Conforme Pesavento:

Sem dúvida, essa cidade sensível é uma cidade imaginária construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traçado, a forma, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e visível, permitindo que enxerguemos, vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível. A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam *na* e *por causa* da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em *lugar*, ou seja, portador de um significado e de uma memória; que passamos a considerar uma cidade como *metrópole*, realidade urbana que, desde o seu surgimento, causou uma revolução na vida, no tempo e no espaço; que criamos as categorias de *cidadão* e de *excluído* para expressar as diferenças visíveis e perceptíveis no contexto urbano fazendo com que se criem novas identidades a partir do gesto, do olhar e da palavra que qualifica; que falamos de *progresso* ou de *atraso*, que distinguimos o *velho* do *antigo*; que construímos a noção de *patrimônio* e instauramos ações de *preservação*, ou, em nome do *moderno*, que redesenhamos uma cidade, destruindo para renovar. (PESAVENTO, 2007, p. 14-15).

Conforme observa Pesavento, a cidade sensível é certamente responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço, mas é também lugar onde as sensibilidades são reveladas pela percepção de emoções e sentimentos, pela expressão de utopias, de

esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia.

Desse modo, as experiências de Adenize, se somam as de tantas outras pessoas que na mesma situação ou condição, buscaram caminhos para aprender a viver e conviver com as suas necessidades, limitações e desafios pessoais dentro da cidade e descobriram os caminhos para vencer seus medos e enfrentar os obstáculos diários num convívio social que muitas vezes os aproxima, mas também os afasta num constante fluxo de tantos outros caminhos que se cruzam no decorrer das suas vidas e que dão ritmo e movimento a história da cidade.

Ao longo desse capítulo tentamos recompor alguns aspectos da história de Campina Grande, mas apesar das riquíssimas descrições da nossa depoente podemos perceber que pouco da história da cidade aparece em sua fala, não por falta de conhecimento ou experiência direta com a cidade, mas simplesmente pelo fato de que muito do que ela conheceu sobre Campina Grande ao longo de sua vida foi através das descrições que lhes fizeram sobre esses lugares. E nem sempre o modo como sentimos, percebemos e conhecemos as coisas é o mesmo modo como as outras pessoas vão sentir e interpretar quando os descrevemos, apesar dos inúmeros detalhes que possamos repassar em nossas descrições. Vale salientar também que muitas pessoas também não tem um conhecimento tão abrangente sobre toda a cidade, que seja capaz de descrevê-la com uma riqueza minuciosa de detalhes.

Ao analisar seus relatos, percebemos a grande ênfase dada pela depoente a sua trajetória profissional e como suas escolhas nesse âmbito da sua vida a influenciaram em sua compreensão e prática de determinados espaços da cidade de Campina Grande. Sobretudo, no que diz respeito à representatividade por ela adquirida no principal espaço de articulação das suas relações sociais e profissionais – o Instituto dos Cegos – que lhe conferiu um importante papel em sua auto-afirmação, enquanto mulher deficiente visual e enquanto figura pública emblemática no trato das questões em favor das pessoas com deficiência visual.

O percurso escolhido por nossa depoente para narrar sua história de vida limitou, de certo modo, nossas reflexões sobre sua trajetória a apenas o âmbito profissional, mas, isso não quer dizer que ela não se relacione com a cidade de maneira mais afetiva, ou que ela não tenha construído em sua memória a cartografia de outros espaços. Pelo contrário, essas escolhas que priorizam ou evidenciam os silêncios, lapsos, omissões e esquecimentos,

além disso, revelam as singularidades das identidades presentes nas falas de cada um dos nossos depoentes.

Adenize nos mostrou que é possível aprender a ver mesmo sem nunca ter visto. Quando aprendemos a treinar nossos sentidos e preparar nosso corpo, nossa mente pode construir quantos mapas táteis tivermos acesso e formos capazes de memorizar, principalmente quando recebemos a ajuda e informações necessárias para podermos escolher e seguir o melhor caminho.

No início desse capítulo lançamos uma pergunta sobre “aonde os caminhos da vida poderiam nos levar?”, mas, mais que uma pergunta poderíamos também dizer que ela é uma reflexão, não somente sobre a história de vida da nossa depoente Adenize e os rumos que ela tomou, mas sobre as nossas próprias histórias de vida. Refletir sobre os caminhos que escolhemos para seguir em nossa vida pode ser um exercício surpreendente, desde que estejamos preparados para conseguir lidar com as nossas emoções, sensibilidades, desafios, derrotas e com os desvios que poderemos tomar ao longo deles.

Caminhar pela história de vida de outras pessoas é uma forma de tentar explicar ou recuperar, como poderia ter sido a experiência sensível de tantas outras pessoas, pelo simples fato dessa capacidade mobilizadora que as sensibilidades têm de despertar as emoções, os sonhos, medos, e as sensações dos indivíduos, mesmo sabendo que cada pessoa sente ou pensa de um modo diferente a realidade em que vive. Além disso:

Pensar nas sensibilidades é, pois, não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos. (PESAVENTO, 2005, p.07).

Portanto, nesse capítulo pretendemos dar início a nossa problemática de como as pessoas com deficiência visual conseguem apreender a cidade através das percepções sensoriais que constroem dela. Assim começamos nossa caminhada apresentando como os nossos sentidos se comportam diante da realidade de se viver em uma cidade quando da ausência total da visão, e ao longo dessa caminhada observamos como uma cidade pode se materializar através desse processo de construção imaginária da realidade, recompondo alguns aspectos históricos da cidade de Campina Grande e as práticas daqueles que a habitam.

No próximo capítulo, seguiremos nossa caminhada, mas, ela já não será mais totalmente na escuridão, seremos guiados pelos resquícios de uma memória que um dia soube o que era claridade e que guarda com detalhes as imagens capturadas em meio ao vasto clarão de uma memória sensível e tátil.

## 2. ENTRE O VER E O NÃO-VER: LEMBRANÇAS E PERCEPÇÕES DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

*Toda vez que falta luz  
Toda vez que algo nos falta  
O invisível nos salta aos olhos  
Engenheiros do Hawaii*

### 2.1 É caminhando que se faz o caminho: Construindo memórias nas percepções da cidade.

Viver entre o ver e o não-ver. Deve ser assim que vivem muitos deficientes visuais que adquiriram essa condição após ter vivido muito tempo de suas vidas na fronteira entre um mundo visível e invisível, pois nem sempre a cegueira surge na vida dessas pessoas de modo abrupto, às vezes ela se inicia com uma simples dificuldade para realizar alguma atividade ou enxergar alguns objetos estejam eles longe ou perto, porém, quando as razões desse tipo de dificuldade não são rapidamente diagnosticadas, essa situação pode se agravar e provocar a cegueira parcial ou total.

Neste capítulo iremos conhecer mais uma história de vida onde a cegueira se fez presente, como uma luz que aos poucos foi perdendo sua capacidade de iluminar ela foi transformando a vida do nosso depoente Rafael Medeiros Jerônimo<sup>26</sup>, e suas experiências pessoais acabaram sendo mediadas por essa constante inquietação de estar entre um mundo visível cheio de detalhes para compreender e memorizar e um mundo invisível de sensibilidades a explorar.

Estar entre o ver e o não-ver afetou significativamente o seu modo de sentir e perceber sua vida na cidade de Campina Grande, deixando em sua memória importantes registros de fatos, lugares e situações do seu cotidiano, vivenciados em meio às inúmeras transformações ocorridas na cidade; algo que lhe permitiu construir e explorar novas sensibilidades no momento em que sua vida se transformou bruscamente com a perda da visão e com a experiência de viver em outra cidade longe da sua terra natal. Nesse sentido, conforme nos mostra Pesavento:

Não há memória que se efetive sem recurso às imagens mentais. O que vemos e que constitui imagem graças ao órgão da visão – a imagem visual, portanto, fruto de um dos sentidos básicos do ser humano – entra de imediato em relação com o museu imaginário que possuímos, e que

---

<sup>26</sup> Concedeu-nos entrevista em 19 de março de 2013.

estabelece relações, sobretudo de analogia, com outras tantas imagens mentais que possuímos. É a partir desse processo interativo que se realiza a percepção, ou seja, a qualificação da imagem observada. (PESAVENTO, 2007, p.21).

Assim, pretendemos analisar os diversos aspectos das memórias visuais da cidade de Campina Grande apresentados por nosso depoente, bem como o desenvolvimento das suas experiências pessoais e sociais que lhe permitiu após a perda da sua visão construir suas percepções táteis sobre a cidade e experimentar a descoberta de novas sensibilidades em outra grande cidade brasileira.

Rafael nasceu em 1958, em Campina Grande, e desde criança sempre sentiu dificuldade para enxergar, porém nunca se queixou para seus pais, pois pensava que todas as pessoas enxergavam o mundo do mesmo modo que ele. Somente quando ingressou na escola é que percebeu que suas dificuldades não eram iguais as das outras pessoas, o que dificultou bastante seu aprendizado e desempenho escolar. Foi quando depois de muito tempo após ter passado por várias dificuldades que provocaram por diversas vezes seu afastamento do ambiente escolar e sua desmotivação para os estudos, que ele descobriu a causa da sua pouca visão.

Somente aos 17 anos ele conseguiu realizar seu primeiro exame oftalmológico, foi quando descobriu que sua dificuldade para enxergar era provocada por uma miopia que se encontrava em estado bastante avançado para sua idade e que seria preciso usar óculos com lentes do tipo fundo de garrafa, devido ao alto grau de miopia que havia sido detectado em seus olhos. Com o passar dos anos sua visão só foi piorando e conseqüentemente outras doenças como a catarata, foram agravando ainda mais sua situação, apesar de ter feito os procedimentos cirúrgicos disponíveis na época para a remoção da catarata, no entanto, o grau de miopia continuava aumentando tornando a qualidade da sua visão ainda mais precária.

Em seu relato podemos perceber claramente os problemas e o desconforto que essa situação provocava em sua vida:

Minha infância de estudo foi sempre complicada porque sempre tinha o problema de não ver os dever e as salas de aula não tinha orientação. Que eu entrei na primeira sala de aula eu tinha uns sete anos, era ali no Alto Branco [...] Eu sei que na sala de aula eu via que tinha um quadrado na parede preto né, mas não tinha nem noção pra que servia que eu nunca tinha ido numa sala de aula era a primeira vez. E a professora trazia um quadradozinho assim com umas bolinhas pras crianças contar e eu não via nenhum assunto do dever no quadro, era só fazendo o dever na mão, no caderno pra cobrir, pra contar, mas com a idade que eu tinha eu não tinha nem noção de estudo visse. Ai eu sei que, eu acho que eu estudei por pouco tempo nessa sala de aula né, e fiquei um tempão sem estudar

[...] De dez pra onze anos voltei pra sala de aula de novo. Ai na sala de aula era do mesmo jeito, era escrevendo os deveres pelo caderno de Romero, eu ficava na frente dele, olhava assim pra trás ai escrevia do caderno dele. Ele já sabia que eu não via os dever no quadro, ai eu escrevia o dever dele. Ai, por isso ai eu fiquei desmotivado de estudo. Ai comecei a frequentar a sala de aula com catorze anos, não com doze [...] Ai eu sei que do mesmo jeito eu continuava escrevendo pelo caderno de Romero, parece que a gente seguia o mesmo grau de estudo né, só que Romero evoluiu mais no estudo e eu não. Ai quando, ai eu sei que a minha idade os Grupos durante o dia não aceitavam mais né. Que eu acho que eu já tinha era treze ou catorze anos, ai lá vai eu entrar numa sala de aula à noite, com gente mais velha com gente mais novo e eu era o mais novo da sala de aula, chega eu me sentia fora da aula que só gente de idade e eu só pouca gente da minha idade. Que o povo dava o nome até de Mobral ai vinha aqueles livros vindo do não sei o que lá da alfabetização da cultura, vinha cada livro bonito, os livros. Ai continuei sem estudar direito. Ai vim estudar mesmo já com dezoito anos, não dezessete. Que fiz o exame de vista né, ai dava pra escrever a leitura do quadro, ai eu sei que só estudei até o quarto ano. E no quarto ano aprendi a ler e escrever pouco. Coisa que hoje em dia se desse pra eu ler eu aprendia mais rápido, que hoje eu me sinto com a cabeça melhor pra estudo. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

No relato de Rafael podemos perceber claramente sua dificuldade em compreender que tipo de situação lhe acometia naquele momento de sua vida, pois ao passo em que ele enxergava ao mesmo tempo não conseguia distinguir com clareza e entendimento o que estava diante de seus olhos e isso dificultava seu modo de se perceber como pertencente àquele espaço que era o da sala de aula. Somente contando com a ajuda do irmão Romero e a solidariedade dos colegas de sala, que ele conseguia entender o que estava sendo escrito no quadro pela professora.

A isso se somava também o papel pouco participativo dos educadores e da gestão escolar da época que não estavam preparados para lidar e detectar um aluno com problemas visuais em sala de aula. Para sua família, sua situação também era bastante complicada, pois eles não tinham nenhum filho cego nem com a visão totalmente saudável, e a falta de instrução e recursos financeiros para buscar uma ajuda adequada só dificultava ainda mais seu acesso a uma vida escolar.

Muito embora, já nos finais da década de 1950 pudesse se verificar um esforço do Estado Brasileiro na busca de configurar os primeiros passos na tentativa de articular políticas de alcance nacional voltadas para o atendimento das necessidades das pessoas com deficiência, é somente na década de 1970 que a política para a pessoa com deficiência, particularmente na educação, ganha maior consistência, inclusive com a

criação de serviços específicos nas Secretarias Estaduais de Educação. (ROSA & ANDRÉ, 2006).

Porém, em Campina Grande, os debates sobre a educação não giravam em torno da necessidade de se oferecer um ensino adequado às pessoas com deficiência - que nesse momento estava a cargo ou de instituições particulares ou entidades filantrópicas - mas sim em torno de um debate político que discutia a redefinição da educação do município, pautado no *projeto desenvolvimentista* que buscava enquadrar a cidade no discurso de progresso e desenvolvimento nacional buscando tornar a educação uma via para o crescimento do país e de seus cidadãos com a instrumentalização de mão-de-obra voltada para o nascente parque industrial que se pretendia construir na cidade, a esse respeito nos fala Alarcon Agra do Ó:

Ora, aqueles eram anos em que muitas vozes garantiam ardentemente que o desenvolvimento (a maximização do progresso capitalista) deveria ser alcançado pelo Brasil, custasse o que custasse, sob pena do país desencontrar-se definitivamente com o mundo moderno. Para estes arautos da *necessidade do desenvolvimento nacional* uma forma de realizar esse sonho era o reaparelhamento da educação no Brasil. (AGRA DO Ó, 2006, p. 10).

Assim podemos observar que as práticas educacionais vigentes nas escolas naquele momento estavam voltadas mais para a formação de mão de obra qualificada para a indústria, visando atender aos projetos políticos de desenvolvimento nacional, do que necessariamente a integração no ambiente escolar de pessoas com deficiência, e nesse sentido alguns projetos como o MOBRAL<sup>27</sup> passaram a fazer parte do contexto escolar campinense da época, com o objetivo de erradicar o analfabetismo, surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de jovens e adultos.

Embora visasse fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever como forma para que estes atingissem melhores condições de vida, entretanto o MOBRAL assim como outros projetos educacionais da época serviu tão somente como pano de fundo para encobrir as ideologias políticas vigentes naquele contexto social da década de 1960, sem apresentar nenhuma preocupação maior com a formação intelectual do indivíduo e com a tão apregoada melhoria da qualidade de vida da população.

---

<sup>27</sup> Movimento Brasileiro das Letras – MOBRAL foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "*conduzir a pessoa humana (sic) a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida*" Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, numa redundância, como humana (como se a pessoa pudesse não ser humana!), vemos que o objetivo do MOBRAL relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida. Ver mais em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm> acesso em 23/06/2014.

Filho de marceneiro, Rafael e seus irmãos aprenderam desde cedo o ofício do pai, e na busca por lugares que favorecessem o bom desenvolvimento das atividades comerciais da família acabaram morando durante sua infância e adolescência em diferentes bairros da cidade, alguns mais distantes e outros mais próximos das áreas centrais. E nas várias mudanças de um bairro para outro ele foi conhecendo diversas particularidades dos lugares e do desenvolvimento urbano de Campina Grande que marcaram não somente sua infância como também a história da cidade:

Ai eu tenho lembrança dali de Santa Rosa, na época que passava na linha do trem a Maria fumaça eu me lembro. A Maria fumaça ela atravessava ali aquele setor que é Floriano Peixoto e Centenário, com roçado de um lado e do outro e a linha do trem no meio. Morava na rua da Cerâmica que via o roçado de um lado e do outro e o trem passando no meio. Ai Santa Rosa era um bairro, só tinha, a entrada era por uma rua e saía por ela. A rua da Cerâmica e a rua do Sol. Era a entrada e a saída. E pegava a rua que atravessava a linha do trem era a saída dela. Não tinha saída nem pela Dinamérica nem pelo Cruzeiro, não tinha nada disso era tudo fechado, não tinha habitação não. Na infância foi em Santa Rosa né, eu tinha 3 anos. Ai de lá a gente foi pra Conceição, ai na Conceição era um terreno de loteamento visse, parecia um sítio né, só tinha mato, as casas que tinha era casa antiga ao redor. Ali por trás do Quartel do Exército. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

Sua fala nos apresenta diversos aspectos de uma cidade que se expandia em busca de desenvolvimento e progresso, mas que ainda apresentava características muito fortes de um universo rural. O aparecimento de novos bairros que começam a se formar nas áreas que seguiam o curso das linhas ferroviárias como o bairro de Santa Rosa revela o quanto a cidade se expandia para além das áreas centrais, acompanhando a ideia de modernidade representada pela imagem do trem cortando a cidade em crescimento.

Essa ideia de modernidade produzida por uma elite letrada local e repassada de forma bastante expressiva para a sociedade campinense, por meio de jornais, poemas, canções, discursos políticos, etc., é extremamente emblemática para pensarmos o quanto a imagem do trem, mesmo décadas após a sua chegada, ainda mexia com o imaginário social daqueles que presenciaram todo o burburinho de sua chegada e que rememoraram esse acontecimento para seus filhos e netos.

O trem aparece como um marco visual na memória de Rafael e lhe serve como referência para perceber os contornos e extensões que adquiriam a cidade naquele momento de sua vida. Daí possa se explicar a representatividade dessa imagem para ter ficado gravada nas memórias de infância do nosso depoente e o quanto de simbolismo que ela carregou na sua história de vida e em suas percepções sobre a cidade.

Ao passo que Rafael crescia Campina Grande também se transformava com o aumento da população, a expansão e o aparecimento de novos bairros distantes das áreas centrais, o surgimento de novas formas de comércio que reconfiguravam ruas e casas do Centro da cidade, alterando a paisagem, os modos de se viver, morar e de se locomover da população. Tendo morado em diferentes bairros da cidade como nos mostra nosso depoente, podemos observar como essas transformações urbanas auxiliaram na construção das suas percepções:

Santa Rosa. São José era o de menino né. A Conceição e dois pontos do Centro, Afonso Campos e Peregrino de Carvalho, morei nesses dois lugares. Você vê, a Afonso Campos até quando eu passo por ela até a calçada faz eu me lembrar do tempo de menino. É. Tinha 12 anos. Ali pro trás da Prefeitura, as calçada ali era tinha casa, hoje parece que é tudo construído, comércio né, e sobrado e prédio né. Que por trás da Prefeitura tinha aquela rua que tinha uma clínica de esquina onde tem uma rua estreitinha e voltando como quem vai pra Prefeitura a rua fazia curva assim, mais pra baixo era que tinha loja de calçado, mas, aonde a gente morava era tudo moradia. Hoje eu acho que só tem comércio e clínica por ali, mudou muito. Os pontos de ônibus era tudo ali na Afonso Campos, principalmente quando era pra apanhar os passageiros da feira né, nos tempos de feira. Que ponto de ônibus já teve na Afonso Campos, já teve. Na Floriano Peixoto já veio ter depois que fizeram o Bom Preço né, começou a ter aqueles pontos ali. Mais sempre era na Afonso Campos e nas praças, nem na Floriano Peixoto tinha no meu tempo. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

As transformações na aparência da cidade também alteravam seus modos de percebê-la, no sentido em que se modificaram os referenciais por ele construídos sobre os lugares e ruas existentes na cidade até aquele momento, exigindo de seus sentidos e sua memória a construção de novas referencias que lhes permitissem acompanhar o surgimento de novos trajetos, a construção e a transformação de áreas residenciais em áreas de comércio, bem como a modificação nos usos e nos hábitos cotidianos da população, como a ida para a feira ou o local onde se espera a chegada dos ônibus, por exemplo.

Ao falar sobre as mudanças nas ruas e bairros da cidade onde morou e sobre as práticas sociais e comerciais ocorridas nesses espaços, Rafael nos mostra que o bairro pode ser desde a infância uma técnica do reconhecimento do espaço enquanto social, habitado por diferentes maneiras de sentir, usar e praticar um mesmo espaço, assim a esse respeito Pierre Mayol também nos fala que:

Além disso, o bairro é o espaço de uma relação com outro como ser social, exigindo um tratamento especial. Sair de casa, andar pela rua, é efetuar de tudo um ato cultural, não arbitrário: inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes (os vizinhos, a configuração dos lugares etc.). A relação entrada/saída, dentro/fora penetra outras relações (casa/trabalho, conhecido/desconhecido,

calor/frio, tempo úmido/tempo seco, atividade/passividade, masculino/feminino...). É sempre uma relação entre uma pessoa e o mundo físico e social. (MAYOL, 2009, p. 43).

Todas essas percepções demonstram como as mudanças físicas e sociais interferiram nas práticas dos espaços e em aspectos do desenvolvimento econômico tão almejado nos discursos das elites locais que começava a fazer ressoar perante a população, dando início durante os anos 1960 a um processo de reconfiguração do espaço urbano central de Campina Grande e que foi se expandindo para as áreas periféricas da cidade. O aparecimento de novos ramos de comércio alterou não somente a aparência dos lugares, mas redesenhou os trajetos criando novas maneiras e espaços de locomoção, e novas formas de se sociabilizar em meio a uma população que aumentava cada dia mais.

Essa mudança de aparência da cidade revelava também o surgimento de outros sujeitos e segmentos sociais, como por exemplo, a formação de uma “classe média urbana com hábitos, tendências e valores ainda vacilantes” e, sobretudo a ampliação de um grupo social bastante heterogêneo que marcava a expressiva diferença social existente na cidade. Essas distinções sociais ficavam bem evidentes quando da realização de algum evento festivo, e entre os mais representativos do imaginário social campinense desde então estavam o Carnaval e logo em seguida o São João. A esse respeito nosso depoente nos revela algumas de suas percepções sobre os comportamentos da população no decorrer desses eventos na cidade:

Eu me lembro. Também era naquele tempo que eu também me recordo do carnaval era muito bonito também. A gente ficava na janela da casa só pra tá vendo os desfile das batucada sabe. Tinha o que se vê né. Não é hoje em dia que você vai pra aqueles desfiles do Rio de Janeiro só tá ali pra ver aquele povo dançando naqueles carro alto né. É bonito, mas os desfiles de Campina era simples e bonito. Era desfile de carro, desfile de gente tocando na rua. Era a Peregrino de Carvalho, Afonso Campos, Floriano Peixoto, Maciel Pinheiro, as ruas central tudinho do Centro, era. E o movimento do carnaval era em todas as ruas. Era no tempo que nesse tempo os carros o povo tirava as portas, tirava o capuz da mala atrás que ia os jovens tudo sentado batucando. Nos anos 70 até 75 era desse jeito, até os anos 80. De 80 o carnaval começou a ter a ficar só sendo numa rua e pronto né. Até 80, 85 tinha ainda o carnaval dos clubes. No carnaval tinha o que se ver. O desfile de 7 de Setembro era animado, hoje também só é numa rua. A gente morava na rua Afonso Campos era de instante em instante vindo os colégios desfilando né. Hoje em dia você nem encontra mais os colégios treinando, não encontra mais não. A não ser o carnaval da época que era bonito. Eu era menino e achava bonito. Bonito e animado o carnaval de Campina. Tanto nas ruas como nos clubes né. Era as duas festas que animava as ruas e os clubes era o São João e o Carnaval né, era bonito. A festa de São João no Parque do Povo quase não existia, era umas festinhas numas palhocinhas e pronto. Não tinha esses shows que tem hoje não. O São João era mais nos bairros e nos

Clubes. Era como o carnaval de Campina, o carnaval de Campina não existia numa rua, existia em Campina toda. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

Como bem sabemos o Carnaval e o São João transformaram-se em festas bastante representativas do imaginário cultural e social de Campina Grande, construídas em torno dos projetos e discursos políticos de uma elite letrada local, essas festas passaram a representar mais que manifestações culturais e sociais da população, se transformando em um verdadeiro palco de disputas de poder e segregação social, onde os espaços da rua e dos clubes demarcavam as significativas transformações de comportamento e organização ocorridos no interior dessas festividades no decorrer dos anos que se seguiam a década de 1960. Segundo nos mostra Wagner Geminiano Santos:

Como primeira festa do ano o carnaval havia sido escolhido pelas elites locais, não por acaso, como a festa que abriria os festejos do Centenário da cidade, à medida que até aquele período tal festa ainda era vista, pelas mesmas, como sendo produzida por e para elas. Os festejos carnavalescos eram vistos pelas elites locais como o momento e o lugar mais oportuno para marcarem as diferenças sociais, tanto no que diz respeito ao uso dos espaços, como na apresentação de suas práticas diversionais, dos demais segmentos que compunham a sociedade local. (SANTOS, 2008, p.99).

Mais do que eventos que alegravam e, de certo modo, embelezavam o cotidiano da cidade produzindo memórias de encantamento e nostalgia em sua população, o Carnaval e o São João, transformaram-se em eventos onde se evidenciavam as nítidas disputas políticas existentes na cidade, e a divisão social e econômica que passaram a configurar as relações sociais em Campina Grande, onde a rua se transformava em palco das manifestações populares das batucadas e dos desfiles, enquanto os clubes em espaços reservados para as elites manifestarem sua “superioridade” e articularem seus apoios partidários.

Como uma cidade que se pretendia ser grande e moderna Campina Grande presenciava, além do grande aumento populacional, da diversificação das atividades comerciais e da alteração das configurações urbanas e sociais; a modificação dos hábitos cotidianos da população jovem na época, influenciados principalmente pelo surgimento de novos espaços de lazer como os Estádios de Futebol, Cinema, Teatro, etc.; espaços que apesar de terem sido freqüentados por durante muito tempo pela elite letrada da cidade, foram se popularizando e caindo cada vez mais no gosto da juventude campinense, produzindo novas sensibilidades e percepções para aqueles que os freqüentavam, como podemos observar na fala do nosso depoente Rafael:

O Amigão eu alcancei construindo no meio do mato. Que eu ia pro Presidente Vargas, eu só via ao redor de mim né, pra frente eu via a arquibancada mais não tinha nem noção, não tinha nem noção se ali tinha gente assistindo, se tinha, se aonde os jogadores ficavam sentados no banco era daquele lado, não tinha nem noção de nada disso. Romel que via, dizia: é o Treze tá entrando em campo agora. Mas pra mim tava ali como quem tava sem ver. Agora via bem o dia, via quem tava perto de mim, com distância de três metros eu tava vendo bem, mas passou pra frente às coisas se apagava. Ai quando comecei a usar os óculos ai já melhorou né, mas ainda não era aquela visão cem por cento, era uma visão de setenta por cento a oitenta. Televisão eu via. Pra você ter uma ideia no ano de 70 que era da copa do mundo, eu ficava ali na sala assistindo o jogo, o povo lá fazia a maior zuada e eu pra mim não tava vendo nada, via só a televisão ligada era, e a voz do narrador. Diziam que naquele tempo, as filmagens não era ao vivo não. Quando a gente ia assistir, assistia o jogo como quem não tinha acontecido né, que a gente ainda não sabia do resultado. É tanto que quando saia o resultado quando o jogo terminava. Gostava de ir pra o cinema né. Tinha os quatro cinemas de Campina na época. Era o Cine São José, o Cine Avenida, o Capitólio e o Babilônia. Ai eu frequentei os três menos o do São José. No São José passava mais filme de menino, aqueles filme do tipo do Hulk, não, King Kong aquele macaco gigante, nas filmagens apresentava uma mulher na palma da mão do macaco. Um filme mentiroso, uma montagem. O cinema parecia o Teatro né, aquelas cadeiras descendo, a pessoas andava e descia por uma rampa né, e aonde as cadeiras tava era através de batente né. Era bonito o ambiente parecia o Teatro mesmo. Já entrei no Teatro, assisti umas peças lá né. Tinha muita gente, lotado. Já assisti um teatro no Quartel do Exército. Que o Quartel do Exército no dia das mães era liberado pras mães visse. A gente andava por todo canto, entrava por todos os portão, que na semana era tudo proibido de passar né. É tanto que os meninos eram tudo ensinado pra não passar daquela medida aonde tinha os grupos. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

Essas mudanças de comportamento, o surgimento de novas práticas do espaço urbano e hábitos culturais, evidenciavam o significativo momento de transformação pelo qual passava a cidade de Campina Grande e as impressões que ela deixou na memória de seus habitantes. É nesse percurso de tempo que Campina Grande vivenciava com mais ênfase sua urbanização, em sentidos que abrigaram diferentes modos de se vivenciar a cidade pelo objetivo de atrair e projetá-la no discurso de modernidade e progresso, através da introdução de elementos urbanos e novos espaços de lazer.

Para cumprir os imperativos e objetivos de transformações tão radicais, a cidade se deparava com a realização de obras (públicas) que se definiam não apenas pela significativa transformação física e urbana, mas particularmente pelo que essas obras geravam nas imagens da cidade em movimento. Ao mesmo tempo essas mudanças em seus espaços físicos, apresentavam para sua população outros referenciais e itinerários que nos permitem pensar os lugares para os quais se destinavam os projetos e interesses de

desenvolvimento e expansão em Campina Grande. Como podemos observar na fala de Rafael:

O Parque do Povo eu não alcancei mais sabia onde era o local. Parque do Açude Novo. É eu conheci da construção né. Aquele setor aonde é as Clarissa que tem um mine shopping, ali na época tinha uma favelinha. A Floriano Peixoto não começava dali, começava não, era tudo fechado. Tinha uma rua que ela quando pega ali da Praça do Trabalho tem uns batente, aquela rua ali seguia direto até as Clarissas, era até na terra não era nem calçada. Ai depois que abriram a Rua Floriano Peixoto ai foi que o Centro começou a se espalhar pelo Centenário, pela Prata. Antigamente você saiu ali do círculo do Centro você já tava nos bairros, hoje é o contrário você tá no São José você tá no Centro, cê tá na Prata tá no Centro né. O Catolé era bem dizer perto do Açude Velho, quando entrava no Catolé já terminava o Catolé era curtinho, hoje já se estende. Sim, tinha uns conjunto mais longe pra aqueles lados, mas dava pra ir a pé até os conjuntos, do Açude Velho até lá. Hoje eu acho que a pessoa anda bastante pra conhecer tudo ali no Catolé. E Campina eu já conhecia, já andava a pé por todo canto né, era um tempo que não tinha violência ai eu andava toda hora da noite. Esse negócio de dizer que tinha ladrão não existia né, hoje se andar de noite não é muito bom não. Santa Rosa, Centenário, São José, os bairros quase todos os antigos. Zé Pinheiro, Catolé, tinha um Catolé novo e um Catolé antigo né, o novo era mais aonde tinha os conjuntos. E esse lado aqui do Cruzeiro eu conhecia, aonde é a Almirante Barroso era uma estrada de barro, era uma rua bem larga de barro, já tinha trânsito pra cá, mas era diferente né, na terra não oferecia muito perigo não, o trânsito de Campina se espalhava pouco. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

Assim, Campina Grande crescia, demarcando suas fronteiras sociais, culturais, econômicas, políticas e temporais, ganhando ares e aparência de grande cidade do interior paraibano, abrindo caminhos para novas experiências, bem como de novas sensibilidades, para que mulheres e homens como Rafael desvendassem sem medo, seus traçados de ruas e casas, as configurações de seus bairros e a grandeza de suas extensões.

O crescimento de bairros representativos da história de Campina Grande, como o José Pinheiro, Catolé, São José entre outros, e o reconhecimento de novas ruas e novos bairros que surgiam na cidade, ampliavam as possibilidades de percepção e proporcionavam a construção de novas sensibilidades. As longas ruas de terra batida, o ritmo lento do trânsito, a sensação de segurança e tranquilidade, são importantes marcos visuais representativos da época em que Rafael ainda enxergava, no entanto, após perder a visão suas memórias sobre a cidade serão ressignificadas, bem como, suas percepções e sensibilidades.

Ao caminhar pela cidade, Rafael refaz aquilo que Certeau chama de prática do espaço, com seus passos ele molda e tece os lugares por onde caminha, criando um mapa com trajetórias impossíveis de serem apreendidas pelo sistema geográfico com seus pontos

e traços. Assim em seus relatos de espaços ele pratica uma caminhada enunciativa, na medida em que as práticas de espaço tornam-se referências fundamentais na análise da produção discursiva do passado, entendendo que todo relato de memória é um relato de percurso. Nesse sentido, os espaços não são anteriores as práticas que os produzem, pelo contrário, são elas, as práticas, que lhes conferem significado.

Em sua leitura sobre a cidade, Rafael se situa na figura do caminhante, aquele que observa, que suspeita, arrisca, mas que experimenta, vivencia e pratica os espaços por onde caminha. Mas do que descrições de espaços ele nos possibilita perceber como as pessoas agiam, se comportavam, viviam e habitavam Campina Grande. Suas experiências nos mostram a composição de cenários da cidade apreendidos pelos marcos visuais de uma memória povoada por vários resquícios e fragmentos de uma visão perdida, somadas a isso as percepções e sensibilidades construídas através dela. E em cada contexto ele nos lança em um universo diferente da cidade, que se transforma e cresce a cada novo passo dado.

Dessa maneira, marcado num primeiro instante pelas impressões e imagens de uma memória visual, fomos apresentados ao cenário sobre o qual Rafael construiu suas percepções de cidade e parte da sua história de vida, para então compreendermos como ela se transformou em uma cidade tátil, como veremos a seguir.

## **2.2 O que percebemos quando não vemos?**

Essa pergunta a qual nos lançamos nesse momento, nos põe diante de uma série de inquietações sobre as questões que permeiam os mistérios do não-ver entre as pessoas videntes. Mas, mais que uma reflexão sobre como a pessoa cega percebe o mundo, essa pergunta nos faz pensar sobre nossas próprias experiências quando nos lançamos rumo a caminhos desconhecidos e na complexidade de se pensar nossas vivências em situações corriqueiras no cotidiano da cidade.

Curiosamente, o desvelamento do mundo parece nos desafiar com o mistério, com o intervalo entre o conhecido e o não conhecido, uma zona de sombra onde fica sempre um resíduo a ser comunicado, interpretado, explicado. Uma zona de não vidência que anima e impulsiona a nossa experiência de conhecer, compreender, interpretar, tocar. (SOUZA, 2009, p. 181).

Interpretar o mundo à maneira como os deficientes visuais o conhece, certamente é enveredar por caminhos cercados de mistérios, mas também se torna uma porta de acesso a uma série de representações e referências de imagens mentais que quando acionadas e

interpretadas por suas experiências e estímulos sensoriais lhes permitem ver o mundo pela força da imaginação.

Compreender o que podemos perceber quando passamos a não enxergar mais a realidade com a qual estamos acostumados nos põe diante de uma linha muito tênue entre o ver e o não-ver, como se uma espécie de sombra pairasse sobre nossas percepções nos tirando da zona de conforto, mexendo com nossos sentidos e nos apresentando outra maneira de ressignificar nossas experiências com aquilo que já conhecíamos.

Desse modo a cegueira se apresentou para Rafael, como uma sombra que cercava de mistério tudo o que ele já havia conhecido, pouco tempo depois de receber o diagnóstico de miopia e ter passado por algumas complicações decorrentes do surgimento da catarata, ele passava agora pela angústia de perceber que estava começando a perder o pouco de visão que ainda lhe restava e nesse momento outra forma realidade passava a configurar o seu dia-dia.

Sempre eu tentei superar a falta da minha visão sempre me achando que tava vendo. Por que a história deu botar na minha cabeça que eu tava sem ver pra eu me adaptar com a falta da minha visão, isso pra mim era uma dificuldade muito grande. É tanto que tudo que eu fazia eu me sentia como que eu tava vendo. Por que eu com minha visão eu nunca troquei uma torneira, nem uma borracha de torneira nem nunca troquei... nunca mexi numa descarga né, nunca emendei um fio, tomada em parede eu já botava, mas já sem ver eu peguei a prática de tudo isso em fazer, né. Tudo isso, ligar televisão, botar som pra tocar. Os som antigo era tudo manual, quando eu botava o disco vinil que achava que quando levasse o braço do som eu ia arranhar o som. Ai um dia eu tava assim, pra você ver como eu tento adaptar eu de mim mesmo aprendendo, não era nunca ninguém me ensinando, ai eu deitado me lembrando. Já fiquei imaginando que disco de som não dava pra eu botar pra tocar que eu ia arranhar os disco ai eu imaginei né, já sei qual é a maneira eu já pensei em botar o dedo assim da mão esquerda tocando no disco, na beirinha do disco né, e vindo com o braço tocando com o dedo pro disco, ai ali eu já fui soltando maneirinho o braço do disco e pegando direitinho né pra tocar. Foi uma dificuldade que eu consegui tirar sendo eu meditando como era que ia fazer né. Ai quando era a tomada eu tinha uma dificuldade de botar a tomada pra ligar o som que ficava tentando acertar e não tinha como acertar né. Ai eu imaginei, eu indo com o dedo, identificando aonde é o encaixe da tomada eu passei a colocar é tanto que as pessoas diz: não tem medo de levar choque não? Eu disse: não tem não que a maneira como eu tô indo com a mão eu tô sabendo como é né. Tô evitando o contato da corrente elétrica, ali é só mais pra eu me situar né. Ai aprendi também. Até passar ferro de roupa eu consigo, consigo lavar roupa. Claro que as roupas que eu lavo é roupa de passeio né, que você sabe que só foi suada do passeio e lavado já tá limpo. É diferente se me dessem uma roupa suja de graxa de comida, suja de graxa de... outras graxas que suja a roupa, que como é que eu ia tirar mancha se eu não via né? Mas tirar sujeira banal só por que tá suada eu lavo e fica tranquilo. Ai aprendi a fazer tudo isso né. Até pra puxar aterro pra construção aqui eu puxava a carroça andando de costa, que de costa eu me encaminhava né,

que se fosse pra levar a carroça de frente eu saia barroando e não acertava o caminho nunca! É! A minha visão era de costa. Ai sei que você vai superando, querendo trabalhar né, que você ficando sem trabalhar você se cansa também né, se cansa. Ai eu sei que as dificuldades você não se conforma, mas se valendo de Deus termina superando. Ai eu sei que todo estilo de som eu consigo... No controle mesmo eu uso sempre as teclas principais né, que muita mudança, tem muito uso no controle mesmo só serve mais pra quem tá vendo, que precisa você tá dando brilho em imagem, clareando ou escurecendo não tem sentido né, não tem necessidade não. É só mudar de canal, baixar o som e subir na hora que quiser, ai fica tudo mais prático. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

Apesar da perda da visão não ter sido um processo fácil de lidar, entretanto podemos perceber o seu desejo de tentar se adaptar a essa nova realidade que se apresentava naquele momento em sua vida, o levando a compreender a realização de diferentes atividades em seu dia-dia através de um processo marcado fortemente pela imaginação, assim, podemos perceber o quanto o acesso as referências de imagens visuais ainda apresentavam fortes resquícios em sua mente, mas o seu modo de interpretá-las havia se modificado completamente.

Mesmo tentando superar a falta da visão, procurando viver como se ainda estivesse enxergando, ele se viu diante de uma difícil decisão, já casado e pai de três filhos seu desejo de poder voltar a enxergar ainda era bem forte, e as notícias do avanço da medicina no sudeste do país e da possibilidade de poder recuperar a visão por meio de uma cirurgia povoava sua mente, o levando a tomar a decisão de deixar seus filhos aos cuidados de seus pais enquanto ele partia com sua esposa para a cidade de São Paulo na esperança de tentar reverter o quadro de cegueira que tomava conta de seus olhos.

Foi em 85 a 88. Só 4 anos lá. Eu sei que no início era tudo estranho, mais depois eu fui me adaptando, os caminho eu já comecei a... Em São Paulo mesmo eu não via, mas eu me lembro da Avenida Paulista né, me lembro aonde o ônibus passava o povo chamava o Minhocão, que eu via quando o ônibus passava por de baixo escurecia tudo, quando o ônibus saia de dentro eu via claridade. Ai quando eu fiquei com essa dificuldade. Fiquei fastioso por comida. Comia mais porque estava sentindo fome. Mas não tinha mais gosto. Ai eu sei que o tempo foi passando e você sem aceitar. Logo eu imaginando que fazendo cirurgia ia ter jeito, ai quando fez as cirurgias que eu não vi ter solução foi que eu cai na real que não tinha mais jeito. Ai eu sei que eu passei a ir me adaptando né, passei a cuidar de comida, já sabendo fazer, catava feijão né; temperava a carne; aprendi a acender o fogo do fogão que eu não sabia. A primeira vez mesmo eu fui fazer um leite, um leite em pó, pra acender o fogo não conseguia, ai quando eu peguei a prática ai hoje em dia o fogo pra mim nem me queima mais, eu boto a mão perto do fogo e não me queimo. Ai eu sei que as barreiras diminuiu mais né. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

Como um retirante que parte de sua terra em busca de dias melhores, carregando num peito a saudade e no outro a esperança de recuperação da visão, ele foi junto com sua esposa rumo a um mundo totalmente desconhecido levado para longe de sua família pelas notícias e promessas de cura, o que eles encontraram foi uma realidade totalmente diferente da que conheciam tendo que se adaptar não somente a cegueira, mas também aos ritmos e configurações de uma grande cidade como São Paulo.

Apesar de todo o esforço e sacrifício o sonho de ter a visão recuperada não pode ser realizado, pois a perda total da sua visão havia sido ocasionada por um descolamento da retina caso que ainda nos dias de hoje não tem reversão. Porém ao invés de recuperar a visão, no período em que esteve em São Paulo, ele aprendeu a desenvolver outras habilidades sensoriais e descobriu outras potencialidades que lhe ajudava na realização das atividades diárias de cuidados com a casa e alimentação.

Nesse mesmo período, a notícia de que sua esposa estava à espera de seu quarto filho lhe encheu de esperança novamente e aumentava ainda mais sua vontade de retornar para Campina Grande para reunir novamente sua família, mas esse retorno demorou mais que o esperado e eles acabaram morando em São Paulo por quatro anos, tempo suficiente para Rafael aprender muito mais sobre si, sua capacidade de aprendizado e reconhecimento dos espaços em contato com uma cidade bem diferente da que nasceu onde as pessoas possuíam outros hábitos e uma maneira diferente de encarar sua rotina e sua cidade.

Em meio a essa nova realidade ele foi aprendendo a conviver com sua deficiência, construindo novos referenciais baseados não apenas nas imagens visuais que ele ainda possuía em sua memória, mas comparando suas experiências de reconhecimento da cidade que havia aprendido em Campina com as novas experiências que passava a adquirir na cidade de São Paulo, evidentemente que considerando suas devidas proporções e usos que sua população faz da espacialidade em cada uma dessas cidades.

Ai eu sei que quando eu tava em São Paulo, eu olhava na calçada, era o povo me vendo e deixando eu passar, enquanto aqui em Campina o povo tropeça na bengala e tudo. Eu percebo logo que a calçada tá cheia de gente que ninguém me dá a passagem. É uma educação danada o povo de Campina. Enquanto em São Paulo eu me sentia como quem tava andando sem ter ninguém na rua. Só ouvia movimento de carro e de gente eu não escutava. E Severina dizia, eu perguntava: não tem quase gente pelas calçadas? Severina: tem muita gente é porque por onde a gente anda o povo é dando espaço. Dava espaço pra gente. Quando a gente se acostuma a gente sempre tem aquela noção de como é o local né, mas sobre cheiro e os barulhos em cada local muda. Eu acho que por cheiro e por som, não tem como definir essas coisas não. Eu sei mais ou menos por que o deficiente visual ele consegue andar só. Porque quando ele anda com a bengala tocando assim no chão é ele identificando por onde

ele tá andando né. Coisa que eu só ando acompanhado, eu quase não tenho essa definição. Por tato eu só identifico os objetos e as comidas né, pelo cheiro eu percebo, mas, cidade a gente identifica porque sabe que tá indo pra um lugar diferente né, quando chega acha diferente. Quando eu chegava em São Paulo eu sentia o clima de lá que era frio quando era quente também, você sente aquele... sente que não tá em Campina, sente num lugar estranho. Entra dentro do ônibus você percebia que o ambiente era mais coletivo. Aqui em Campina você entrar dentro do ônibus, você acha muito diferente do coletivo é uma coisa muito cada um por si e tchau né. Lá era mais coletivo as pessoas dava assento, era um lugar que tinha mais civilização né. Aqui eu ando com minha bengala se eu botar ela no meio da calçada o povo tropeça nela eu ando botando na minha frente. Já em São Paulo eu andava a calçada cheia de gente e pra mim ela tava vazia, que todo mundo se distanciava de mim pra dar espaço é tanto que eu andava assim achando que tava sozinho na calçada, mas o que era as pessoas dando espaço pra eu. Aqui se brincar tropeça na bengala, tropeça em mim, quando vai pedir desculpas já tem passado. Você quando chegava nos pontos central, você percebia pelos movimentos né, das paradas de ônibus, eu na época enxergava vulto quando o ônibus passava pelo um túnel que o povo chama o minhocão eu percebia escurecer o ônibus né, ai quando saia o claro do sol entrava no ônibus. Ali eu já percebia quando chegava ali. O Parque Dom Pedro você percebe pelo movimento e sente aquele ar de muito prédio alto, você tem aquela impressão que tá no meio de muita coisa alta, que você sente a ventilação abafada né. Porque o em toda cidade não importa o tamanho, tem sempre aquele local que todo mundo chega nele. Em São Paulo é o que o Parque Dom Pedro e a Praça da Sé é o lugar que todo mundo fala que passou né, tem os outros pontos que é muito frequentado, mas é sempre esses dois Parque Dom Pedro e a Praça da Sé. Campina Grande é a Praça da Bandeira e hoje em dia já inclui a Integração né, e a Feira também é um ponto, o Centro, são pontos que quem chega em Campina já sabe que é a referência de Campina, (o Açude né) é o Açude Velho, hoje já inclui o Shopping já é a referência de Campina. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

Rafael nos apresenta a composição de outra espacialidade vivenciada em suas experiências de contato com os habitantes e com os lugares da cidade de São Paulo, e nos revela a maneira como as pessoas se comportavam diante de sua presença nas ruas da cidade o que nos faz pensar naquela idéia de acessibilidade não como características que apenas modificam as configurações espaciais das cidades, mas também como um comportamento ou hábito socialmente adquirido.

Tendo em vista que nem todas as cidades oferecem condições de acessibilidade à sua população portadora de deficiência podemos perceber que a maneira como a população reage diante de sua presença nas ruas ou em qualquer outro espaço da cidade diz muito sobre o seu entendimento do que vem a ser acessibilidade. Assim podemos dizer que a acessibilidade também faz parte do processo de tomada de consciência da população com a

mudança de hábitos e posturas e o respeito perante a necessidade e o direito de ir e vir do outro.

O fato de andar sempre acompanhado apesar de lhe oferecer mais segurança ao caminhar, no entanto, como podemos perceber em sua fala limitou sua capacidade de desenvolver uma apreensão tátil dos lugares que conheceu em São Paulo, e desse modo, suas percepções passaram a ser construídas tomando como base as referências visuais que possuía além das orientações que obteve com seu acompanhante e a percepção de alteração sonora e climática entre um ambiente e outro.

Assim, durante os anos em que morou em São Paulo ele aprendeu a construir tanto uma cartografia imaginária da cidade como também aprendeu a conviver com um cenário de inquietações e sentimentos despertados pelo ritmo frenético e desafiador em que a população vivia naquela cidade. Ao retornar para Campina Grande, o impacto tanto nas suas relações sociais como na sua nova compreensão dos ritmos que a cidade apresentava após a perda da sua visão saltaram ainda mais aos seus olhos e a sua imaginação.

Ai quando eu cheguei de São Paulo pra Campina o mesmo alvoroço que eu percebia de São Paulo né, já cheguei em Campina, Campina ficando do mesmo jeito, que achava Campina mais calma antes quando eu tinha minha visão, ai depois... ai eu sei que quando eu cheguei aqui em Campina achei parecido os movimentos, os barulhos do mesmo jeito né. Só que Campina ainda ficou mais movimentada de uns vinte anos pra cá, né, de uns vinte anos pra cá. Porque mesmo naquele tempo ainda Campina tava calma, não tinha tanto dos dismantelos que tem hoje né, hoje tem demais, hoje já compara com São Paulo nos dismantelo. Apesar que dismantelo a gente só sabe assistindo rádio e televisão. No tempo que eu assistia televisão que eu tinha minha visão, você não via esses jornal de tanto crime que tem hoje não. Em São Paulo mesmo era mais tranqüilo. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

O que podemos constatar na sua fala é que suas percepções também se construíram em meio a um amplo universo de sentimentos e emoções se misturavam aos medos e mistérios da descoberta de um mundo novo que mexia com seu imaginário, seus sentidos e experiências, fazendo com que ele sentisse toda a agitação e a mudança na rotina pacata que a população de Campina Grande havia vivenciado um dia. Entretanto, a construção de uma nova sensibilidade sobre a cidade não alterou os referenciais que ele havia desenvolvido no passado o que facilitava sua locomoção por Campina, mesmo depois de ter perdido a visão:

Fica mais fácil né. Se eu fosse andar no Centro, com muita atenção eu andava. Já cheguei em muitos cantos em Campina indicando as pessoas pra eu acertar, as pessoas eram quem me levavam né, quer dizer que eu tinha a noção. Por que, porque eu tinha a noção né. Já levei também gente mais eu lá em mãe. A descida do ônibus pela Prefeitura né, o motorista

foi quem me indicou. E eu sabendo que descendo ali na Prefeitura que era a parada né, a Maciel Pinheiro era de frente, já entrava nela e seguia direto pelo o Itaú e saía descendo. Do Itaú, pela Caixa Econômica, lá pra frente o Posto. O Posto eu já sabia que era pra entrar na Rua do São Francisco. A rua, não sei se ela tem o mesmo nome ali que pega no Centro, que é a Índios Cariri né. Não, ali de lado parece que é São Francisco parece, da Padaria. Ai, depois segui direto, aonde chegava a Henrique Dias eu identifiquei ela também que era uma rua bem esquisitazinha e dali peguei direto e na volta, já ficaram sabendo a volta né, ai já ficou mais fácil. E quando chegava no Centro eu sempre me identifico, as ruas eu já fico sabendo. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

A mudança de sensibilidade e a capacidade de poder se orientar através dos referenciais que já possuía da cidade de Campina Grande o fazia retornar a muitos lugares que ele havia estado quando tinha a visão, o percurso que o levaria até a casa da sua mãe e a composição do desenho imaginário do percurso que o levava da sua nova casa até o Centro da cidade lhe ajudava a compor novos itinerários para que ele pudesse se orientar e guiar qualquer outra pessoa que quisesse o acompanhar em suas novas descobertas na cidade.

Pronto, antigamente a linha das Malvinas pro Centro, quando ele chegava ali por trás do Teatro ele fazia ali duas curvas, ai eu chamava ali o S, como um S, fazia assim, assim, pra seguir pra aquela parada da Telemar né, ali eu já percebia né. No Centro antigamente era quando o ônibus não ia na Integração né, fazia aquela curva na Clipsi. Eu via fazer duas curvas ai eu percebia que tava perto do Teatro, mas hoje não faz mais aquela curva. Parece que quando a gente sai da Integração ele segue o lado do Teatro né, ou pega do lado da Clipsi? (Também passa pela Clipsi). Passa né? (Passa). Só que faz uma curva vindo lá da Integração né? (É só que pelo outro lado). Aquela identificação eu me lembro quando para mais na... eu tenho a identificação quando para perto na aonde tem a Telemar que né, quando para ali eu percebo, quando eu boto o pé na calçada eu sei que é ali. E quando descia, muitas calçadas eu identificava. Quando eu vou mesmo, naquela rua onde tem a ECS, quando pega aquela subidinha já sei que eu tô passando na frente da loja. Chegando no Centro, os pontos de ônibus sempre começam ali da Praça da Bandeira né, ai hoje já tem Integração, já é a referência das coisas né. É meio complicado pra você tá orientando quem não conhece né. Mas, a pessoa consegue, somente andando. Que pra dizer só como é que é fica difícil. Que a maioria das ruas do Centro eu não me lembro por nome né, apesar que tem umas ruas principal que eu me lembro. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

Através das curvas, lombadas, buracos, e de lugares que compõem a paisagem urbana da cidade, Rafael foi aprendendo a construir novos referenciais que auxiliam na sua locomoção e lhes permite poder ajudar outras pessoas a se locomover com suas orientações, descrições e características sobre os lugares, como ele mesmo nos mostra conhecer a cidade é um processo de caminhada, é preciso sair do lugar e tentar conhecer e

não somente ficar imaginando, pois muitas referências podem ser apagadas da memória ou até mesmo a cidade pode se modificar ao longo do tempo e produzir outros referenciais, com novos espaços e características.

Poderíamos dizer que o fato dele já ter enxergado e a intimidade que ele tem com a cidade o ajuda muito na construção dos seus mapas mentais, mas Yi-Fu Tuan reforça ainda mais sua colocação sobre a necessidade de se caminhar mais pela cidade para poder conhecê-la melhor:

No ato de locomover-se, o espaço e seus atributos são experimentados diretamente. Uma pessoa imóvel terá dificuldade em dominar até as idéias elementares de espaço abstrato, porque tais idéias se desenvolvem com o movimento – com a experiência direta do espaço através do movimento. (TUAN, 1983, p. 59).

Sobre esse ato de caminhar como uma enunciação do espaço Certeau também nos mostra que:

A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc. as trajetórias que “fala”. Todas as modalidades entram aí em jogo, mudando a cada passo, e repartidas em proporções, em sucessões, e com intensidades que variam conforme os momentos, os percursos, os caminhantes. Indefinida diversidade dessas operações enunciadoras. Não seria, portanto, possível reduzi-las ao seu traçado gráfico. (CERTEAU, 2012, p. 166).

Foi caminhando, se arriscando, testando seus limites e emoções que Rafael conseguiu se adaptar a cegueira e continuar aprendendo e reconhecendo mais sobre a cidade em que vive, porém, mesmo com todo esse vasto mapa sensorial gravado em sua mente ele nunca conseguiu aprender a se locomover sozinho, e o medo da violência ou de não conseguir lidar com situações que lhe deixasse desorientado se tornaram os grandes empecilhos para que isso não acontecesse, especialmente quando se trata de estar na presença de multidões ou em ambientes fechados.

É na agitação e na multidão eu não gosto de tá, nem em agitação nem em multidão. Porque pra quem vê já é difícil e pra quem não vê vai cair no meio de todo mundo e ser pisado. Se eu tiver com bem calma não me atrapalho não, mas se eu me agitar já me atrapalha onde eu tô, eu tenho que tá com muita calma. (Entrevista concedida em 19 de março de 2013).

O fato é que o medo da violência e a insegurança são sentimentos que provocam grandes incertezas e desconfiança na maioria da população que vive atualmente nas grandes cidades brasileiras, sintomas provocados pela maneira desordenada e desigual pelo modo sobre o qual se edificou os processos de urbanização no Brasil. Entretanto, se esses sentimentos hoje em dia são tão comuns a todos nós, quem dirá para quem a relação de

confiança é estabelecida na ausência do contato visual, somente confiando no que sua intuição e os demais sentidos lhes permitem perceber. A esse respeito Zigmunt Bauman nos fala sobre as relações de confiança e medo existente nas cidades:

Todos sabem que viver numa cidade é uma experiência ambivalente. Ela atrai e afasta; mas a situação do cidadão torna-se mais complexa porque são exatamente os mesmos aspectos da vida na cidade que atraem e, ao mesmo tempo ou alternadamente, repelem. A desorientada variedade do ambiente urbano é fonte de medo, em especial entre aqueles de nós que perderam seus modos de vida habituais e foram jogados num estado de grave incerteza pelos processos desestabilizadores da globalização. (BAUMAN, 2009, p. 31).

O que Bauman nos fala agora e o que Rafael nos apresentou em alguns momentos de sua trajetória é que em muitas situações a inexistência de solidariedade e respeito entre as pessoas põe em foco outro tipo de convívio social estabelecido entre os habitantes das cidades, que promove o distanciamento e isolamento uns dos outros construindo um universo de graves incertezas, medos e desconfianças cada dia mais presentes nas relações sociais.

O que percebemos é que o não-ver nos apresenta as experiências cotidianas através de outra realidade, uma realidade construída através dos sentidos, sentimentos, emoções, valores e imaginações, de que nos falou nosso depoente. Fazendo-nos refletir que quando uma luz se apaga não devemos ficar apavorados com o medo do que sentimos quando estamos na escuridão, pelo contrário, devemos explorar todas as potencialidades que nossos sentidos nos permitirem fazer, para poder reconhecer quais são as nossas limitações.

Pois a escuridão é somente a ausência de luz e não de vida nem de imaginação e criatividade. Assim o que podemos perceber quando não vemos é a importância de todas as experiências que vivemos, sejam elas boas ou ruins, e podemos ver e fazer tudo o que quisermos com a força da nossa imaginação e com o desejo de aprender, conhecer e caminhar adiante.

Assim fazendo uso das falas de nosso depoente tentamos mais uma vez recompor mais uma trajetória de experiência e percepções construídas em contato com a cidade de Campina Grande, nos possibilitando abrir novas portas para avançarmos ainda mais em nossa caminhada na busca por continuar a analisar a construção das percepções táteis dos deficientes visuais no contato diário com a cidade.

### 3. UM DESPERTAR PARA AS SENSIBILIDADES:

#### Percepções e estigmas da cegueira no cotidiano da cidade

*Eu não sou diferente de ninguém, quase todo mundo faz assim.  
Eu me viro bem melhor quando tá mais pra bom que pra ruim.  
Não quero causar impacto, nem tão pouco, sensação.  
O que quero é muito exato é o que cabe na canção.  
Eu não sei viver triste, sozinho.  
É a minha condição.  
Eu não sei viver preso ou fugindo.  
É a minha condição.  
Condição – Lulu Santos*

#### 3.1 A “desdramatização” da cegueira e a convivência com os estigmas.

Todos os dias em várias cidades brasileiras uma criança sofre ou sofrerá algum tipo de acidente que modificara toda a sua vida. Acidentes que podem ocorrer dentro de suas casas ou na rua enquanto brincam, basta apenas um minuto de distração de seus pais, uma rápida saída; e em poucos segundos a história de vida de uma criança pode ser modificada, alterando para sempre sua compreensão e percepção do mundo.

Na maioria dos casos, esses acidentes deixam alguma marca física ou psicológica, que acompanham essa criança pelo resto de sua vida, modificando o seu jeito de se relacionar e conviver com as pessoas e o mundo a sua volta, alterando também toda a sua rotina de convívio familiar. Em casos mais específicos essas marcas podem até impedir que essa criança consiga se desenvolver e levar uma vida normal em outros a vergonha e o medo do preconceito podem levá-la a querer tomar atitudes extremas contra sua própria vida.

Mas a questão central que esse tipo de situação suscita é que nem todas as pessoas nascem portadoras de algum tipo de deficiência, uma parte delas adquiriu alguma deficiência em decorrência de situações ou circunstâncias específicas vivenciadas no passado, seja na infância, adolescência ou fase adulta e que certamente nenhuma delas estava preparada para lidar com as conseqüências e dificuldades advindas desses acontecimentos.

Neste capítulo, iremos problematizar mais uma história de vida, onde a cegueira surgiu muito cedo em decorrência de um fato inesperado nosso depoente Altemar Soares

Ferreira<sup>28</sup> se viu diante da necessidade de aprender a lidar com essa nova realidade, e nesse contexto, apresentaremos algumas reflexões acerca dos estigmas sociais que perpassam a experiência da cegueira no cotidiano da cidade de Campina Grande nos dias de hoje.

Tendo nascido em uma pequena cidade localizada no sertão paraibano, chamada Catingueira<sup>29</sup> ele conheceu desde pequeno as dificuldades de se viver os períodos de estiagem e seca no Sertão e a importância da água nesses momentos de escassez. Quando criança, ele sofreu um grave acidente enquanto brincava na rua com um colega, justamente no momento em que sua mãe havia saído para buscar água num carro pipa que abastecia sua cidade, depois desse dia e desse acidente sua vida se transformou radicalmente:

[...] ao nascer eu nasci com a visão, graças a Deus nasci normal. E na infância eu era muito amado pelos pais né, brincava, ia pros cantos sem ajuda entre aspas das pessoas né. Até que um dia infelizmente, minha mãe deixou eu tomando café em casa, que eu morava numa cidade aqui do Sertão que é chamada de Catingueira né, ai minha mãe deixou eu tomando café porque naquela época era uma crise muito grande de água, ela ia buscar água naqueles carros pipa e eu como era muito pequeno ela me deixou em casa tomando café né, e veio um amigo, um amigo e me chamou porque naquele tempo pegar bigu em carro, quer dizer subir nos carros em movimento. Eu tinha oito anos. Ai como ele tinha mais idade do que eu e mais experiente, ai criança você sabe né, o que você quiser pra você, você topa né, ai eu fui subi num carro em movimento e ele não, ele correu por baixo ai quando o motorista viu que eu tinha subido em cima do carro acelerou a caminhonete e eu com medo dele ir embora pulei, ai no que eu pulei do carro ai acima do olho esquerdo abriu o supercílio né, e logo meus olhos ficaram todos vermelhos. E começou a corrida da mãe que não sabia, que tinha ido pegar água e tinha deixado eu tomando café em casa e quando ela voltou eu tava nos braços de uma outra pessoa que tava construindo perto de onde eu cai e meu pai por ser naquela época muito grosso entre aspas né, queria me bater tal, ai meu avô lavou meu olho com água gelada né, e a princípio fiquei bom né, mas uns 3 a 4 meses que o único recurso lá de casa era uma casa que meu pai tinha em Catingueira, e eu comecei a ficar tonto e ficar sem forças nas pernas e com isso eu fui perdendo a visão é direita, ai meu pai vendeu uma casa procurando minha doença e não encontrou, ai me passaram pra João Pessoa, isso com 8 anos, pra bater uma tomografia e infelizmente ai deu um cisto, que a queda foi muito grande tal, e eu gastando dinheiro com outras coisas né, que eu tava perdendo as forças das pernas, mas não sabia o que era e os médicos passando injeção, dizendo que era verme, que era isso que era aquilo, mas não, ai quando eu bati a tomografia acusou um cisto na minha cabeça eu operei tal, perdi a visão do olho direito, voltei entre aspas a minha vida normal com 8 anos né, mas só que eu voltei com um problema vesgo né, que a sociedade utiliza muito como o zanolho, ai com isso com o que eu ia brincar daquelas bolinha de gude ai as crianças sempre debochavam de mim dizendo quatro olhos que eu

---

<sup>28</sup> Estudante de Psicologia. 35 anos. Concedeu-nos entrevista em 29/05/2013.

<sup>29</sup> Catingueira, município no estado da Paraíba, localizado na microrregião de Piancó e integrante da Região Metropolitana de Patos. De acordo com o IBGE, no ano de 2010 sua população era estimada em 4.823 habitantes. Área territorial de 529 km<sup>2</sup>. Emancipou-se em 04 de outubro de 1959, através da Lei nº 2.144 de julho de 1959.

usava óculos, é que eles eram melhores do que eu. E isso foi me afetando eu peguei um trauma, não queria sair de casa, não queria nada e isso eu fui crescendo e com meus 15 anos é eu conheci a bebida, com 15 anos, eu achava que a única maneira de mim divertir era assim e com 15 anos na realidade de hoje né, é novo né, pra aprende a beber cerveja, álcool esses negócios. Ai com 17 anos eu sofri outras quedas através do álcool que eu estava bebendo e quem bebe perde os sentidos tal, ai com essas outras quedas ai gerou outro cisto na face esquerda, direita, e no que eu operei perdi a visão infelizmente. Mas criança eu era assim muito feliz, porque nessa cidade que a gente morava que era em Catingueira, quando o carro pipa, que é a dificuldade de água né, que é aqueles carros que transporta água vinha lá a uns 100, 200, a 300 metros eu via e isso era uma felicidade, isso é até um recado que eu deixo pras pessoas mais jovens assim que pensam que é dono da verdade, que não escutam mãe não escutam pai, se eu tivesse escutado minha mãe e tivesse esperando ela tomando o café, não tinha acontecido o que aconteceu comigo, infelizmente eu perdi a visão, mas fico feliz assim porque nem tanto a visão pode me impedir de eu ter uma vida normalmente né. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Como podemos perceber o acidente provocou sérios problemas de saúde e a dificuldade de se obter um diagnóstico preciso sobre o que a queda de um carro em movimento havia lhe provocado agravava mais seu estado de saúde; somados a isso a descoberta tardia do um cisto que ocasionou a perda da visão aumentava ainda mais sua angústia e a de seus familiares, mas o que há de mais forte em sua fala são os seus sentimentos de arrependimento, vergonha, angústia e revolta diante da nova realidade que se apresentava em sua vida.

Em suas percepções de infância podemos perceber o quão difícil foi esse processo de adaptação e sua dificuldade de lidar e enfrentar a cegueira como uma situação real:

Olha a primeira vez pra sair de casa, menino. Eu tive um susto porque todo barulho, quando você não é instruído, não tem o ouvido aguçado para distinguir as coisas, você perdi tudo que tá... Se alguém tá falando você tá pensando que ele tá falando com ele, se ele vê algum barulho de um carro ele pensa que vai bater nele, se vê algum cachorro latindo pensa que é pra ele, olhe é tudo difícil pra você se adaptar com a cegueira. Você tem que passar por psicólogo né, principalmente aquele que enxerga e deixou de enxergar né, como no meu caso eu queria me matar né, como eu enxergava perdi sem ver o porquê. Engraçado que quem enxerga não percebe que está perdendo a visão, eu só vim perceber que estava perdendo a visão quando estava praticamente cego, entre aspas, que eu percebo ainda. E é tudo difícil, tudo difícil, o medo é um medo constante, ele não sai de casa, só sai com a mãe e nem sempre a mãe e os irmãos tão na hora que ele precisa e com isso ele vai criando uma depressão, uma depressão, como meus amigos que muitas vezes chegaram a se matar infelizmente né, porque ele não dependia dele dependia de alguém. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Como já analisamos em outros capítulos a dificuldade de aceitar e lidar com a cegueira não é a mesma em todos os casos, tendo em vista que ela pode se apresentar de diferentes formas na vida de cada pessoa, assim para aqueles que já nascem cegos seu modo de lidar com a deficiência é bem diferente do que para aqueles que a adquiriram em decorrência de uma doença ou acidente, pois no primeiro caso, não existe essa sensação de ruptura ou transgressão corporal e sensorial; realidade que se apresenta de maneira muito mais expressiva por aqueles que se enquadram no segundo caso.

Pensar-se cego ou incorporar a cegueira pode ser uma tarefa “fácil” quando a analisamos à distância através do corpo do outro, mas quando ela é vivenciada e experimentada no próprio corpo, certamente as representações que faremos dela serão bem diferentes, principalmente quando levamos em consideração o tipo de noção que foi sendo construído no decorrer das diversas sociedades e culturas ao longo dos tempos, sobre a condição social em que vive a pessoa cega. A esse respeito, Bruno Sena Martins nos mostra que:

Nas representações dominantes na sociedade a idéia de cegueira encontra-se firmemente vinculada ao tema do sofrimento e da tragédia, constituindo uma projeção que tende a pensar as vidas das pessoas cegas imputando-lhes as noções de infortúnio, incapacidade e tragédia, como marcas identitárias poderosamente incrustadas, estigmas que freqüentemente conflituam com as concepções positivas e os desejos de realização de quem é cego. (MARTINS, 2006, p. 227).

Esse olhar lançado sobre o corpo do outro muitas vezes estigmatiza sua condição, e ainda associa as vivências das pessoas cegas à condição de sofrimento, exclusão, privação, incapacidade e infortúnio, o que acaba dificultando ainda mais a aceitação da deficiência e o processo de adaptação dessas pessoas a essa nova condição. É muito comum ouvirmos casos de alguém que ao sofrer algum acidente que causou graves danos à sua capacidade física, motora, mental ou sensorial, passou também por momentos de depressão ou vivenciou situações em que sofreu com o preconceito e a exclusão, e por isso, tentou acabar com a própria vida, por se sentir inferiorizado ou incapaz.

Em seu processo de adaptação à cegueira, Altemar também passou por essas situações de negação a condição de pessoa cega e com essa dificuldade em aceitar a nova condição que havia lhe acometido, ele se viu em desespero e acreditava que a única solução para ele e para sua família, seria acabar com a própria vida:

Olha, quando você enxerga que perde a visão é muito ruim, agora quando você já nasce cego é a mesma coisa que a pessoa que enxerga né, como no meu caso eu andava, enxergava entre aspas dependia de mim, não quer dizer que eu não dependa de mim agora, eu faço minhas coisas,

minhas tarefas só. Ai veio o caso da minha cegueira outra queda que eu não pensava, já na época eu fui acompanhado por três psicólogos, porque você tem que ser acompanhado porque quando entre aspas você tem a visão, você pensa que nunca vai acontecer aquilo com você, ou seja, perder a visão, ai aconteceu aquilo comigo eu queria me matar, queria fazer várias coisas para que acabasse aquele sofrimento, tanto meu como na minha família né, porque isso não tem na minha família né, o primeiro sou eu e com isso eu queria dar um fim dar um basta na época nessa vida que eu vinha levando, de uma hora pra outra perdi a visão. Agora é o seguinte, quando eu perdi minha visão eu queria me matar, porque pra mim, pras pessoas que nunca viu um portador cego, pra ele só existe eles e por esse motivo eu queria se matar, ai foi no tempo que passou na televisão uma propaganda do Instituto dos Cegos, ai foi ai que eu vi que não existiria só eu né, e fui procurar me adaptar claro, no começo é muito ruim porque você não tem nenhuma noção de locomoção nem noção de espaço né, e eu passei por esse procedimento todinho... Assim você costuma andar com guia né, com o guia e isso você vai gravando que você não tem a visão, mas vai ficar com a cabeça muito boa né, para você localizar por onde ela tá andando e ai você vai melhorando sua locomoção. E minha adaptação na cegueira, eu não tô cem por cento adaptado porque se for falar isso é mentira, mas eu construí, construí a minha vida depois que eu fiquei cego, quer dizer, eu fiz o magistério depois que eu perdi a visão, estou cursando o segundo período de psicologia na Maurício de Nassau né. Tudo isso eu consegui depois da cegueira né, essas coisas, tudo virou fácil e no mesmo tempo difícil, porque, por que é difícil? Porque é muito difícil a gente se inserir né, a sociedade não sei como vê o portador de necessidades especiais, por isso que é difícil se inserir dentro da sociedade, quer dizer, eu sei que é mito não existe, mas você tem que matar um leão a cada dia, mostrar pras pessoas que você é que você pode né, e que você pode chegar onde quiser, pode se divertir do mesmo jeito que as outras pessoas se divertem né. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Recomeçar a vida após perder a visão não é uma tarefa simples, o sentimento de revolta causado por uma situação em que não se pode mais voltar atrás para tentar reverter às conseqüências de uma atitude impensada, só aumenta o sofrimento de quem está vivenciando no próprio corpo essa experiência. E diante desse momento de vulnerabilidade e fragilidade, muitas pessoas pensam em tirar a própria vida ou entram em depressão, por isso a ajuda da família e de profissionais especializados é de suma importância para que eles consigam superar as dificuldades iniciais e descobrir as potencialidades sensoriais para aprender a se locomover e perceber os espaços.

Já o processo de reinserção social pode ser tão complicado quanto o processo de adaptação da pessoa cega às atividades cotidianas, pois a sociedade por não estar acostumada com a presença de uma pessoa com deficiência, dividindo e compondo com elas a mesma imagem no cenário urbano da cidade, acaba fazendo do encontro com essas pessoas um momento de espetacularização da imagem do outro onde todos os olhares se

voltam para ele e muitos comentários de depreciação e atitudes de preconceito e exclusão entram em evidência.

As atividades mais simples, como comer, sair para uma festa, comprar uma roupa, andar de ônibus, estudar, passam a ser questionadas e investigadas por todos aqueles que não estão acostumados a ver uma pessoa com deficiência visual realizando tais tarefas com tanta destreza e isso acaba provocando em algumas pessoas reações de espanto, enquanto outras interpretam esses atos tão comuns como verdadeiras atitudes de superação.

Altemar vivenciou todas essas situações em seu dia-dia, mas apesar de todo o esforço de sua família em tentar buscar alternativas para lhe oferecer condições para que ele se adaptasse da melhor maneira possível a deficiência visual e continuasse a morar em sua cidade natal, foi somente quando ele veio morar em Campina Grande a pouco mais de quatro anos, que ele despertou para suas possibilidades e potencialidades encontrando a motivação para superar a ausência de visão em sua vida.

Em busca de um lugar para recomeçar e motivado pelo desejo de tentar superar o preconceito e as dificuldades advindas da cegueira, ele encontrou em Campina a chance de poder dar um sentido para sua vida e a partir da sua chegada uma nova história começava a ser escrita. Ter buscado ajuda no Instituto dos Cegos e ter conhecido sua esposa na instituição foram motivações mais que suficientes para que ele resolvesse morar definitivamente na cidade e trilhar um caminho completamente diferente do que sua família imaginava:

[...] mas tem familiares que tem um menino com deficiência em casa o que é que ele faz, tranca naquele quarto escuro né, infelizmente em vez de levar ele pra alguma instituição né. E sobre esse problema que eu via no dia-a-dia foi criando em mim uma vontade de ser sempre um Psicólogo e de ajudar meus próprios irmãos, entre aspas né, e ajudar as famílias, levar para as famílias que não é isso que eles pensam o preconceito essa barreira que tem que ser quebrada né, com os familiares. Muitas vezes o preconceito começa dentro de casa e precisamos... eu mesmo pra sair de dentro da minha casa, é porque eu sou do Sertão né estou aqui em Campina morando aqui, eu tive que mostrar a minha mãe que eu precisava de uma independência né, eu tive que mostrar a minha mãe que eu era capaz de fazer, de vir morar aqui, de me locomover só. De mostrar para as pessoas né, a minha própria família; minha própria família hoje tem um orgulho de mim, numa casa de 4 irmão o único que conseguiu o curso superior foi eu né. E minha mãe tem muito orgulho de mim porque eu mostrei a ela que eu podia alcançar outros lares, como eu já tenho um programa na rádio que é sobre inclusão, consegui passar que eu já frisei no Enem né, tô num curso superior Psicologia né e, além disso, já tenho o magistério e eu creio, eu já me acho um vencedor, porque eu consegui mostrar pra aquelas pessoas, friso novamente, entre aspas, pra minha família que eu sou capaz e vou conseguir né, voar outros

lares mais alto do que eu estou hoje. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Desde que perdeu a visão, Altemar vivenciou diversas situações em que se deparou com o preconceito e por que não dizer com a incompreensão das pessoas, desde os colegas de infância com quem brincava até mesmo em situações com sua família. Sua saída de casa parece representar não apenas o desejo de recomeçar uma vida nova, mas também a vontade de se desvencilhar dos estigmas que pesavam sobre ele e da necessidade de mostrar para a família e para a sociedade que ele era capaz de ser independente.

Como se sua mudança de casa e cidade lhe permitisse realizar uma ruptura entre tudo o que a cegueira num momento inicial representava em termos de negatividade e dependência em relação aos outros e principalmente a sua família, enquanto que sua saída de casa lhe permitiria assumir sua deficiência, com suas limitações, mas também com todas as suas possibilidades de se adaptar e construir novas oportunidades de realização pessoal e social, ajudando outras pessoas que estivessem passando pelo mesmo drama que o seu. Assim, “assumir a cegueira” implica enfrentar o estigma portentosamente alojado nas elaborações do nosso paradigma cultural, implica reconhecer as capacidades que convivem com a falta de visão<sup>30</sup>.

Assumir a cegueira representou na vida de Altemar o primeiro passo para a superação dos obstáculos que ela poderia lhe trazer e a motivação para construir em Campina Grande uma nova etapa de ajustamento a sua nova condição sensorial. A vontade de estudar e de ser Psicólogo para poder ajudar outras pessoas, que assim como ele pudessem sofrer com os traumas e dificuldade advindos da cegueira, demonstram seu desejo de realização pessoal e social, e a inversão de papel que a deficiência passava a ocupar em sua vida; o que poderia ser um obstáculo se transformou em caminho de realização.

Dentre todas as deficiências, a cegueira se apresenta para a sociedade como a mais exótica, em especial por esse sentimento de tragédia e transgressão corporal que ela desperta em torno daqueles que param para observar o deficiente visual enquanto ele caminha. Ela revela toda a nossa ruptura entre um mundo visível e “acessível” com um mundo imaginário e obscuro de sensações e toda a vulnerabilidade e dependência das nossas relações com o outro.

A confiança está na base das interações sociais que movem as pessoas com deficiência visual e operam uma função de “sexto sentido” no seu processo de adaptação e

---

<sup>30</sup> Ver, MARTINS, 2006, p.167.

aprendizado principalmente no que se refere à locomoção e orientação em determinados espaços da cidade. Mas é com o uso da bengala, assim como do cão-guia e até mesmo na presença de um acompanhante, que a confiança para se locomover e interagir no espaço urbano ajuda as pessoas cegas a caminhar com mais autonomia e segurança pela cidade.

Apesar de muitas pessoas com deficiência visual sentirem vergonha de fazer uso da bengala, pelo fato dela ter se transformado em objeto que acaba por identificar a pessoa cega onde quer que ela chegue, entretanto, ela é ainda o principal instrumento utilizado para o aprendizado da locomoção com mais autonomia por parte dessas pessoas.

A bengala opera como uma extensão da percepção tátil da pessoa cega, permitindo-lhe antecipar obstáculos, reconhecer referências no caminho, constituindo igualmente uma forma de se assinalar para os demais a presença de alguém invisual. Função identificativa que se mostra importante quando a bengala é exposta numa passarela, numa paragem de autocarro para que o motorista possa identificar a linha, ou, mais trivialmente, para que os peões se possam desviar no passeio. O facto de uma pessoa cega se poder deslocar livremente, andando a pé ou de transportes públicos, sem ter que depender de alguém que a acompanhe, constitui um elemento fundamental para que a cegueira não obste à consecução dos propósitos dos sujeitos. Na verdade, este constitui-se como um elemento fundamental para que as mulheres e homens cegos não tenham que se remeter a gravosas situações de inactividade e dependência. (MARTINS, 2006, p. 155).

No processo de adaptação à cegueira o aprendizado sobre o uso e utilização da bengala para uma efetiva locomoção com segurança, assumindo o lugar de um importante desafio pessoal na vida da pessoa cega, pois ela representa um momento de demarcar espaços e romper com os próprios medos em relação à cidade e com os estigmas sociais, além de representar uma libertação da dependência dos outros para poder se locomover, podendo assim ter um pouco mais de autonomia em suas atividades cotidianas.

Além disso, aprender a se locomover com a bengala também representa uma maneira de assumir-se como pessoa cega e mostrar sua capacidade de se adaptar a essa nova condição, mas apesar da bengala ainda ser o instrumento mais utilizado pelas pessoas cegas para sua locomoção, ela também é vista como demarcadora de um lugar social e isso de certo modo ainda incomoda muito as pessoas com deficiência visual, fazendo com que algumas delas prefiram não fazer uso desse instrumento.

Mas em outros casos, o desejo de ter uma vida com mais independência e autonomia de parentes e amigos, faz com que cada vez mais deficientes visuais aprendam a fazer uso desse instrumento tão importante para uma boa locomoção e percepção sobre a cidade, como nos mostra Altemar:

Olha assim, é por você não ver, claro que vai ter um certo receio né. Eu não acho que seja difícil sua adaptação, mas sim existe limitação como eu acho que na pessoa que tem visão também entre aspas. É você por andar com as pessoas né, e pra não ocupar as pessoas você tenta gravar, gravar na cabeça no bom sentido né, por onde aquela pessoa está indo né, quantas avenidas passa para chegar aquele determinado lugar né, e principalmente o material que lhe identifica que é a bengala né. Que não existia o respeito né, não existe ainda muito, mas já você apresentando a bengala avisando que vai passar num determinado lugar eles ajudam e quando aparece né, e os carros lhe respeitam assim porque tudo que você sabe é através da sua audição né, que a sua audição nesse caso aí vai ser seus olhos quando a pessoa não tem a visão. [...] eu sou uma pessoa que sempre gosto de depender de mim né. Como todos os dias eu vou pra Faculdade, tem dias que minha mulher não pode ir né, e com toda dificuldade né, eu uso muito o silêncio, muito o ouvido né e eu sei que ali é a parada que vai chegar na Integração. E na Integração como tem muitos pontos e eu já sei qual é o ônibus que eu vou pegar e o local que ele vai parar; muitas vezes não pára no mesmo lugar, alguém tem que sair correndo comigo tal, precisa nesse caso aí, precisa ter mais acessibilidade para não dificultar tanto para as pessoas. E o ônibus, o ônibus quando você é bem instruído, a audição bem aguçada você sabe que o ônibus vem pelo barulho. Eu mesmo conheço o ônibus pelo barulho, é ônibus de viagem tem um barulho, o ônibus da cidade o coletivo tem outro barulho né, caminhoneta tem um barulho, esses carros baixos tem outro e por aí você vai vivendo a vida sem ocupar tanto as pessoas. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

O caminhar com a bengala põe o deficiente visual em posições antagônicas, ao mesmo tempo em que fazer uso da bengala lhe permite adquirir autonomia e independência, também lhe expõe aos desafios de se locomover em uma cidade que não oferece condições de acessibilidade para seus habitantes portadores de deficiência; aos comentários e olhares alheios a sua situação e a incompreensão daqueles que povoam as ruas no cotidiano da cidade.

Os mitos que cercam o senso comum em torno da cegueira ainda não permitem que a pessoa com deficiência visual possa caminhar autonomamente sem que surjam comentários paternalistas e inferiorizantes, expressões de curiosidade invasivas e que exotizam a vivência da cegueira e “ofertas” compulsivas de ajuda. Apesar disso, há pessoas que enfrentam as reações da rua e seguram orgulhosamente a bengala, outras as usam apenas nas situações em que é estritamente necessária, mas também há quem se recuse determinadamente a usá-la.

Apesar do pouco tempo em que está morando em Campina Grande, Altamar tem se adaptado bem a rotina e aos novos contornos urbanos que a cidade vem adquirindo no decorrer dos últimos anos. O fato de ainda perceber a claridade e vultos e de ter uma

memória visual lhe ajuda a ter uma boa noção de orientação e mobilidade o que facilita sua locomoção e a construção de importantes referenciais sobre alguns espaços da cidade.

No modo como ele expõe suas percepções sobre a cidade, podemos perceber o quanto os seus sentidos estão aguçados e lhes possibilita fazer importantes distinções entre os sons das pessoas e dos diversos tipos de veículos que circulam sobre a cidade, para a compreensão e elaboração da caracterização de lugares que se transformaram em verdadeiros pontos de referência não só para os deficientes visuais como para toda a população campinense como a Integração. Assim, mediante o reconhecimento dos novos espaços presentes na cidade, Altemar constrói suas percepções e referenciais sobre Campina Grande:

Olha é como eu falei, por exemplo, eu moro ali no Centenário, eu moro no Centenário. Ai você sabe que tem a parte de cima e a parte de baixo, pronto eu moro na parte de cima né, e você sabe que pra chegar ao ponto do ônibus, você já sabe que você vai ter que descer uns quinze metros mais ou menos e quando você chegar a esse determinado lugar você sabe que a direita no meu caso vai estar o ponto do ônibus né. E pela audição também que como eu disse a você a audição vai virar sua visão e pela audição você vai ver o barulho dos carros e você vai ver que não pode mais é se adiantar né, você puxa pra calçada né, sobe e sabe que um a dois passos você tá na parada do ônibus ai roda a bengala ai pega naqueles local que é parada obrigatória pro ônibus né, nem sempre eles param infelizmente, né. É, e pronto ali você vai saber que tá no ônibus e o lugar que facilitou muito pro cego foi a Integração que você sabe que você nunca vai se perder aqui porque qualquer coisa você pega um ônibus e para na Integração, só não pega um porque parece que ele vai direto pra Rodoviária só que é o das Malvinas. Ai chegando no Centro né, você sabendo que ele passa em frente ao supermercado você sente o cheiro entra né, infelizmente de novo, não é adaptado pro cego, o cego tem muita, agora é muita dificuldade mesmo dentro do supermercado, porque nem sempre ninguém ajuda e a pessoa tem que chegar até a pessoa e perguntar quanto é o alimento porque eu acho que deveria ter em braile também né, que a população não tá pronta pra inclusão, muitas pessoas não sabem o que é inclusão infelizmente. E nos bares também, restaurantes não tem o cardápio né, devia aquele cardápio ser em braile também né, porque o cego também é gente ele come como qualquer outra pessoa né, e se tivesse o cardápio em braile ele não ocupava as pessoas pras pessoas lerem o que tinha nos restaurantes né. Os prédios tem muitas escadas e muitos degraus e não respeita as filas, como entre aspas somos preferencial e as pessoas não dão as vagas né, é preciso brigar porque eu brigo mesmo pelos meus direitos que eu sei que existe na Constituição eu luto pelos os meus direitos né. E com isso a gente vamos levando a vida vamos mostrando pras pessoas que esse mito que eles tinham sobre a deficiência vamos quebrando de pouco a pouco. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Em 2008, foi inaugurado o primeiro Terminal de Integração de Campina Grande, localizado no largo do Açude Novo (Parque Evaldo Cruz), o sistema integra cerca de 90%

das linhas de transporte coletivo nos sentidos centro-bairro e bairro-centro. Assim o Sistema Integrado de Ônibus mais conhecido como Integração passou a convergir todo o fluxo do transporte urbano da cidade, alterando não somente o percurso dos ônibus que fazem o transporte coletivo da população campinense, como também produzindo um novo cenário de sociabilidade e sensibilidades, onde pessoas das mais diferentes etnias, crenças e camadas sociais circulam e compartilham do mesmo espaço todos os dias.

Construída para oferecer maior agilidade e mobilidade na locomoção da população entre um bairro e outro, reduzindo os gastos com a passagem pela metade, a Integração proporcionou também a melhoria da locomoção entre aqueles que necessitam de um atendimento mais específico para a sua condição motora e sensorial, concentrando todo o fluxo dos ônibus que circula pela cidade em um só lugar.

Mas, apesar das “facilidades” de locomoção, introduzidas pela comodidade de acesso ao transporte urbano o que podemos perceber na fala de Altemar é que mesmo com todas as transformações pelas quais a cidade de Campina Grande passou ainda há muito a ser feito, principalmente no que diz respeito à conscientização da população as necessidades que as pessoas com deficiência visual têm no seu dia-dia.

Quando vão a um restaurante ou quando precisam fazer uso de algum serviço, ou comprar algo num supermercado e não conseguem, devido à falta de informação ou de um atendimento especializado; ou então quando percebem que seus direitos a um atendimento preferencial nos estabelecimentos comerciais é desrespeitado e negligenciado, não só pelos donos e funcionários, mas também pela própria população desinformada e muitas vezes mal-intencionada, que acaba querendo tirar proveito da situação, quando percebe que não tem ninguém sendo atendido nas filas preferenciais, provocando situações na maioria das vezes de constrangimento e desconforto entre aqueles que realmente necessitam do serviço.

Essas situações vivenciadas por Altemar em seu cotidiano revelam o grau de desinformação da população sobre as necessidades das pessoas com deficiência, mas que uma ajuda para atravessar uma rua, caminhar livremente pela cidade ou de olhares piedosos, o que essas pessoas precisam é perceber que seus direitos a ter uma vida mais acessível estão sendo de fato reconhecidos e respeitados.

Sabemos que são muitas as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência para poderem se locomover e conviver socialmente dentro do espaço urbano e assim conseguir ter uma vida normal, mas nem sempre esse relacionar com o outro dentro da cidade se dá de forma tranqüila, no dia-dia da pessoa com deficiência visual, muitos

conflitos emergem diante de situações que revelam o grau de desajustamento comportamental da população quando se trata do uso de espaços e de direitos que são conferidos a uma minoria da população.

Se por um lado, a cidade de Campina Grande tentou acompanhar o mesmo grau de desenvolvimento econômico e urbano dos grandes centros brasileiros, por outro lado, ela também acabou por comportar em seu cenário urbano os mesmos dilemas de um crescimento desordenado e excludente pelos quais também passam outras cidades brasileiras. Assim sobre o seu processo de adaptação na cidade Altemar nos mostra que:

Olha o processo de adaptação aqui em Campina é eu não digo a você que eu estou totalmente adequado aqui em Campina porque como eu estudo fora, numa Faculdade particular de manhã, como eu moro no Centenário eu tenho que correr um percurso, sempre pegar dois ônibus né, e o ônibus como você tem o conhecimento que tem os lugares dos deficientes e dos idosos né, e nem sempre é respeitado isso, sempre quando eu subo nos ônibus tão todos ocupados né, as pessoas não tem essa consciência que se ali tem dizendo que é pras pessoas com deficiência, pra idoso, mas as pessoas não entendem isso e ai infelizmente as pessoas vão em pé. E procura saber do órgão competente né, ai é o que eles falam não as pessoas tem que ter consciência que ali foi adequado pra deficiente e idoso, mas as pessoas não conhecem isso quase todo dia eu faço esse percurso em pé. E eu não sei qual é o órgão competente disso se é a STTP, mas todo dia é esse corre-corre. [...] assim você sabe que os ônibus têm uma numeração e no dia a dia que você vai e vem ai você já sabe, porque como eu moro ali no Centenário você sabe que qualquer ônibus vai ali pra Integração, no entanto você precisa perguntar. Claro que nos primeiros dias eu não sabia onde era a Integração, mas como você já ia todo dia você já ia decorando que pra chegar no seu destino tem que passa pela Integração e lá se você perceber tem um bocado de curvas quando sai do Centenário e chegando lá se você perceber tem um quebra mola muito grande e quando chega o ônibus do Centenário lá, ai você já desce no local que pega o ônibus que é pra faculdade, que é o... Pode dizer o número? (Pode dizer). Que é o 944, você já para mesmo na parada e como sempre tem uma pessoa lá que orienta que é da STTP, só é perguntar, subir e ir embora. E o canto que você vai descer lá infelizmente como você sabe que aquela pista dali que dá acesso na faculdade é muito perigoso ali precisa de um sinal e de uma faixa de pedestre né, que já foi reclamado na STTP, mas nem sempre seremos atendidos e precisamos das pessoas para atravessar, ai quando atravessa tem ali o Rio do Peixe só é pegar a lateral do Rio do Peixe e descer, como minha bengala tem uma rodinha ai vou bater lá na faculdade. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Infelizmente essa é uma situação muito comum de ver nos transportes públicos e em diversos estabelecimentos comerciais da cidade, apesar disso, as pessoas insistem em fazer pouco caso de direitos básicos que são exclusivos para as pessoas com deficiência. Essas situações representam o nível de desajustamento às leis existentes em nosso país, mas isso também é um reflexo do modo como os poderes públicos tratam a população

quando não são capazes de cumprir nem mesmo as leis básicas de garantia e promoção à cidadania, à saúde, educação, emprego, moradia, quem dirá dos direitos de ir e vir de cada cidadão.

Muito embora um tipo de comportamento não justifique o outro, e revelem a indiferença com que são tratadas as questões que envolvem os portadores de deficiência no país e na nossa cidade, mas certamente deve ser bem difícil para os órgãos públicos cobrar da população o cumprimento de uma lei que deveria ser uma atitude de respeito e consideração pela necessidade do outro. Pois, ninguém quer ser deficiente ou considerado como tal, mas sempre querem tirar proveito dos benefícios que não específicos para seu uso.

A situação é ainda mais tensa nos horários de pico, quando os ônibus estão superlotados e as poucas vagas destinadas a idosos, gestantes, passageiros com necessidades especiais e pessoas com crianças de colo são ocupadas rapidamente. Resta apelar ao bom senso dos demais usuários em ceder o lugar a quem precisa. O problema é que isso nem sempre acontece. É bom lembrar que as vagas especiais são previstas na Lei Federal nº 10.048/00, sancionada em 8 de Novembro de 2000, e prevê que:

Art. 3º As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Além da cor diferente dos demais assentos nos transportes públicos, adesivos com o símbolo internacional de acessibilidade, estão afixados na parte superior para indicar que aquelas vagas são destinadas a idosos, pessoas com deficiência e gestantes. Isso, quando o aviso não é retirado, em mais um exemplo de vandalismo e desrespeito à condição do outro.



Símbolo Internacional de Acessibilidade

Fonte: <http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=58>

Ainda sobre o relacionar-se do deficiente visual no cotidiano atual da cidade de Campina Grande, Altemar nos fala também sobre a necessidade de ter que enfrentar as alterações no trânsito em decorrência de festas ou obras que estejam sendo realizadas na cidade e o quanto isso atrapalha na construção das referências espaciais sobre determinados lugares:

Olha a princípio né, ao chegar na Integração eu até se tivesse oportunidade pra conversar com algum político né, eu falava pra eles colocar na Integração um instrumento sonoro né, pra falar aonde que tá acontecendo né aquelas; por exemplo, o São João agora que vai mudar muita coisa né, a rota dos ônibus e por isso o deficiente se sente muito prejudicado. Primeiro pela poluição sonora né, porque já que o deficiente não tem a visão, a visão dele vai ser o que, a audição e tendo o barulho vai incomodar a ele, quer dizer que ele não tem a visão praticamente ele vai ser cego e surdo né. E com isso vai dificultar muito os ônibus, se ele pega na Integração, não pode descer ali porque vai ter uma obra ou alguma festividade e vai descer no outro canto, ai vai prejudicar muito ele né. E muitas vezes o profissional, o motorista ou o cobrador seja lá quem for não dão orientação. Como muitas vezes já mandaram eu descer do ônibus. E eu queria que alguém, algum gestor público, governador ou político ai qualquer que seja, avisassem, principalmente aos portadores se vai haver alguma obra na cidade, principalmente aonde ele pega o ônibus porque ele grava, se ele vai uma vez com você no ônibus ele já sabe onde vai parar, já sabe que pra chegar naquela determinada ou casa ou colégio que você vai passa dois quebra-molas, passa ou cinco ou seis curvas, mas quando tem essas construções entre aspas na cidade ai muda toda a rota do ônibus, ai quer dizer o cego fica totalmente perdido né. E eu queria que eles olhassem com bons olhos pra isso pra mudar essa acessibilidade aqui que entre aspas não existe. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Construída com todos os tipos de recursos que ofereçam a acessibilidade para todos os portadores de deficiência, no entanto, a Integração não conta com um sistema sonoro para o anúncio da chegada e saída dos ônibus que circulam em suas duas plataformas. O que de certo modo torna-se compreensível devido ao intenso fluxo de ônibus que chegam e que saem da local o tempo todo, o que poderia provocar alguma confusão entre os usuários do sistema, mas que poderia ser uma idéia a ser pensada pelos gestores locais.

Muito embora as principais mídias sociais, como televisão, rádio, redes sociais, jornal impresso, entre outros, cumpram com esse papel informativo sobre as alterações no tráfego urbano e das principais obras que possam alterar a dinâmica de utilização por parte da população de alguns espaços públicos da cidade, porém o que se percebe é que nem sempre essas informações conseguem chegar àqueles que realmente possam precisar dela para fazer uso em sua locomoção e deslocamento de um lugar para outro e que muitas

vezes a mídia não consegue dar conta de noticiar todas as alterações de tráfego que ocorrem na cidade.

Além das constantes dificuldades para se locomover e se localizar em determinados lugares da cidade, ainda é preciso aprender a lidar com o modo como as pessoas tratam o deficiente no cotidiano que se refletem constantemente no mau atendimento e tratamento que eles sofrem nos transportes públicos e estabelecimentos comerciais, algo que expõe mais uma vez o quanto a sociedade parece não estar preparada para conviver e relacionar com as diferenças e necessidades dos outros.

Olhe porque a vida da gente, cada andada da gente é uma como se diz aquele ditado, matar um leão por dia, porque nem sempre você encontra as mesmas pessoas, nem sempre as pessoas querem lhe ajudar e nem sempre as pessoas vai querer, vai ficar assim constrangido de chegar gente pra lhe oferecer ajuda, que muitas pessoas criaram uma visão assim muito feia do deficiente principalmente do deficiente visual, que não aceita ajuda, mas ele agradece de forma com que você queira ajuda, porque assim, ele não tem a visão, mas ele sente se você tá de bom humor, se você quer ajudar com bom humor, percebe quando você tá triste quando você tá alegre, e nem sempre você tá pronto pra ajudar ele. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Assim, buscando se adequar a essa nova realidade de viver e conviver socialmente em Campina Grande, Altemar vem tentando se adaptar as dificuldades de acesso e locomoção em alguns espaços da cidade bem como ao tipo de comportamento das pessoas ao se depararem com sua presença nas ruas da cidade; e nesse contexto tem buscado criar maneiras para administrar os conflitos decorrentes das situações que ocorrem em seu cotidiano e conviver melhor com aqueles que se aproximam dele para oferecer ajuda.

Apesar de muitas vezes parecer que as relações sociais no cotidiano da pessoa cega se estabeleçam em um ambiente de certa hostilidade e estranhamento, entretanto, Altemar nos mostra que é possível conviver com as diferenças e lidar com as adversidades do dia-dia, tendo em vista que muitas vezes esses conflitos sociais são reforçados pela própria incapacidade das outras pessoas de enxergarem que também possuem limitações, que estão mal-humoradas, estressadas ou que em certos casos não conseguem oferecer ajuda por pensar que essa atitude possa causar algum constrangimento a quem recebê-la.

O fato é que a quantidade de tarefas que as pessoas têm que realizar ao longo do dia, a correria implicada pelos horários a cumprir, e as dificuldades decorrentes do trânsito, ônibus que demoram e freqüentemente estão lotados; as constantes filas encontradas em todos os tipos de estabelecimentos comerciais; têm transformado a rotina da população

campinense, tornando mais evidente os conflitos sociais que antes eram mais evidentes nos grandes centros urbanos.

A falta de paciência, a dificuldade de se aproximar do outro com medo do constrangimento de ambas as partes, e o mau-humor afasta cada vez mais as pessoas umas das outras, nesse constante ato de viver e conviver em uma cidade como Campina Grande que cada dia mais engloba diferentes territorialidades e subjetividades essas situações cotidianas demonstram que as pessoas não estão preparadas nem para lidar com as suas dificuldades e diferenças quem dirá com as necessidades dos outros.

Além disso, essas tensões mostram que no imaginário social o lugar do deficiente não é nas ruas, fazendo uso dos mesmos espaços e serviços que as pessoas ditas “normais” podem fazer, porém, mesmo encontrando todas essas adversidades no seu dia-dia a cidade de Campina Grande que sempre atraiu os olhares de turistas e de seus moradores por suas festividades e diversos espaços de lazer, também desperta a curiosidade de Altemar.

Sua vontade de se integrar à rotina e espaços da cidade vai além das suas atividades estudantis, com o desejo de vivenciar novas experiências e de conhecer outros espaços onde ele possa se sociabilizar e se divertir longe das tensões e estigmas socialmente impostos sobre a cegueira, ele tenta descobrir mais sobre o que Campina Grande pode lhe oferecer em termos de sensibilidade e acessibilidade:

É a primeira coisa assim com relação a isso, eu sempre falo do Parque do Povo, que eu tenho a curiosidade conhecer, que eu não conheço, principalmente. Ali só funciona na festa junina né? (É). E principalmente ainda eu tenho muita vontade de conhecer que é o Campestre que eu tenho muita curiosidade de conhecer, de mostrar pras pessoas que a gente pode se divertir também, não é porque você não tem a visão que você não pode se divertir, quero mostra as pessoas que somos capazes sim. Agora é quando você tem uma pessoa pra lhe dar as comunicações, lhe ajudar é bem melhor, como o Garden Hotel eu tenho muita curiosidade de conhecer pra ver como é, porque o povo faz uma referência muito grande né e eu tenho essa curiosidade de conhecer. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Atualmente Campina Grande conta com diversos espaços de lazer, entre cinemas, museus, restaurantes, estádios de futebol, casas de shows, clubes, etc., onde as pessoas podem se sociabilizar e esquecer um pouco do estresse e da correria do dia-dia, porém não é muito comum perceber nesses lugares a presença de pessoas com deficiência, muito raramente se encontra um ou outro circulando acompanhado de algum familiar, mas na maioria das vezes, mesmo esses espaços oferecendo condições de acessibilidade e mobilidade para essas pessoas dificilmente os vemos em alguma atividade de lazer e divertimento nesses espaços da cidade.

Ao ouvirem falar sobre um determinado lugar da cidade, é inevitável para o deficiente visual não imaginar as configurações que esse lugar possa ter; nas possibilidades de divertimento e sociabilidade que ele pode oferecer. Como em qualquer pessoa a curiosidade e a imaginação povoam os pensamentos de quem recebeu boas referências sobre um determinado lugar da cidade, seja ele turístico ou não, assim, eles também sentem interesse de querer conhecer os espaços de lazer da cidade e de poder usufruir das mesmas sensações de alegria e descontração que esses lugares possam lhes proporcionar.

Mas essas experiências ao mesmo tempo em que são positivas, pois ajudam o deficiente visual a conviver e a trabalhar suas percepções em diferentes lugares de sociabilidade da cidade, também podem provocar verdadeiros conflitos existenciais entre aqueles que as vivenciaram em outros momentos de sua vida, como no caso de Altemar, que quando criança e na adolescência ainda conseguia enxergar, mas que depois do acidente perdeu a visão:

Olha falam que quem nasce já sem a visão é melhor. E eu posso dizer a você que é melhor mesmo, porque você quando se vê só na rua ou em qualquer canto que você está andando, você sabe que você viu aquilo, você sabe como é, você queria estar lá né, quando as pessoas dizem que vai pra uma piscina ou pra uma praia você mais ou menos tem a noção que você enxergava e é muito dolorido essas coisas assim, claro que você pode ir, vamos ser realista, mas não pode ver aquilo que você enxergava antes e isso se torna doloroso, ai você vai tentar se acostumar com aquilo. E quem nasce sem a visão não, pra ele é tudo novo né, [...] porque eu nasci com a visão já sei como é a cor da folha de um coqueiro, sei como é um pé de manga, sei como é as casas, sei como é isso como é aquilo, isso se torna mais fácil pra mim associar entendeu, pra mim associar as coisas e pra um que não tem visão eu acredito que não, ele não associa, ele vai mais pelo conhecimento do dia a dia. Tem cego aqui no Instituto que não enxergou já nasceu sem a visão, mas pratica o futebol né, eu pratico também, mas já pratico com aquele medo né, porque como eu já enxerguei eu sei que quem enxerga num jogo de futebol tem muito encontrão das pessoas que enxergam imagine quem não enxerga, ai eu já fico com aquele medo né, de as pessoas não perceber vier correndo diretamente a mim e bater, ai muitas coisas assim eu tenho aquele medo de participar. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Essas associações entre a realidade que experimentou quando enxergava e o sentimento que ela desperta quando ele se percebe em situações que não podem mais experimentá-la da mesma forma, acaba evocando os sentimentos de medo, perda e revolta provocados pela falta da visão, mas que hoje são atenuados aos sentimentos de recomeço e superação adquiridos pela vontade de se adaptar e buscar viver de maneira mais ativa em contato com diferentes espaços da cidade que lhe permitam se sociabilizar.

Ao longo do seu relato podemos perceber que Altemar experienciou um processo de forte mutação identitária, onde sua identidade como pessoa com deficiência visual ainda está em formação, assim conforme analisa Stuart Hall:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. [...] Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude. (HALL, 1998, p.39).

A identidade do Altemar que via certamente já não é mais a mesma do Altemar que perdeu a visão; alterada pelos conflitos internos e externos que rondaram seu processo de alto-afirmação e reconhecimento enquanto pessoa cega; agora ela é permeada por outros sentimentos, sensibilidades e percepções sobre si e sobre os outros que modificaram seu modo de relacionar e adaptar-se perante as dificuldades que vivencia em seu dia a dia.

Nesse novo contexto de construção ou de reafirmação da identidade na pessoa cega, já percebemos em outros relatos que apresentamos anteriormente, que é natural que eles se sintam inseguros ou com medo ao se relacionarem com outras pessoas, principalmente quando estas são pessoas desconhecidas, tendo em vista, conforme nos mostra Hall, que na construção de nossas identidades também estão em jogo o modo como imaginamos ser vistos pelo outro.

Assim, a construção de identidades também perpassa o campo da alteridade e no caso de pessoas com deficiência visual essa relação é ainda mais atenuada, pois como nos mostra Altemar em diversos momentos de suas falas a maneira que o deficiente visual é visto pela sociedade, interfere diretamente no seu modo de agir e se relacionar com as outras pessoas fora do seu círculo de convivência habitual.

Levando em consideração essas experiências e situações ocorridas em seu cotidiano, Altemar nos chama a atenção também para importantes espaços de sociabilidade da cidade que poucas pessoas conhecem e onde é possível aprender mais sobre a realidade das pessoas com deficiência visual, entre esses lugares que gostaria de levar alguém para conhecer está o Instituto dos Cegos:

Olha o primeiro canto que eu levaria não era pra um lugar assim histórico sobre a cidade, eu levaria sim pra você saber primeiramente como era a vida do cego, aí a partir disso eu ia mostrar os pontos daqui. Eu tenho muita vontade de levar uma pessoa pra ver como é que eu estudo né, na faculdade porque as pessoas pensam e falam como já falaram pra mim, como é que tu estuda, como é que tu assiste, aí os olhos do cego pra quem não conhece é a audição, é a audição, e isso você me soltando em qualquer parte da cidade eu já sei onde é por que, porque ele decora vai decorando, vai decorando você sabe por onde. Olhe você vindo da Integração pega o ônibus 004 que vem aqui pro Instituto, aí você já decora porque a única curva que ele dá antes do Instituto, é ele vira a esquerda pode perceber que de lá pra cá você não vira nenhuma vez a esquerda só à direita, e você decorando isso você já sabe que destino você vai ficar, como pra rodoviária, como pra outros lugares turísticos né, daqui da cidade. Aí você com essas informações e tendo pessoas que lhe ajudam que tenham a boa vontade de chegar a você e perguntar se quer ajuda, hoje já mudou muito, hoje já mudou muito porque as pessoas antes tinham medo de chegar e perguntar se queria ajuda, mas hoje já mudou muito isso, e se os poderes públicos organizassem as calçadas seria melhor, seria melhor pra gente se locomover dentro da cidade e nem sempre as pessoas tem essa visão que o portador de deficiência visual tem infelizmente. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Em todas as histórias de vida que apresentamos ao longo desse trabalho o Instituto dos Cegos ocupou um importante papel na vida de cada um dos nossos depoentes, tanto no que diz respeito à educação inclusiva, como na reabilitação dessas pessoas ao convívio social, e essa sua representatividade, apesar de todas as divulgações na mídia e atividades realizadas pela instituição junto à comunidade, ainda são pouco reconhecidas pela sociedade campinense. Boa parte dos incentivos dados à instituição vem das famílias de seus alunos, de algumas pessoas que moram próximo ao local ou que conhecem algum deficiente visual, ou então, entre os poucos que tiveram contato com o trabalho desenvolvido pela instituição.

A sociedade de maneira geral, ainda tem pouco contato com a pessoa com deficiência visual e conhece muito pouco sobre a sua realidade. A importância dessas instituições de apoio às pessoas com deficiência ainda não são plenamente reconhecidas pela comunidade local, justamente pela falta de conhecimento sobre o trabalho desenvolvido nesses lugares, daí a importância dessa aproximação com a sociedade como forma de diminuir os estigmas e preconceitos gerados pela falta de conhecimento e informação.

Em sua fala, Altemar também ressalta as dificuldades decorrentes da inadequada conservação do mobiliário urbano, que com o crescimento desordenado da cidade atenuou não apenas os conflitos sociais por espaço e direitos, mas também as dificuldades de locomoção e acesso a alguns lugares dentro da cidade, inclusive nos percursos que o levam

ao Instituto, mas que apesar disso eles acabaram se transformando em pontos de referência para aqueles que frequentam a instituição e para aqueles que quiserem o localizar.

Levando-se em consideração que Campina Grande vivencia sérios problemas de descumprimento, desrespeito e desajustamento aos códigos e leis de edificações tanto nos espaços públicos quanto nos privados, em especial no que diz respeito ao uso e manutenção das vias públicas como as calçadas, o que podemos perceber é que elas se transformaram em verdadeiros espaços de disputas onde quem sai perdendo na maioria das vezes é a população.

Ao analisar as metamorfoses ocorridas no espaço urbano de Campina Grande na atualidade, Antonio Albuquerque da Costa nos apresenta aspectos de como as calçadas em algumas áreas da cidade passaram de espaços do interesse público para representar os interesses privados e nos mostra que esses espaços, que deveriam ser da circulação segura da coletividade, acabam desaparecendo em função de caprichos individuais:

A via pública se torna dessa maneira uma “corrida de obstáculos” para os usuários das calçadas, as quais se tornaram territórios individualizados que atendem às lógicas e às necessidades individuais em detrimentos da coletividade não-cidadã. (COSTA, 2010, p. 253).

Quando não se transformam em lugares para comercialização, algumas calçadas se transformam em extensões das casas com rampas ou escadarias que se estendem da entrada principal até o meio fio, provocando verdadeiros desafios para o caminhar dos pedestres devido ao desnivelamento dos terrenos. Quando não são as edificações inadequadas, ainda é preciso desviar das obstruções com restos de construção, plantas, buracos ou espaços muito estreitos.

Sem a devida fiscalização e punição adequadas aos que descumprem a lei e utilizam as calçadas de acordo com as suas necessidades particulares, podemos perceber que boa parte dessas inadequações são vistas em diversos bairros da cidade sejam eles em áreas nobres ou na periferia da cidade. Nas áreas nobres, as calçadas atendem aos padrões estéticos das construções, enquanto que em outros pontos mais distantes das áreas centrais a calçada se transforma em jardim da casa e as pessoas têm que disputar o mesmo espaço entre os carros que circulam pelas ruas estreitas e mal sinalizadas.

Assim, em suas experiências pela cidade Altemar nos mostra outros lugares da cidade que apesar do importante papel integrador de sociabilidades e sensibilidades culturais, ainda apresentam sérios agravantes da falta de adaptação aos portadores de deficiência:

É eu não sei se você conhece ali o Amigão né, que infelizmente não é um lugar adaptado, existe tão fazendo melhorias lá, mas não tão é olhando pra essa classe, porque ali deveria ter banheiros adaptados, deveria melhorar as pessoas que recebem o portador, que eu acho que ali é o lugar que deu mais alegria a Campina assim [...] Mas ali o Amigão eu acho que é um lugar que eu me adaptei muito ali, onde se encontra alegria, não sabe com quem você tá lidando, mas você se iguala a todas as pessoas, conhece novas pessoas. E as pessoas podem perguntar: você não enxerga o que é que você vai ver no campo? Claro que a gente pode levar um radinho né, e no barulho da torcida a pessoa vai junto, quando é gol grita gol é, e escuta pelo rádio também, e ai eu acho que é o lugar melhor, não existe preconceito, não existe diferença, não existe nada, porque ali você tá se juntando a todas as pessoas que vão juntas num só objetivo né, é torcer pelo time e ai eu acho que esse lugar é o mais apropriado. Mas tinha que ver com bons olhos né, rampas acessíveis, corrimão, elevador, ambiente assim pra você lanchar, [...] é assim eu tenho muita curiosidade, mas aqui tem muita violência é o que me prende mais na minha casa. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Quando o Estádio Governador Ernani Sátyro<sup>31</sup>, ou o “Amigão” como é mais conhecido, foi uma obra do governo do patoense Ernani Sátyro, o “amigo velho”. Construído entre 1974 e 1975, foram necessários 14 meses desde o desmatamento do local, até a situação de se poderem sediar jogos. Certamente seus idealizadores não imaginavam que ele se transformaria em um espaço da cidade que fosse abrigar um público tão heterogêneo e com necessidades tão específicas como o que o frequenta hoje em dia, palco de grandes rivalidades entre as torcidas dos principais times da cidade, o estádio desperta as paixões dos torcedores mais inflamados de Treze e Campinense.

Mas apesar de toda a sua representatividade, o estádio conta com poucos recursos de acessibilidade, fazendo com que até os torcedores mais apaixonados entre as pessoas com deficiência, deixem de frequentar o local devido ao desconforto e insegurança que em dias de grande decisão chegam aos níveis mais extremos de violência entre os torcedores. O que é uma pena, pois como nos mostra Altemar, é nesse espaço de grande diversidade onde todas as diferenças sociais e culturais são esquecidas que deveria se imperar o respeito e a solidariedade.

Assim, nesse espaço de grande euforia, vibração e pluralidade de sentimentos, emoções e condições, que Altemar vivenciou experiências marcantes no que diz respeito ao despertar das suas sensibilidades após perder a visão:

Menina é o seguinte, como eu já tive visão, eu tinha mais ou menos a noção de como era o estádio de futebol né, mas no que você não tem a visão você tem muito medo, porque assim não dá menos de cinco, dez mil pessoas num estádio de futebol, principalmente aqui que tem o Treze

---

<sup>31</sup> Ver mais em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/01/o-estadio-amigao.html#.U8q5bLF1pvA>  
Acesso em: 19/07/2014

e o Campinense né. E quando as pessoas começam a gritar numa só voz dá uma sensação em você de morte, sei lá porque a voz humana meu amigo traz muito medo a você, mas você tenta se adequar, tenta viver aquele momento intensamente como se fosse o último, mas é muito gostoso sentir o carinho das pessoas, as pessoas às vezes oferecem outras coisas, pensam que nós estamos ali naquele lugar como se fosse meu deus, que não fica a vontade querem levar pra outro, mas é muito bom ficar no meio do povão, quando as pessoas tem o conhecimento que vão ali com o objetivo que é torcer não pra brigar. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

Aqui Altemar nos fala dessa experiência desafiadora de estar em contato com tantas pessoas desconhecidas, em meio à multidão, sentindo e compartilhando da mesma emoção, de se sentir igual e pertencente ao mesmo espaço. Assim como, quando soube da existência do Instituto dos Cegos onde ele viu que não era sozinho naquela condição de deficiente visual. No estádio de futebol ele também sentiu essa mesma sensação de pertencimento, de superação do estigma, e não de solidão ou de rejeição que vivenciou em diversas situações em sua vida.

Como muitas pessoas que no decorrer do processo de aceitação e adaptação a condição da cegueira, buscam em diferentes cidades os mais avançados recursos da área médica para poderem voltar a enxergar, com Altemar essa situação também não foi diferente, sua vinda para Campina Grande foi motivada inicialmente pela busca de tratamento para poder recuperar a visão, mas como sua doença era irreversível, ele acabou descobrindo que sua vinda para Campina poderia lhe trazer uma nova chance para recomeçar e se auto conhecer.

Dentre todas essas experiências vivenciadas por ele na cidade, talvez a que tenha sido mais crucial para que ele permanecesse de vez em Campina Grande e estar tentando se adaptar à rotina da cidade tenha sido o fato de que foi aqui que ele conheceu sua esposa e que através dela uma nova história passou a ser escrita em sua vida e o despertou para novas sensibilidades, lhe permitindo ver a vida com outros olhos:

Olha a experiência que mais marcou a mim, foi porque quando você enxerga que perde a visão você fica com medo de tudo, você não dá um passo que você pensa que vai cair, você não sai da proteção da sua família que você pensa que todas as pessoas vão fazer mal a você, quer dizer não tem confiança. E com isso eu conheci uma pessoa aqui em Campina que me deu todo apoio, quer dizer o que minha mãe não deu ela deu, mas minha mãe não deu porque, sempre a mãe quer proteger né, e ela pensa que sem a visão a pessoa não pode já tá estudando e tal, o negócio é ficar no quarto só esperando a morte chegar. E essa menina que eu convivo com ela me deu todo o apoio, me fez me inscrever no Enem que eu obtive uma boa colocação, me mostrou que eu não era o único que não tinha a visão, me trouxe pra cá, me mostrou que eu era capaz sim, não é porque as pessoas falavam que eu não era capaz que era pra eu

seguir, não é assim. E hoje em dia eu faço tudo aqui em Campina as pessoas me respeitam, claro até o momento que eu não desrespeito, me respeitando é claro que eu respeito entendeu. (Entrevista concedida em 25 de maio de 2013).

O fato é que o processo de adaptação à cegueira e os conflitos advindos desse contexto ainda são muito recentes nas percepções de Altemar em seu dia-dia. O que percebemos nas falas de Altemar no decorrer deste capítulo foi que a dificuldade em lidar com a cegueira foi provocada mais pelo medo do preconceito social e familiar do que necessariamente pela dificuldade de enfrentar as adversidades advindas da doença que lhe acometia.

As questões suscitadas por suas falas sobre os significados que a cidade de Campina Grande possui pra ele (mudança de vida, um recomeço, superação), a importância da uma locomoção adaptada e mobilidade urbana; sobre o modo como as pessoas se relacionam com o deficiente visual; como ele compreende os diferentes espaços da cidade e suas reivindicações de melhoria; revela-nos o modo como ele tem percebido a cidade não apenas pela ótica dos seus sentidos, mas também através do modo como a Campina Grande atual percebe e recebe seus novos moradores sejam eles, deficientes ou não.

Neste capítulo tentamos analisar as experiências e estigmas que cercam a cegueira no cotidiano das pessoas com deficiência visual e podemos perceber que muitos são os obstáculos encontrados por eles nesse processo de viver e relacionar-se na cidade, mais que barreiras arquitetônicas a principal barreira que eles podem encontrar no seu dia-dia é a barreira do preconceito, que qualifica e estigmatiza a vida e os direitos dos outros.

Assim, através das diversas falas do nosso depoente, buscamos mostrar que por mais traumático que possa ser viver com a cegueira, a maior dificuldade enfrentada por muitas pessoas com deficiência visual é a de aceitar e assumir essa condição perante a sociedade. E que essa dificuldade é ainda mais atenuada pelos estigmas e preconceitos que rondam o imaginário social sobre as experiências e vivências das pessoas cegas, mas que apesar disso, Altemar e todos os demais depoentes nos mostram que ainda é possível se adaptar e superar os desafios da deficiência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O essencial é invisível aos olhos”.  
O pequeno príncipe*

Nesse momento do texto nosso intuito é retomar alguns apontamentos apresentados no decorrer do trabalho que possam ter passados despercebidos à nossa compreensão e percepção, principalmente no que dizem respeito às nossas escolhas e caminhos traçados ao longo dessa pesquisa. Caminhar pela cidade é um exercício que pode nos levar a diferentes reflexões desde os seus usos e apropriações até o modo como as pessoas se relacionam com seus espaços seja de maneira afetiva ou sensível.

Partimos sem saber direito o que poderíamos encontrar nessa trajetória, pois nossos olhos estavam revestidos de uma escuridão que não nos deixava ver o que era essencial, aquilo que só nossos sentidos e imaginação nos permitiria (re)descobrir novamente, aquilo que talvez nem conhecêssemos direito, as nossas sensibilidades perante o cotidiano da cidade.

Ao longo da nossa caminhada fomos redescobrimo uma cidade que para muitos de nós poderá ser só mais uma forma de representá-la, de extrair de nossas mentes mais um lugar comum, mas para outros, demonstra uma maneira de se relacionar com os espaços, uma maneira de interpretá-los, senti-los e compor seu imaginário sobre eles. E isso não poderia se dar de uma maneira diferente, conforme nos mostra Corbin:

A apreciação sensorial da cidade não poderia, como se sabe, reduzir-se a uma arquitetura de pedra, isto é, a uma natureza morta. Ultrapassa-se em muito essa materialidade. Os seus ruídos, os seus odores e o seu movimento constituem a identidade da cidade, tanto quanto o seu desenho e as suas perspectivas. A espacialidade urbana não existe em si mesma. Cria-se na interação daqueles que habitam a cidade, a percorrem ou visitam e lhe conferem uma multiplicidade de sentidos. Resulta de um fluxo incessante, de um emaranhado de leituras simultâneas que constituem outras tantas paisagens. É continuamente apreendida através do filtro de mitologias, de rituais preexistentes, eles próprios arrastados num deslizar incessante. (CORBIN, 1998, p. 107).

Uma relação com a cidade estabelecida através dos sentidos pode soar estranho; mas afinal não é isso que realizamos todos os dias, uma atividade dos nossos sentidos, expressa em nossos corpos, memórias, gestos, atitudes, sentimentos, emoções. A grande diferença é a importância que damos ao que nossos sentidos nos falam, quando somos afetados por percepções que não estamos acostumados ou que nos incomoda e ainda não estamos preparados para ver, pois, limitamos nossa percepção a compreender somente

aquilo que nos interessa. Caminhar na escuridão pode ser bem mais difícil quando nos recusamos a fechar nossos olhos e não nos permitimos sentir as outras possibilidades que nossos sentidos podem nos oferecer.

Assim, ao final de uma pesquisa sempre nos perguntamos sobre o que aprendemos nessa trajetória; sobre o que ela nos deixou; sobre o que pretendemos levar adiante; qual a sua relevância social, cultural e acadêmica, mas ao final desse trabalho a pergunta que nos lançamos é: Afinal, a cegueira é apenas algo bom para se pensar a respeito?

Sobre isso, os dados do Censo Demográfico de 2010 apontam que 1.045.962 paraibanos possuem algum tipo de deficiência, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>32</sup> (IBGE). Os números mostram que 27,7% da população paraibana têm algum tipo de deficiência visual, auditiva, motora ou mental, em diferentes graus de severidade.

No ranking nacional, a Paraíba ocupa o terceiro lugar dos estados que apresentaram os maiores percentuais de pessoas com deficiências. Pela pesquisa, os municípios de São Francisco e Várzea, no Sertão paraibano, têm as maiores proporções de pessoas com algum tipo de deficiência na Paraíba, em que 42% da população desses municípios disseram ter algum tipo de deficiência em 2010.

Em João Pessoa, a proporção de pessoas que disseram ter algum tipo de deficiência foi de 26%, enquanto em Campina Grande o percentual foi de 23%. A deficiência visual foi a que mais incidiu sobre a população paraibana, em que 823 mil pessoas declararam ter dificuldade para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato, o que equivale a 21,8% da população paraibana. Desse total, 142.196 pessoas apresentaram deficiência visual severa, sendo que 8.477 eram cegas (0,2% da população). Segundo o IBGE, o tema tem como objetivo conhecer a realidade dessa população e subsidiar políticas de inclusão social e de bem-estar.

Mas, o que é que tem haver as estatísticas do IBGE, com o pensar a cegueira? Quando pensamos a cegueira enquanto um dado estatístico, nos esquecemos das inúmeras narrativas sobre ela que estão sendo silenciadas através de mais um dado numérico; esvaziamos de significado as sensibilidades e a realidade de quem vivencia essa condição no próprio corpo, e não em gráficos, mas infelizmente ainda é como um dado que muitas pessoas com deficiência visual ainda são vistas pela sociedade.

---

<sup>32</sup> Ver mais em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/04/27-da-populacao-paraibana-tem-algum-tipo-de-deficiencia-diz-ibge.html> Acesso em: 08/07/2013

Apesar disso, sabemos da importância que esse tipo de pesquisa tem e quanto elas interferem nas tomadas de decisões dos poderes públicos, de modo a compreender as evoluções e disparidades dos fenômenos sociais, e no desenvolvimento de formas de controle ou melhorias para as questões sociais, mas desde que o direito dessas pessoas se expressarem não cesse na mera representação gráfica de um dado estatístico, tendo em vista a situação de exclusão e marginalização social vivida pelas pessoas cegas em nossa sociedade.

Nesse sentido, creio que o modo como a experiência cultural da cegueira é evocada na matriz ocidental revela, antes de mais, uma presença assombrada pelo desvanecimento. A condição de alguém que está privado do uso da visão é uma presença cultural espectral, em que idéias várias sobrevêm ao reconhecimento da densidade dessas existências – as das pessoas cegas – para as quais a cegueira não representa uma metáfora itinerante, ou sequer uma figura da paisagem, mas sim uma duradoura marca da experiência de “ser-no-mundo”. A grande ironia será, creio, podermos perceber em que medida as vidas das pessoas cegas se encontram ensombradas, não pela impossibilidade de ver, mas pelos valores e representações dominantes que se erigem sobre a cegueira. Inscreve-se aí uma pernicioso cumplicidade entre a exclusão social e o silenciamento de leituras singularmente informadas. Leituras em que os matizes vivenciais dessa privação sensorial a que chamamos cegueira, as suas implicações, obstáculos e desafios, são conhecidos nos territórios de uma biografia. São pulsados “na carne”. (MARTINS, 2006, p. 15).

Por mais próximo que tentássemos colocar o leitor da realidade vivenciada por centenas de pessoas cegas em nossa cidade, certamente não daríamos conta, pois suas experiências são únicas e precisavam ser analisadas resguardando as suas devidas particularidades e o que havia de mais singular em cada uma delas, o desejo de negar as impressões e significados construídos socialmente em torno da cegueira.

Por isso, a escolha por três personagens em processos e eventos distintos, justapostos sem uma linearidade discursiva, pontuando via relatos e interpretações de suas experiências com a cidade de Campina Grande marcam nosso trabalho, tanto pela complexidade, subjetividade e riqueza de sentidos encontrados em suas falas quanto pela expressão de modo fundamental das tensões, fronteiras e diálogos da relação perceptiva entre o “eu” versus os “outros”. Suas narrativas de transformação pessoal e social foram essenciais para a escolha e exposição de suas histórias em nosso trabalho.

O que tentamos aqui certamente não dá conta da quantidade de experiências vivencias pelas pessoas com deficiência visual em nossa cidade, muitas histórias ainda estão silenciadas dentro de suas casas, das instituições, nas ruas da cidade ou em seus mundos particulares. O que tentamos foi dar visibilidade a apenas algumas delas,

realidades e experiências bem específicas do cotidiano de uma pequena grande cidade do interior paraibano.

Nossa busca por tentar compreender, suas percepções, vivências e experiências na cidade nos possibilitaram enxergar três maneiras distintas de se viver e relacionar-se com a ausência da visão, e nessa trajetória a educação sem dúvida se apresentou como aspecto primordial para desmistificar e quebrar as barreiras sociais que vivenciam cotidianamente essas pessoas. O que podemos perceber em comum nessas três trajetórias é a forte necessidade de se descobrir, superar e mostrar ser capaz de realizar qualquer atividade que lhe garanta continuar vivendo uma vida normal e sendo aceito pela sociedade.

Nos diferentes cenários que nos são apresentados no contato com a cidade desmistificamos algumas visões que rondam as experiências da cegueira, entre aqueles que só a conhecem de cima e de longe, com um olhar unívoco e homogeneizador e que acreditam que o deficiente visual constrói em suas percepções uma cidade à parte, distante da nossa realidade e compreensão, mas não, o que avaliamos foi que a cidade continua sendo a mesma, mas as relações sociais que são mediadas nela são o que a transformam em um espaço excludente e desagregador.

Dessa forma, as narrativas apresentadas nesse texto foram montadas priorizando as especificidades de apreensão das experiências dos sujeitos, deixando caminhos abertos para outras possibilidades interpretativas. Os caminhos percorridos por essas narrativas que se constituem no próprio ato de narrar, são os principais elementos que estruturam nossas reflexões em torno da cegueira.

Busquei por isso apresentar alguns espaços de sociabilidade presentes em suas falas onde pude estabelecer os contatos e, a partir daí, nortear os caminhos da compreensão do desenvolvimento e percepção de suas sensibilidades. A inserção e o acompanhamento das formas e dinâmicas de interação em tais cenários revelam as articulações e tensões em suas interrelações como os demais espaços e indivíduos na cidade.

Os espaços são expostos em uma composição que remonta os percursos construídos em suas memórias, uma trajetória específica que suscita um determinado processo de elaboração, conduzido por nossas conversas e posteriores entrevistas. Espero assim ter deixado perceptíveis as direções e os sentidos que configuraram a minha argumentação, marcada pelas impressões e percepções dos personagens que atuam nessa configuração urbana específica presente em Campina Grande.

A escolha pela apresentação e interpretação das narrativas pessoais da cegueira, se deu por concordar com uma lacuna apontada por algumas referências bibliográficas – a

escassez de relatos, vozes e elaborações dos próprios indivíduos cegos. Aceitar tal desafio expôs dificuldades e potencialidades da minha experiência em campo e na definição dos caminhos desse texto, da montagem dos dados e das elaborações colhidas, das costuras com as minhas próprias assimilações, frutos dos questionamentos e das idéias que motivaram essa pesquisa.

Eis o desafio de se trabalhar com história de vida, pois contar histórias é uma forma de estar em contato ao mesmo tempo com as palavras, as coisas e as pessoas em um território. Não há como ter contato com a história de vida do outro sem se sentir tocado pelos seus dramas, sonhos, medos e desejos. Por que saibamos que no nosso ofício é seja preciso fazer esse distanciamento, no entanto, ao final do dia não dá para encostar a cabeça no travesseiro sem parar para refletir sobre as marcas que ficaram em nós após nosso contato com aquela pessoa e aquela história. Conforme, Walter Benjamin:

Narras histórias é sempre a arte de as continuar contando e esta se perde quando as histórias já não são mais retidas. Perde-se porque já não se tece e fia enquanto elas são escutadas. Quanto mais esquecido de si mesmo está quem escuta, tanto mais fundo se grava nele a coisa escutada. No momento em que o ritmo do trabalho o capturou, ele escuta as histórias de tal maneira que o dom de narrá-las lhe advém espontaneamente. (BENJAMIM, 1983, p.62).

Como narradores e caminhantes, Adenize, Rafael e Altemar, expuseram suas histórias de vida, seus dramas, experiências, dilemas, impressões, sonhos. Envolvidos por essa trama chamada cidade eles também nos envolveram com suas histórias, cheias de sentidos e emoções. E nesse constante exercício de ouvir atentamente, de se deixar capturar por suas narrativas que tentamos dar continuidade as suas histórias apresentadas em forma de dissertação.

Assim, encerrar uma pesquisa, não é o mesmo que encerrar as experiências de uma vida, o que apresentamos aqui foi uma pequena parcela das possibilidades que nossas sensibilidades têm de enxergar a cidade, há ainda muitas narrativas silenciadas sobre a cegueira, essa é apenas uma visão dos fatos. E aceitar a importância de cremos naquilo que não vemos é o primeiro passo para conhecê-las e interpretá-las.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de Cidades – (Campina Grande, 1959)** – Campina Grande: EDUFCEG, 2006.
- ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral: a ação da memória.** In: Ouvir contar: textos em história oral. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 33-44.
- BARROS, José D’Assunção. **A perspectiva multifatorial da cidade.** In: Cidade e História. – 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. P 49-105
- BAUMAN, Zigmunt. **Confiança e medo na cidade.** Tradução Eliana Aguiar. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador.** In: BENJAMIN, Walter. HORKHEIMER, Max. ADORNO, Theodor W. HABERMAS, Jürgen. Textos Escolhidos. Traduções de José Lino Grünnewald ... [et al.]. – 2. Ed – São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 57-74.
- BRESCIANNI, Maria Stella. **História e historiografia das cidades, um percurso.** In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998. p. 237-258.
- BRUMER, Anita (Org.). PAVEI, Katiuci. MOCELIN, Daniel Gustavo. **Saindo da “escuridão”: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre.** Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 300-327.
- CERTEAU, Michel de. **“Caminhadas pela cidade”.** In: A invenção do cotidiano – 1. Artes de Fazer 18. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ; Vozes, 2012. p. 157 – 177.
- CORBIN, Alain. **“Do Limousin às culturas sensíveis”.** In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa, Editorial Estampa, 1998 (pp. 97-110).
- CORREIA, Luiz Gustavo Pereira de Souza. **“A pupila dos cegos é o seu corpo inteiro”: compreendendo as sensibilidades de indivíduos cegos através de suas tessituras narrativas.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGAS. Porto Alegre, 2007.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **A cidade em fragmentos: uma análise das metamorfoses espaciais em Campina Grande – PB no período histórico atual.** Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco – CFCH – Geografia. Recife – PE. 2010.

DIDEROT, Denis. **Carta sobre os cegos endereçada àqueles que enxergam.** Tradução de Antônio Geraldo da Silva. – São Paulo, SP; Editora Escala, 2006.

HALL, Stuart. **Nascimento e morte do sujeito moderno.** In: A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 23-46.

MARTINS, Bruno Sena. **“E se eu fosse cego?”: narrativas silenciadas da deficiência.** Edições Afrontamento. Porto. 2006.

MAYOL, Pierre. **O Bairro.** In: CERTEAU, Michel de. GIRARD, Luce & MAYOL, Pierre. A invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar; Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. P. 37-45.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **“Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias”.** In: Revista Brasileira de História, v.27, número 53, jan-jun-2007, p.11-23.

\_\_\_\_\_ **Sensibilidades no tempo, tempo as sensibilidades.** In: Colóquios Novo Mundo Mundos Novos 2004. Disponibilizado em 04 de Fevereiro de 2005 em <http://nuevomundo.revues.org/229> Consultado em 24 de Março de 2013.

ROSA, Enio Rodrigues da. & ANDRÉ, Maria Filomena Cardoso. **Aspectos políticos e jurídicos da educação especial brasileira.** IN: Pessoas com deficiência: aspectos teóricos e práticos. Organização do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE – Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 57-104.

SANTOS, Admilson. **O cego, o espaço, o corpo e o movimento.** Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/viewFile/2904/2071> Acesso: 19/03/2013.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da cultura: (des)inventando festas e (re)inventando a cidade 1965-2002.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife – PE. 2008.

SILVA, Keila Queiroz e. **Introdução**. In: Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife – PE. 1999. p. 19-25.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)**. Revista Brasileira de História, vol. 23, n. 46. São Paulo: ANPUH, 2003, pp.61-92.

SOUSA, Joana Belarmino de. **O que percebemos quando não vemos?** Fractal: Revista de Psicologia, v. 21 – n. 1, p. 179-184, Jan./Abr. 2009.

STAROBINAS, Marcelo. **Casa de Bonecas**. In: PINKY, Jaime. (Organizador). 12 faces do preconceito. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. p. 95-100.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. - São Paulo: Difel, 1983.

#### **DOCUMENTOS OFICIAIS E LEIS:**

FELIPPE, João Álvaro de Moraes. (Elaboração) **Caminhado Juntos: Manual das Habilidades Básicas de Orientação e Mobilidade** / colaboração Maria Glória Batista da Mota... [et al.] – Brasília: MEC, SEESP, 2003. 56p. : IL

RESENDE, Ana Paula Crosara e VITAL, Flavia Maria de Paiva. (Coordenação). **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada** / - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. p. : 21 cm.

**LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**. Regulamento Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde- institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

**DECRETO Nº 914, DE 6 DE SETEMBRO DE 1993**. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências.

**DECRETO NO 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

**LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000.** Dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica, e dá outras providências.

**LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

**DECRETO Nº 5296, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

**RESOLUÇÃO 304 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.** Dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção.

**CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DE CAMPINA GRANDE-PB em 2001,** que Dispõe sobre o disciplinamento, geral e específico, dos projetos e execuções de obras e instalações de natureza técnica, estrutural e funcional em Campina Grande - PB.

**PROJETO DO CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB,** que dispõe sobre as regras disciplinares das posturas do Município em relação ao poder de polícia, de higiene pública, de costumes locais e de funcionamento dos estabelecimentos de natureza industrial, comercial e prestadora de serviços, garantindo, assim, as relações entre o poder público local e os Municípios. Em tais leis pode-se observar a existência artigos específicos que tratam desde a construção de edificações especiais com espaços adaptados a locomoção até a utilização e modificação da estética urbana para não dificultar a acessibilidade dos portadores de deficiência.